

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

**TENDÊNCIAS NAS DISSERTAÇÕES E TESES EM
PSICOLOGIA AMBIENTAL NO BRASIL SOBRE A
COMPREENSÃO DA RELAÇÃO PESSOA-AMBIENTE**

**FLORIANÓPOLIS
2011**

JÉFERSON PASSIG

**TENDÊNCIAS NAS DISSERTAÇÕES E TESES EM
PSICOLOGIA AMBIENTAL NO BRASIL SOBRE A
COMPREENSÃO DA RELAÇÃO PESSOA-
AMBIENTE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Professora Dra. Ariane Kuhnen

**FLORIANÓPOLIS
2011**

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Valter e Relindis, e ao meu irmão Aurélio, pelos incentivos de sempre.

À minha querida Suzane, pelo amor.

À professora e orientadora Ariane Kuhnen, pela paciência e apoio, auxiliando sempre que foi necessário.

À professora Daniela Schneider, que se mostrou disponível em todo desenvolvimento da pesquisa.

À professora Gleice Elali, pela disposição e contribuições para a execução da pesquisa.

À equipe do Laboratório de Psicologia Ambiental – Daniela Xavier Morais, Ivone Georg, Luana dos Santos Raymundo e Maíra Langhinotti Felipe – pela amizade, sugestões e colaborações.

SUMÁRIO

RESUMO	v
ABSTRACT	vi
1. INTRODUÇÃO	7
2. OBJETIVOS	15
Objetivo geral	15
Objetivos específicos	15
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
3.1 Contextualização da relação pessoa-ambiente	17
3.2 Aspectos históricos da Psicologia Ambiental	22
3.5 Visões de mundo e de homem na Psicologia Ambiental	34
3.6 Quatro modos de transação nas relações pessoa-ambiente	36
3.6.1 Modo Interpretativo	38
3.6.2 Modo Avaliativo	38
3.6.3 Modo Operativo	39
3.6.4 Modo Responsivo	39
3.7 Quatro perspectivas de compreensão da relação pessoa-ambiente	40
3.7.1 Perspectiva Individualista	41
3.7.2 Perspectiva Interacionista	43
3.7.3 Perspectiva Organísmica	45
3.7.4 Perspectiva Transacional	47
4. MÉTODO	55
4.1 Delineamento da pesquisa	55
4.2 Contexto da pesquisa	55
4.3 Etapas da investigação	57
4.4 Fontes de pesquisa	58
4.5 Instrumentos	58
4.6 Procedimentos	59
4.7 Análise de dados	62
5. RESULTADOS	65
5.1 Etapa 1 – Levantamento e fichamento das teses e dissertações .	65
5.2 Etapa 2 – Agrupamento dos trabalhos conforme a temática de estudo	68
5.2.1 Principais temas e questões norteadoras do Modo Interpretativo	70
5.2.2 Principais temas e questões norteadoras do Modo Avaliativo	71

5.2.3 Principais temas e questões norteadoras do Modo Operativo	73
5.2.4 Principais temas e questões norteadoras do Modo Responsivo	74
5.3 Etapa 3A – Perspectivas de compreensão da relação pessoa-ambiente	75
5.3.1 Modo Interpretativo	75
5.3.2 Modo Avaliativo	87
5.3.3 Modo Operativo	101
5.3.4 Modo Responsivo	114
5.4 Etapa 3B – Relação entre os Modos e as Perspectivas	122
6. DISCUSSÃO	127
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
8. REFERÊNCIAS	137
8.1 Material Pesquisado (Dissertações e Teses)	145
9 LISTA DE FIGURAS	149
10 LISTA DE QUADROS	151
11 APÊNDICES	153
Apêndice A – Pesquisadores do GT PsiAmbiental – ANPEPP 2010	153
Apêndice B – Ficha de catalogação	154
Apêndice C – Relação das variáveis por núcleo de referência e número de incidências	155
Apêndice D – Pesquisas que fazem parte do Modo Interpretativo	158
Apêndice E – Pesquisas que fazem parte do Modo Avaliativo	161
Apêndice F – Pesquisas que fazem parte do Modo Operativo	164
Apêndice G – Pesquisas que fazem parte do Modo Responsivo	167

RESUMO

Este estudo visa contribuir com a discussão acerca da atual posição das pesquisas em Psicologia Ambiental, mais especificamente, com relação à demarcação das compreensões acadêmicas sobre a relação pessoa-ambiente. Para isso, delimitou-se como principal objetivo caracterizar os trabalhos produzidos nos programas de Pós-Graduação em Psicologia no Brasil entre os anos de 2001 e 2010. A pesquisa se caracteriza de caráter exploratório e descritivo. A investigação ocorreu em três etapas: 1ª levantamento de teses e dissertações que tenham como base a relação pessoa-ambiente em que, a partir dos resumos, fez-se uma análise taxonômica e um enquadramento estatístico; 2ª categorização dos trabalhos disponíveis na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações em quatro grupos temáticos conforme proposta de Stokols (1978); A 3ª etapa foi dividida em duas partes. Na primeira, o interesse é analisar as compreensões dadas à relação pessoa-ambiente pelos pesquisadores a partir da classificação proposta por Altman & Rogoff (2002); Já na segunda se faz uma síntese entre os trabalhos por grupo temático e as suas respectivas compreensões feitas a respeito da relação pessoa-ambiente. Nos resultados se obteve a localização de 42 pesquisas, das quais 14 focam nos temas relacionados a atitudes ambientais e avaliação da qualidade ambiental, seguido por 11 das pesquisas que focalizam na percepção ambiental e significado e sentido de lugar. Acompanhando uma tendência da Psicologia mundial, se constata que $\frac{3}{4}$ das pesquisas dão ênfase a uma compreensão epistemológica organísmica-transacional que busca compreender a relação pessoa-ambiente considerando seus elementos contextuais e temporais como intrínsecos a sua compreensão, em detrimento da visão predominante até então, que dava uma explicação causal aos fenômenos humano-ambientais. Propõe-se uma agenda de pesquisa para integrar as produções nacionais.

Palavras-chave: Psicologia Ambiental; Relação pessoa-ambiente; Estado da arte.

ABSTRACT

This study aims to contribute to the discussion about the current status of research in environmental psychology, more specifically, regarding the demarcation of academic understandings about the person-environment relationship. To this was delimited as the main objective to characterize the work produced in the Graduate Program in Psychology in Brazil between 2001 and 2010. The research is characterized exploratory and descriptive. The research took place in three stages: 1st of theses and dissertations that are based on the person-environment relationship in which, from the abstracts, it was a taxonomic analysis and a statistical framework, 2nd categorization of jobs available in the database Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations in four thematic groups as proposed by Stokols (1978), Stage 3 was divided into two parts. At first, the interest is to analyze the understandings given to person-environment relationship by researchers from the classification proposed by Altman & Rogoff (2002); In the second to make a synthesis between the work of thematic groups and their respective understandings made about the person-environment relationship. In the results we obtained the location of 42 studies, 14 of which focus on issues related to environmental attitudes and evaluation of environmental quality, followed by 11 of the studies that focus on environmental perception and meaning and sense of place. Following a global trend of Psychology, it turns out that $\frac{3}{4}$ of the research emphasize an epistemological understanding organismic-transactional seeking to understand the person-environment relationship given their temporal and contextual elements as intrinsic to his understanding, rather than the hitherto prevailing view, which gave a causal explanation for human-environmental phenomena. We propose a research agenda to integrate national productions.

Keywords: Environmental Psychology, Person-environment relationship, State of the Art.

1. INTRODUÇÃO

Não demora muito para ver como é importante compreender as relações entre as pessoas e os ambientes. Diariamente os noticiários anunciam mudanças causadas por graves e profundas crises socioambientais, econômicas e políticas, que questionam a qualidade de vida em várias cidades e regiões, tanto no Brasil, como em outros países. As pressões diárias das dinâmicas urbanas e rurais colocam em questão o atual estado de desenvolvimento psicossocial das pessoas que nelas vivem e seus desdobramentos aos próprios limites naturais que as subsidiam. Essas crises se objetivam em problemas pontuais e cotidianos que afetam a todos.

Podem-se fazer diferentes “recortes” na realidade para tentar compreendê-la. Wiesenfeld (2005) destaca os estudos em Psicologia Ambiental (PA) e indica distintos níveis de categorização humana (desde individual e comunitária até grandes conglomerados), por sujeitos, segundo etapas do desenvolvimento humano (crianças, adolescentes, adultos, idosos), por gênero (homens, mulheres), variáveis demográficas e culturais (imigrantes, moradores de rua), usos de determinados ambientes (hospitais, escolas, residências) e processos psicológicos, sociais e culturais (percepção, crenças, atitudes). Independentemente do recorte, vê-se que sempre haverá implicado um determinado ambiente, influenciando e sendo influenciado por um sujeito e/ou uma população específica.

A partir disso, abre-se a questão de como a PA poderia contribuir nessa compreensão a respeito de tais contextos que envolvem a relação pessoa-ambiente. Haveria diferentes interesses de pesquisa em PA ao longo dos anos? Se sim, em qual direção? O que se pode aprender do passado para orientar investigações futuras? O primeiro passo para começar a responder estas perguntas é considerar a unidade das partes envolvidas, em que a questão ambiental é um tema social, ou seja, o entendimento ambiental só pode ser elaborado adequadamente como uma questão social (Altwater, 1995). Kuhnen (2002), Leff (2001) e Moraes (1994) afirmam que certo é o fato de um impacto ambiental ser, ao final das contas, sempre um impacto socioambiental.

É importante destacar que por ambiente têm-se diferentes níveis de compreensão: como se percebe e como se sente no sentido psicológico do termo; como se modifica e se usa para servir as necessidades humanas; e como se acomoda os comportamentos das

pessoas em um ecossistema constantemente em transformação (Ittelson, Proshansky, Rivlin, & Winkel, 1979). Segundo Fernandes (2002) e Marçolla (2002) o ambiente é onde o homem se desenvolve e vive enquanto parte integrada com a natureza. Há uma interdependência entre o ser humano e o ambiente no sentido mais amplo.

A partir disto, a PA se firma enquanto área com a proposta de compreender a pessoa nas suas relações com os ambientes que a envolvem e, busca esclarecer como a pessoa é capaz de mudar tal ambiente e como é transformada por ele. Mas será que os pesquisadores em PA têm uma definição clara a respeito do seu objeto de estudo/intervenção, tendo em vista a interdependência pessoa-ambiente? Por certo, ainda não existe uma posição oficial na área (Ittelson et al., 1979). Atualmente há modos diversos e contraditórios de entender a questão. Günther & Elali (2008, p. 387) são enfáticos ao afirmar que a área da PA “ainda se ressentida da ausência de teorias unificadoras”. Entendimento compartilhado por Alves & Betrabet-Gulwali, (2008) no sentido de que não se fez o movimento de buscar desenvolver uma teoria integrativa para guiar as pesquisas sobre as relações dos indivíduos com seus ambientes, sejam eles naturais ou construídos. Para Uzzell (2005, p. 187) deve-se “tentar construir modelos e teorias integradoras”. Giuliani (2005), Moser (2005b) e Wiesenfeld (2005) consideram que o debate sobre este tema é urgente.

As questões de integração dentro da PA não são gratuitas e o modo de encará-las trará diferentes consequências. Caso se tenha uma compreensão determinista da atual realidade humana e ambiental, se abordará o fenômeno de investigação à luz dessa concepção. Por exemplo, Fernandes (2002) destaca que os valores de conduta do indivíduo na sociedade são egoístas não por uma “natureza humana”, mas porque o predomínio do interesse individual “é algo de biologicamente inerente a qualquer ser vivo” (p. 61). Segundo o autor, tal interesse pelas garantias biológicas, poderá ser melhor exemplificado na prática ao se comparar o padrão de comportamento das pessoas com o padrão de “comportamento” de um bacilo de Koch (bacilo causador da tuberculose). Para o autor, por mais chocante que isso nos possa parecer, nada distingue o padrão de conduta dos seres humanos (desinteresse pela capacidade global de esse meio suportar a prazo indeterminado o mesmo padrão de preenchimento das necessidades) da “conduta” do bacilo em qualquer hospedeiro. Assim como o bacilo de Koch, o homem acaba

destruindo o meio em que vive sem se preocupar com as consequências, “como uma mera expressão das nossas pulsões biológicas” (Fernandes, 2002, p. 80). Sève (1979) lembra que tal compreensão do psiquismo como atividade, não é outra coisa senão atividade nervosa.

Por sua vez, Bronfenbrenner (2002), um teórico da Psicologia do Desenvolvimento, aponta em seu modelo a pessoa inserida no ambiente como a unidade de análise, constituindo um sistema, em que esses dois pólos – pessoa e ambiente, se definem e se transformam mutuamente. Outros autores demonstram que é preciso primeiro questionar essa condição humana e situá-la antropologicamente, para então investigar os desdobramentos psicológicos. Nessa direção, Lewin (1965) busca um fio condutor quando esclarece que o psicólogo parte de dados “não psicológicos” para verificar as condições de possibilidades de o fenômeno ocorrer para, a partir desse ponto, investigar o estudo psicológico propriamente dito.

O filósofo existencialista Sartre (1939/2006, p. 18) destaca que “a psicologia encarada como ciência de certos fatos humanos não pode ser um começo, porque os fatos psíquicos que encontramos nunca são os primeiros”. Aqui há um movimento na direção de considerar a relação bidirecional da pessoa com seu ambiente, sustentado por uma antropologia interacionista, de base materialista, desdobrando numa epistemologia construtivista, ou seja, o conhecimento é construído na relação.

Já Ittelson et al. (1979) observam que a concepção de homem que prevalece atualmente na PA é a sistematizada pela psicanálise. Ou seja, uma concepção antropológica dualista e de base ontológica racionalista. O médico psiquiatra Laing (1975, p. 17), tratando da Psicologia geral, observa essa forma de entendimento em que:

Os termos do atual vocabulário técnico (psiquiatria, psicanálise) referem-se ao homem isolado dos seus semelhantes e do mundo, isto é, como uma entidade não essencialmente “relacionada com” o outro e em um mundo, ou a aspectos falsamente substancializados dessa entidade isolada se valendo de terminologias, tais como: mente e corpo; psico e soma; psicológico.

Sève (1979) aponta que tal definição, sejam quais forem sua variantes “modernas”, é uma metamorfose da concepção metafísica da Psicologia como sendo a “ciência da alma”. Tendo um posicionamento semelhante aos de Laing (1975) e Sève (1979), Campos-de-Carvalho (2008, p. 15) assinala que:

Em sistemas fechados há uma separação exclusiva da pessoa em relação ao seu ambiente, pois o fenômeno psicológico é analisado sem considerar o contexto ambiental; a prática tradicional de uso de testes psicológicos ilustra esta separação exclusiva, pois se analisa o fenômeno estudado apenas em relação às respostas dadas pela pessoa (por exemplo, na aplicação de um teste de inteligência), independentemente tanto do contexto de processos psicológicos que a pessoa utiliza para chegar àquela resposta, como da situação ambiental de teste.

Tais compreensões em PA mostram que seu objeto de estudo e intervenção não são únicos. São diferentes modos de dizer e diversos métodos de intervir, trazendo implicações distintas para o processo de conhecimento e ação do homem no mundo. A questão da definição do objeto para compreender a relação pessoa-ambiente é ponto-chave para a PA tomar iniciativas para alterá-la e dar contribuições significativas a outras disciplinas científicas que se debruçam sobre o mesmo tema. Assim, a delimitação do fenômeno em termos práticos é decisiva quando se trabalha cientificamente. Uzzell (2005) deixa claro que em um trabalho interdisciplinar, as análises dos resultados gerados podem ser muito diferentes como consequência dos “modelos de homem” nos quais as teorias e metodologias usadas por cada área estão conjugadas. O autor dá o exemplo de um trabalho interdisciplinar entre a Arquitetura e a Psicologia. Os arquitetos trabalham com um conjunto de suposições inerentemente comportamentalistas, enquanto os psicólogos atuam dentro de uma compreensão relacional. Ou ainda, como destaca Pinheiro (2005), quando a temática pessoa-ambiente é tratada na Psicologia em geral, encontramos o “P” (pessoa) maiúsculo, e o “a” (ambiente) minúsculo. Quando os estudos pessoa-ambiente saem dos departamentos da Arquitetura e Urbanismo, Geografia, entre outros, ocorre à inversão dos termos. Tanto em um caso, quanto em outro, um termo é figura do outro que é fundo (P-a; p-A). Estas mesmas

questões são apontadas por Wiesenfeld (2005) quando destaca que temas similares são tratados por diversas óticas, tanto em termos teóricos quanto metodológicos, isto em pesquisas de um mesmo país, e entre pesquisas internacionais. Pinheiro (2005, p. 111) destaca que “o grande desafio que temos pela frente é conseguir enxergar “PxA” como uma unidade”. Posição também defendida aqui, e que antecipa a possibilidade de identificar caminhos a se descobrir para alcançar tal meta.

Sève (1979) pergunta como uma ciência poderia elaborar de uma forma correta os seus conceitos de base sem ter um conhecimento exato da natureza essencial do seu objeto. As razões disto são dadas por Figueiredo (2005) quando afirma que a Psicologia, enquanto teoria se depara com um complexo de relações sincrônicas, caracterizadas pelo antagonismo entre diversas orientações intelectuais “irredutíveis uma às outras” (p. 26). Trazendo a questão mais detidamente para a PA, Wiesenfeld (2005, p. 59) é categórica ao afirmar que “existe nas disciplinas ambientais uma espécie de Torre de Babel conceitual”. Moraes (1994, p. 47) tratando das bases epistemológicas para o estudo do meio ambiente, relacionado às ciências humanas, destaca que “vive-se um clima de babel onde cada um fala uma língua diferente”. A posição destes dois autores reflete-se na crítica de Sève (1979) ao pós-modernismo, quando aponta que os teóricos desta perspectiva indicam que não apenas se aceite, mas também se entregue às fragmentações e à cacofonia de vozes por meio das quais os dilemas do mundo moderno são compreendidos. Neste desenvolvimento teórico-metodológico, as contradições ficam camufladas, travestidas em complementaridade, e o projeto de uma unificação teórica e metodológica é subtraída da reflexão e da crítica nos estudos psicológicos.

Há uma fragmentação da compreensão dos ambientes, assim como dos processos psicológicos, em termos de variáveis. Wiesenfeld (2005) indica que tal fragmentação é contrária aos requisitos ontológicos, quando se recorda sua aspiração molar da transação pessoa-ambiente. Isto é, quando se ressalva a unidade intrínseca entre estes dois pólos no contexto natural em que ocorrem, considerando a totalidade da relação. A autora ainda afirma que deste modo se reduz o ambiente ao seu aspecto empírico e a subjetividade a processos cognitivos, afetivos, comportamentos, atitudes e preferências empiricamente mensuráveis. A falta de uma síntese e integração teórica proporciona somente a acumulação de estudos isolados (Alves & Betrabet-Gulwali, 2008). Isto vai em direção ao

que Sartre (1939/2006, p. 17) já destacava ao afirmar que “os psicólogos não se dão conta, com efeito, de que é tão impossível atingir a essência amontoando os acidentes quanto chegar à unidade acrescentando indefinidamente algarismos à direita de 0,99”.

Após realizar uma análise em duas importantes revistas de PA, Giuliani & Scopelliti (2009), evidenciam as características da PA por meio da análise dos artigos publicados no *Environment and Behavior* (E&B) (1.160 artigos) e o *Journal of Environmental Psychology* (JEP) (627 artigos), desde suas criações, em 1969 e 1981, respectivamente, até o ano de 2005. Apresentam um resumo (Figura 1) das principais definições e preocupações dos estudos pessoa-ambiente ao longo destes anos. Os autores destacam a importância, não somente de investigar quais foram os temas de investigação específicos, mas, sobretudo, entender como esses temas foram abordados.

Autor	Definição	Preocupações das pesquisas
Barker (1968)	Psicologia ecológica	O estudo do comportamento humano situado em um determinado contexto / ambiente
Canter (1970)	Psicologia arquitetural	O papel dos processos psicológicos na relação indivíduo-ambiente construído
Craik (1973)	Psicologia ambiental	O estudo das relações homem-ambiente a partir de uma perspectiva psicológica
Pol (1993)	Psicologia verde	A mudança da preocupação com a arquitetura e o ambiente urbano para um interesse em questões pró-ecológicas e de áreas verdes
Stokols & Montero (1995)	Psicologia ambiental	Parte de um campo multidisciplinar do meio ambiente e comportamento, com o enfoque comum sobre os relacionamentos das pessoas com seu entorno sócio-físico
Gifford (1995)	Psicologia natural	Um ramo da psicologia ambiental em que o estudo científico das relações pessoa-ambiente são almeçadas

Bonnes & Bonaiuto (2002)	Psicologia ambiental do desenvolvim ento sustentável	O estudo dos processos psicológicos que influenciam os comportamentos nos ambientes cotidianos e que afetam os processos naturais ou os recursos a em nível local e global
-----------------------------------	--	--

Figura 1 - Definições e principais interesses de pesquisas em PA desde os anos 1960 (Giuliani & Scopelliti, 2009, p. 376)

Wiesenfeld (2005) também fez uma análise de 332 artigos nas revistas E&B (185 artigos) e JEP (147 artigos) em suas publicações entre 1998 e 2002, enfocando os fundamentos teóricos, constatando que o mesmo objeto de estudo em PA é concebido de distintas maneiras, de acordo com o marco meta-teórico em que se baseia. Segundo a autora, a maioria dos artigos se firma em bases positivistas ou pós-positivistas. Díaz (2005) concorda com Wiesenfeld quando afirma que tal perspectiva não incide de maneira significativa na explicação do problema abordado e não soma com a frequência esperada com outras disciplinas científicas. Wiesenfeld (2005) encontrou somente 27 artigos que foram publicados com outros enfoques teóricos, tais como o transacional, o fenomenológico, o construtivismo social, o ecológico, a econanálise (combinação do enfoque ecológico com a psicanálise), o sociocultural, a teoria fundamentada, a teoria feminista e a teoria crítica. Estes artigos representam apenas 8% das publicações das duas revistas.

Uma produção científica nestes termos tem seus desdobramentos. Enquanto a academia oferece uma informação pouco pertinente e difícil de ser traduzida em termos de ação, as instituições não acadêmicas necessitam de informações científicas para a solução de prementes problemas psico-sócio-ambientais. A partir de todo esse cenário Wiesenfeld (2005, p. 61) expõe que “esta falta de pertinência dos resultados é contrária aos requisitos de utilidade social da disciplina”. Ou como expõe Ferreira (2006, p. 21) “os pesquisadores da área da psicologia devem buscar a certeza de que os objetos de estudo definidos sejam algo que efetivamente existam e tenham relevância na vida dos homens”.

Fazendo uma análise similar, mas com o foco na compreensão dada pelos autores a relação pessoa-ambiente, se pretende auxiliar, no sentido de começar a localizar pontos fortes e fracos da disciplina no país, sugerindo direções futuras de investigação. Uma pesquisa interessada em rastrear como se deram os

estudos da relação pessoa-ambiente, busca subsidiar futuras pesquisas vinculadas ao Laboratório de Psicologia Ambiental do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bem como de outros núcleos de estudo sobre o tema em outras universidades. Assim, busca trazer elementos para orientar uma agenda de pesquisa na área. Para isso, o primeiro passo para alcançar tal objetivo está na possibilidade de conseguir responder a pergunta: **Quais as tendências na compreensão da relação pessoa-ambiente nas atuais pesquisas de Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) brasileiras, desenvolvidas na área da Psicologia Ambiental?**

2. OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar tendências de compreensão da relação pessoa-ambiente nas pesquisas de Psicologia Ambiental nos cursos de Pós-Graduação em Psicologia brasileiros.

Objetivos específicos

- Caracterizar a produção dos trabalhos acadêmicos realizados em Psicologia Ambiental no Brasil entre os anos de 2001 a 2010;
- Identificar os principais modos temáticos que são objetos de estudo das pesquisas;
- Verificar e analisar as compreensões dadas à relação pessoa-ambiente que sedimentam tais pesquisas;
- Relacionar as principais temáticas com as compreensões dadas às relações pessoa-ambiente.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Contextualização da relação pessoa-ambiente

Muitas das necessidades criadas pelo sistema capitalista representam o reflexo de uma cultura consumista que vende não apenas um produto para consumo, mas, sobretudo “um estilo de vida” (Dias, 2002; Giddens, 1997). Estilo de vida este que preconiza a satisfação pessoal, sem que na maioria das vezes, as pessoas se questionem sobre os desdobramentos que pode ter futuramente, considerando o limite e a sustentabilidade do planeta. O *modus vivendi* instaurado pelo capitalismo polarizou as relações do homem com seu ambiente. Inversão produzida por uma ideologia orientada por um ponto de vista socialmente condicionado e que serve de suporte à ordem estabelecida. Consolida-se uma prática social que produz uma racionalidade sobre o ser do homem, na qual a realidade humana aparece como condicionada por fatores que a transcendem, frente aos quais o homem é passivo. Giddens (1997, p. 112) aponta que “quando esses fatores são questionados, como está acontecendo atualmente, a coincidência dos padrões de estilo de vida e dos processos globais de produção social ficam sob pressão”. Ou como apontou Kuhnen (2002, p. 182) “a humanidade aceita o progresso desde que os riscos e as consequências não estejam ao seu lado”. Rabinovich (2006), na mesma direção, afirma que há “um esforço para voltar a se compreender o modo como o espaço ‘entre coisas’ era concebido” (p. 70). Uzzel & Rätzzel (2009) tratando de qual deve ser o objeto de estudo da PA, destacam que os comportamentos devem ser analisados em seus contextos sociais e ambientais específicos, mas sem descartar o contexto maior da sociedade consumista em que se vive.

Esse panorama nos remete a questão do significado psicológico das atuais rotinas (estilos de vida) que dão garantias materiais de ser ao sujeito constituído dentro dos parâmetros da contemporaneidade. Há, nesse caso, a preocupação somente com a demanda pessoal, sem considerar seus efeitos multiplicadores, que consideram a totalidade de habitantes de uma cidade ou de uma região, ou sem contar as reservas ambientais, levando ao desdobramento de ameaças reais que progressivamente estão limitando o “estilo de vida” moderno. Para Lash (1997, p. 143),

citando Giddens, “o problema é precisamente como podemos enfrentar não as ameaças ambientais, mas as psíquicas e sociais (...) mantendo níveis razoáveis de ordem e estabilidade em nossas personalidades e na sociedade”. O que é tematizado em Giddens é a “insegurança ontológica” dos sujeitos. Compreensão essa extraída de (Laing, 1975, p. 45) quando afirma que “a pessoa ontologicamente insegura preocupa-se em preservar, mais do que gratificar-se (...) onde as circunstâncias comuns da vida constituem uma contínua e mortal ameaça”, pondo em questão a pessoa e invisibilizando-a enquanto projeto de ser. Ittelson et al. (1979) alerta que nesse processo sempre se perde algo no sentido psicológico do termo.

Marçolla (2002) aponta tal questão como um fenômeno do individualismo contemporâneo. O homem se volta sobre si mesmo, tornando-se fragmentado em meio a uma grande crise de sentido existencial. O individualismo se torna cada vez mais forte na proporção inversa em que a experimentação subjetiva torna-se cada vez mais frágil. O autor se pergunta se essa situação não é “a raiz de muitos dos fenômenos psicopatológicos com os quais temos convivido”. Essa questão é também apontada por Berg (s/d) e Laing (1975) quando apontam que a solidão é a essência do sofrimento psicológico. Uzzell (2005) destaca que as questões relacionadas ao homem em si estão baseadas nas relações que ele mantém com os outros e com seu meio. Para E. Figueiredo (1993) e Marçolla (2002) tal situação leva o sujeito à angústia, que nasce perante indicações ou antecipações do sujeito de que algo que deseja pode não acontecer. Ou seja, a angústia como expressão vivencial é sinal subjetivo do perigo.

Já em uma pessoa segura ontologicamente de seu ser, o processo ocorre de maneira tal que ela “enfrentará os riscos da vida – social, éticos, espirituais e biológicos – com um firme senso da própria realidade e identidade, assim como a dos outros” Laing (1975, p. 41). É justamente o que destaca Rivlin (2003, p. 218) ao afirmar que “estabilidade e previsibilidade são necessárias para a movimentação confortável entre os ambientes que constituem uma vida”. É a expressão de um sentimento de bem-estar e de segurança. Há um tecimento do sujeito com os outros e com o meio que têm importância em seu ser. Assim, mesmo uma pessoa separada fisicamente deles, está implicada em “uma função internalizada de estar junto, denominada base segura ou sentimento de segurança” (Rabinovich, 2006, p. 83). Tal entendimento passa, também, pela questão do apego, como esclarece a autora (2006, p. 76):

a familiaridade como a base para uma construção de apego, seguro ou inseguro, influenciando o comportamento social ou exploração do meio físico (...) Análogo a internalização da qualidade de apego desenvolvida em relação a uma pessoa como um modelo interno de trabalho, o apego ao lugar em termos de segurança existencial se torna parte do autoconceito, da identidade de uma pessoa.

Essa compreensão de segurança ontológica está de acordo com a definição de saúde dada por Canguilhem (2006, p. 148), na qual “o que caracteriza a saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas.” Já na doença (psicológica ou biológica) o que existe “não é uma variação da dimensão da saúde; ela é uma nova dimensão da vida” (p. 138), representando a incapacidade de se adaptar normativamente.

Em convergência com Giddens (1997) e Laing (1975), Canguilhem (2006) apresenta a saúde como um conjunto de “seguranças” e “seguros”. Seguranças no presente e seguros para prevenir o futuro. O autor garante que: “há um seguro psicológico (...) há um seguro biológico (...). A saúde é um guia regulador das possibilidades de reação” frente ao mundo (p. 149). Dentro desta abóbada compreensiva, a segurança ontológica, de um modo ou de outro, abarca a todos nós (Beck, 1997; Giddens, 1997; Laing, 1975). Aqui há o movimento do indivíduo de sair do papel de espectador e assumir em suas mãos as responsabilidades de suas escolhas de vida, que (Touraine, 1999), chama de sujeito. Ou seja: “o sujeito é o desejo do indivíduo de ser ator” (p. 73). Ator que “se constitui não somente por aquilo que rejeita, mas também pelo que afirma” (p. 79). Para o autor, rejeitar ou afirmar, não como um ideal reflexivo, mas como sujeito ativo dentro das possibilidades materiais, ou como ele esclarece: “Trata-se (...) de criar espaços de liberdade, intrometer-se no mundo do mal para aí salvar vidas, e não reconstruir uma sociedade ideal” (p. 80). Ocupa-se de compreender o processo de relação do homem com seu meio sócio-ambiental, ou seja, das transformações do modo como o homem produz sua existência, que, por sua vez, acarretam em transformações no modo dele conceber sua

realidade e viver suas relações psico-sócio-ambientais. É a mesma posição de Uzzell & Rätzhel (2009) quando propõem uma “PA transformadora”, que faça uma avaliação crítica das estruturas e processos em que a relação das pessoas com seu ambiente é formada, e como este é ao mesmo tempo moldado pela ação das pessoas. Assim como Touraine (1999), Uzzell & Rätzhel (2009, p. 341) defendem “a análise de como as pessoas se posicionam como atores sociais”.

Touraine (1999, p. 21) ainda lembra que a questão-chave é: “encontrar um ponto fixo num mundo em movimento”. É o que Giddens (1997) esclarece quando afirma que é no projeto de vida pessoal do sujeito, no desejo de cada um de que sua existência não se reduza a um conjunto descontínuo de respostas às estimulações do meio social e no esforço do indivíduo para transformar experiências vividas em construção de si mesmo como ator central do seu futuro. Tal compreensão de indivíduo é justamente o entendimento de Canguilhem (2006, p. 134) em que “é sempre o indivíduo que devemos tomar como ponto de referência (...) [uma vez que] uma média, obtida estatisticamente, não permite dizer se determinado indivíduo, presente diante de nós, é normal ou não.” Para Touraine (1999, p. 102) “É a partir do sofrimento do indivíduo dividido (entre a adversidade material e o sofrimento por-não-ser-sujeito) e da relação entre sujeitos que o desejo de ser sujeito transforma-se em capacidade para ser um ator social.”

Tratando das diferentes facetas da relação pessoa-ambiente na PA, trazendo temas, tais como a cognição ambiental, comportamento espacial, estresse ambiental, avaliação e atitudes, análise experimental do comportamento ambiental, algumas dessas áreas de investigação enfatizam os esforços das pessoas ativas no processo de interpretação e reestruturação dos seus ambientes (por exemplo, cognição e comportamento no ambiente). Enquanto outros refletem uma postura mais reativa do ambiente (por exemplo, avaliação ambiental, efeitos sobre a saúde a partir de fatores urbanos estressores) (Stokols, 1978; Stokols & Montero, 2002).

Esta preocupação central com a natureza das relações pessoa-ambiente é refletida nos diferentes delineamentos dado às pesquisas da área, incluindo estudos sobre estresse, mapeamento cognitivo, avaliação ambiental, comportamento humano-espacial, comportamento de conservação de recursos, entre outros (Craik, 1973). Apesar desses diferentes interesses de pesquisa, eles sempre são guiados por pelo menos dois pressupostos comuns. O primeiro é

que os relacionamentos das pessoas com seus ambientes físicos e sociais são psicologicamente importantes para elas e influenciam significativamente em seu desenvolvimento e no bem-estar. O segundo é que as pessoas se esforçam para aperfeiçoar o ideal, ou pelo menos melhorar, o grau de acomodação entre a pessoa e seu grupo, considerando as condições ambientais que apóiam ou restringem essas necessidades (Stokols, 1978; Stokols & Montero, 2002).

Disso desdobra um esforço para integrar na PA diferentes concepções na explicação de como as pessoas utilizam diversos modos de se relacionar com seus ambientes de forma seqüencial e organizada. Como na Psicologia Ecológica de Barker citada por Ferreira (1997), por exemplo, as principais atividades previstas no procedimento de pesquisa deveriam ser a observação das pessoas em suas vidas cotidianas e narrar em linguagem comum aquilo que foi observado. A perspectiva era observar esse objeto de estudo, longa e continuamente, sem que sequer a escolha de horários específicos a serem observados fossem fonte de interferência do pesquisador sobre o comportamento em seu fluxo, considerado espontâneo. Outros teóricos centraram-se na “bioecológica do desenvolvimento humano”, registrando as configurações individuais em múltiplos aspectos (por exemplo, espaços públicos, creches, escolas, habitações), abrangendo o micro, méso, exo e macro sistemas, que influenciam no desenvolvimento psicossocial ao longo da vida (Bronfenbrenner, 2002).

A análise ecológica do ambiente e do comportamento são, também, alguns princípios da teoria dos sistemas de Bertalanffy (1972). Um pressuposto central da teoria dos sistemas é que as pessoas se esforçam para alcançar o equilíbrio ou homeostase com seus ambientes físicos e sociais. Assim, compreende-se que o conjunto está formado de maneira interdependente, interagindo com objetivo de formar um todo, onde cada um das partes envolvidas comporta-se, por sua vez, como um sistema cujo resultado é maior do que o resultado que as partes poderiam ter se funcionassem sozinhas (Stokols & Montero, 2002). A partir disso, Stokols & Montero (2002) propõe que os múltiplos aspectos de interesse de estudo da PA correspondem a diferentes fases da relação humano-ambiental, otimização de um processo dinâmico e sequencial pelos quais os indivíduos se esforçam para conseguir “ambientes ideais”. Ou seja, aqueles que maximizam o desempenho das suas necessidades e a realização de seus objetivos e planos. Em muitas situações, as

pessoas são forçadas - por restrições situacionais - a aceitar condições ambientais indesejáveis, ou na melhor das hipóteses “suportáveis”. O autor enfatiza que embora a otimização ambiental nunca seja atendida na sua forma ideal, o conceito é heurísticamente útil ao enfatizar a natureza cíclica das operações humano-ambiental e na sugestão de alguns processos pelos quais essas transações ocorrem. Estes processos fundamentais de transição pessoa-ambiente incluem diferentes modos de interpretação, de avaliação, de operacionalização e de resposta de como lidar com o ambiente.

Os pressupostos da teoria dos sistemas, com os focos da pesquisa bioecológica e psicologia ecológica, fornecem um ponto de partida útil para considerar os aspectos de transformação das vidas das pessoas. A partir delas, Stokols & Montero (2002) evidencia vários programas de pesquisa interessados na relação pessoa-ambiente, esforçando-se 1 - para estabelecer e manter conexões psicológicas e sociais significativas com o mundo material, que se reflete em fortes ligações emocionais com objetos ou locais específicos, 2 - aperfeiçoar, de um lado, o grau de ajuste entre as suas necessidades de identidade pessoal ou coletiva, apoio social e segurança física ou emocional, e do outro lado, ter condições presentes no ambiente físico e social que, teoricamente, facilitem a satisfação dessas necessidades. Além disso, 3 - as pessoas são susceptíveis a sofrer de estresse psicológico, social e fisiológico quando os níveis de adequação da pessoa no ambiente são percebidos como ruins (por exemplo, as condições prolongadas de privacidade no ambiente de trabalho, em residências ou instituições, faltando acesso à ambientes naturais). Stokols & Montero (2002) afirmam que as provas que sustentam essas proposições são consistentes e fortes em várias pesquisas da área, de modo que, proporcionam assim um cenário útil para desenvolver uma análise conceitual e uma agenda para futuras pesquisas.

3.2 Aspectos históricos da Psicologia Ambiental

O termo ambiente, como concepção psicológica e social, foi cunhada pela primeira vez pelo biólogo alemão J. Von Uexküll em 1909, denominando de “Umwelt”. Neste termo, Uexküll buscou compreender o ambiente como o entorno subjetivamente significativo a uma pessoa ou a um grupo. Expondo de modo mais amplo,

“Umwelt” pode ser compreendido como algo real e que potencialmente exerce efeito sobre a pessoa, ou seu grupo (Kruse, 2005).

Em 1911, também na Alemanha, Hellpach publica “Geopsyche”, em que analisa pela primeira vez, de uma forma clara, a influência de fenômenos físico-ambientais sobre a conduta da pessoa. Em 1924, Hellpach publica o Manual de Métodos Biológicos, cujo terceiro volume leva o título de “Psychologie der Umwelt”, sendo a primeira referência direta a Psicologia Ambiental (Günther & Rozestraten, 2004; Valera, 1996). Nesta publicação já se faz menção a diferenciação ambiental, de cunho geo-psicológico, sócio-psicológico e cultural (Günther & Rozestraten, 2004).

Um segundo momento no desenvolvimento histórico da PA começa a partir do final da Segunda Guerra Mundial, em um contexto marcado pela destruição e pela necessidade de reconstrução das cidades. Num primeiro momento, o grupo que influenciou a PA veio da Arquitetura e Planejamento Urbano. Também chamada de Psicologia Arquitetural, interessa-se pela ação dos espaços edificados sobre o comportamento humano (Pinheiro, 1997; Valera, 1996). Havia uma expressiva tendência molecular, ou seja, onde se centrava as atenções somente nas experiências individuais.

A partir dos anos de 1950, começa um esforço de avaliação social das edificações e a preocupação com o ponto de vista e participação dos usuários no processo de planejamento e avaliação ambiental (Pinheiro, 1997). Nesse sentido, há uma forte presença da teoria da percepção da Gestalt, que tem seu maior expoente em James Gibson, com sua teoria ecológica, oferecendo um entendimento do papel exercido pelos fatores físicos do ambiente sobre o sujeito (Ferreira, 1997; Pinheiro, 1997).

Já em uma tradição vinda da Psicologia Social, temos como grande nome Kurt Lewin. Criador do termo “ecologia psicológica”, que influenciou significativamente a atual compreensão de ambiente, numa perspectiva molar. Enfatiza a experiência local e complexa, na qual o cognitivo, o afetivo e os componentes sociais e comportamentais são considerados juntamente com os aspectos físicos do ambiente (Ferreira, 1997; Giuliani & Scopelliti, 2004; Lewin, 1965; Valera, 1996).

Nos anos de 1960, sobretudo nos Estados Unidos, se concentra as pesquisas nos chamados estudos de caso (Valera, 1996). Coube a Roger Barker, ex-colaborador de Lewin, com sua Psicologia Ecológica, o papel do desenvolvimento de uma das mais importantes

vertentes formuladoras da atual PA. A principal característica de sua contribuição está na relevância de seus estudos, ao observar as pessoas em suas vidas cotidianas, e transformar em uma linguagem comum aquilo que era observado. Na perspectiva de Barker, o que é importante é o estudo do “fluxo do comportamento” das pessoas em suas vidas cotidianas, não dirigida pela nem para a atividade de pesquisa (Ferreira, 1997).

Barker também contribuiu com outros dois conceitos importantes que merecem destaque: o *behavior setting* e o *manning*. Para Barker, *behavior settings* são verdadeiros sistemas sociais em pequena escala, formulados pelas pessoas que o compõem na relação com seus ambientes. Neles, as pessoas mantêm relações recíprocas, sem que afete a sua organização, isto é, aquilo chamado de “programa” (Carneiro & Bindé, 1997; Ferreira, 1997; Valera, 1996). Os *behavior settings* são considerados como capazes de auto-regulação e de afastar as ameaças ao seu “programa” por meio de um tipo de provocação de ações de seus componentes destinados a restaurar condições que tinham sofrido deterioração (Carneiro & Bindé, 1997; Ferreira, 1997). Já o conceito de *manning*, explica o nível de envolvimento das pessoas na participação e manutenção de diversos *behavior settings*. Assim, sempre que algum *behavior setting* tivesse seu “programa” ameaçado pela escassez de componentes humanos, geraria iniciativas por parte das pessoas envolvidas, no sentido de gerarem um comprometimento extra na participação de sua parte (Ferreira, 1997; Pinheiro, 1997).

Nos anos de 1980, com o advento das questões ambientais, problemas tais como a poluição, o aquecimento global, os desmatamentos, a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável surgem em um movimento no sentido de considerar mais enfaticamente a ação das pessoas sobre os ambientes. Faz surgir a chamada Psicologia Ambiental Verde (Dias, 2002; Pol, 1993).

É a partir das décadas de 1970 e 1980 que a PA viveu um processo de consolidação institucional que lhe garantiu posição de destaque no âmbito da Psicologia. Isto ocorreu por meio da produção de pesquisa sobre fenômenos muitos delimitados, da proposição de formulações teóricas e do estabelecimento de autores de referência para a subárea. Estas diferentes dimensões da evolução da subárea permitiram um grau significativo de institucionalização da PA.

Vários aspectos podem ser considerados indicadores de uma área ou subárea do conhecimento está se estabelecendo na

comunidade acadêmica. Desde o surgimento e transformação das cátedras universitárias, a própria existência de um nome para a área, os mecanismos de formação de novos pesquisadores, a existência de periódicos específicos, a realização de conferências com pesquisadores envolvidos com a questão, a criação de departamentos de ensino e pesquisa especificamente destinados a este estudo. Pode-se adicionar a esses aspectos o surgimento de revisões de literatura na área de pesquisa, devido ao seu papel não só de avaliação, mas também de articulação da produção. Em suma, a visibilidade institucional seria indicativo de cristalização de um campo (Ferreira, 1997).

Comparando a evolução da PA, constatam-se dois momentos distintos. O primeiro, que vai desde seu surgimento, até meados dos anos de 1950, no qual a análise de tal relação é compreendida em termos de causa-efeito (Altman & Rogoff, 2002; Valera, 1996). Nesse caso, o interacionismo da PA tem sua base na abordagem positivista (Pinheiro, 2005; Valera, 1996). Há aqui, como ontologia, um materialismo mecanicista, que se desdobra em uma compreensão antropológica determinista, já que as questões humanas são consideradas como derivadas do ambiente. Isso culminará numa epistemologia atomista-mecanicista.

Já no segundo momento do desenvolvimento da racionalidade da PA, encontramos o que Valera (1996) chama de perspectiva transacional, na qual o fenômeno pessoa-ambiente é demarcado em termos de inseparabilidade e de relacionalidade entre os aspectos psicológicos, contextuais e temporais em que o fenômeno se dá (Altman & Rogoff, 2002). Há aqui a compreensão de unidade na análise da relação pessoa-ambiente, definidos em termos dinâmicos e que se transformam mutuamente ao longo do tempo. Não há apriorismo a respeito dos caminhos que tal relação constituirá. Em decorrência disto, é fundamental a compreensão de como as variáveis alteram o fenômeno. Aqui, as bases ontológicas também são materialistas. A realidade objetiva existe, mas é modelada pelas representações que os sujeitos dela constroem: é ao ambiente real e percebido que se responde. A compreensão de homem é transacionalista e agente, em que há consciência de homem como causador, vítima e autor de transformação da realidade. O homem é ativo e deste modo, a base epistemológica é interacionista construtivista e o conhecimento é definido pelo observador na relação com o mundo. Essas questões conceituais serão melhor tratadas na seção “Visões de mundo e de homem na Psicologia Ambiental”, onde

será apresentada com maior profundidade as compreensões das relações pessoa-ambiente sistematizada por Altaman & Rogoff (2002).

No Brasil, a PA aparece durante a década de 1970 de maneira esparsa e de forma não integrada entre os pesquisadores de diferentes instituições nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, tanto na Psicologia, como também nas áreas correlatas, tal como a Arquitetura, Urbanismo, Comunicação, Artes, Relações Públicas, Propaganda e Turismo (Günther, Pinheiro, & Guzzo, 2004). Entre as dificuldades encontradas para seu desenvolvimento estava a variedade de trajetórias de formação dos pesquisadores que atuavam na área ainda era pequena. Com bastante diversidade temática e metodológica, característica comum também a área da América Latina como um todo (Pinheiro, 1997). Foi somente a partir da década de 1980, e, sobretudo, na de 1990, que a área tomou impulso. Em 1997, com a realização do 26º Congresso Interamericano de Psicologia em São Paulo, se oportunizou sessões conjuntas de discussão sobre o tema, envolvendo participantes de vários estados brasileiros e de outros países. O mesmo ocorreu nos congressos seguintes da Sociedade Interamericana de Psicologia, realizados em Caracas, em 1999, e em Santiago, em 2001 (Günther et al, 2004). Um simpósio e uma mesa redonda sobre temas da PA ocorreram no 1º Encontro Brasileiro de Psicologia Ambiental, realizado junto à 10ª Reunião Anual da Abrapso em outubro de 1999, em São Paulo. Nesta ocasião os professores José Pinheiro e Hartmut Günther consideraram a possibilidade de produção de um livro brasileiro para a área, pois os poucos manuais publicados no país eram de traduções antigas (Pinheiro, 2004). Em agosto do ano seguinte, vários pesquisadores participaram do primeiro Seminário Internacional sobre Psicologia e Projeto do Ambiente Construído, realizado na UFRJ. Em outubro do mesmo ano, em Brasília, na realização da 30ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, ocorre uma mesa redonda sobre PA (Günther et al, 2004). Essa integração crescente entre os autores, oriundos de diferentes instituições e regiões do país, com o passar dos anos, resultou na materialização de coletâneas de trabalhos na área e na composição de Grupos de Trabalho (GT) em PA a partir do simpósio de 2000 da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP).

Desde a primeira edição do GT em PA, houve um esforço de integração das atividades de ensino (graduação e pós-graduação) e pesquisa, buscando a superação do isolamento temático,

metodológico, geográfico e institucional que até então não ocorria entre os pesquisadores. No VIII Simpósio da ANPEPP ocorrido em 2000, teve destaque a apresentação, por parte de cada participante, um *paper* relativo às atividades que vinha realizando, de modo que alguns destes trabalhos foram publicados em uma coletânea (Günther, et al., 2004; Pinheiro & Günther, 2004). Esse encontro serviu como estímulo para a criação, em junho de 2001, do *site* da Rede de Psicologia Ambiental Latino-Americana (REPALA), com intuito de interligar pesquisadores da América Latina e alguns da Europa (Pinheiro & Günther, 2004). No IX Simpósio, em 2002, as atividades se concentraram na discussão das informações contidas nas comunicações e na sua preparação e encaminhamento para publicação. Um dos principais resultados desse esforço está presente no número especial da revista Estudos de Psicologia, dedicado a produções nacionais e internacionais em PA (Pinheiro, 2003). Levantamento realizado pela Capes sobre lacunas existentes na pós-graduação brasileira (Borges-Andrade, 2001) apontava importância atribuída à Psicologia Ambiental, logo após áreas mais consagradas, como Avaliação, Métodos e Medidas em Psicologia e Psicologia Organizacional e do Trabalho. Por essa razão, no X Simpósio, de 2004, estabeleceu-se como meta a preparação de um manual metodológico. A publicação sai em forma de livro em 2008 trazendo a produção teórica-metodológica de pesquisadores que estudam as interações pessoa-ambiente nas suas mais variadas formas (Günther et al., 2008).

Ao contrário do início da década de 2000, a partir da sua segunda metade, conforme demonstra levantamento feito para esta pesquisa, houve um crescente aumento de teses, e principalmente, dissertações na área de PA. Até então não se observava uma continuidade entre gerações de pesquisadores, possivelmente em decorrência da titulação recente de muitos pesquisadores, muitas delas feitas no exterior (Pinheiro & Günther, 2004). Fica, portanto, evidente a mudança na configuração. Se nos primeiros GTs havia uma predominância de docentes/pesquisadores com alguma trajetória acadêmica na área, mesmo que curta, passa-se a partir de então a ter recém doutores formados e uma crescente presença de alunos de pós-graduação com perfis de provável vínculo acadêmico a médio prazo. Essa configuração fez com que o planejamento do GT ANPEPP 2006 levasse em conta tanto a situação presente e futura da área no país, como também o cenário interno do próprio conjunto dos participantes. Havia a preocupação de identificar qual a direção que a

PA tomaria nos próximos 5 a 10 anos, em termos de aspectos teóricos, metodológicos e temáticos. Ou como consta nos Anais de 2008 do GT-PA: “ao mesmo tempo em que se pode afirmar, indutivamente, que PsiAmb e o que os pesquisadores da área fazem, vale alegar que para algo ser considerado PsiAmb, deve obedecer a determinados padrões” (p. 133). Desse modo, no GT 2006, o tema foi “Uma agenda para a psicologia ambiental no Brasil – mapeamento e interfaces” onde se almeja como resultados: um mapeamento da PA no país e uma agenda temática para os próximos anos. Assim, o foco de interesse estava na preparação de um detalhamento do estado da arte (revisão de literatura), quanto uma indicação de temas importantes para pesquisa nos próximos anos (agenda de pesquisa). Assim, os pesquisadores afirmam que tal interesse contribui de maneira significativa para o avanço do conhecimento acerca das relações pessoa-ambiente. Além disso, se propõe o projeto paralelo de desenvolver pelo grupo um dicionário que tem como objetivo definir termos e conceitos centrais da PA e áreas correlatas (Pinheiro & Günther, 2006).

No quinto GT-PA de 2008, se propõe dar continuidade ao projeto do dicionário, com termos-chaves na área. Mas, sobretudo, os participantes propuseram-se examinar o noticiário de jornais e/ou revistas das respectivas regiões onde atuam durante 15 dias (no período de 7 a 21 de novembro de 2007) a procura de informações que pudessem estar relacionadas a temas centrais da área, e que permitissem a exploração da relação entre apego ao lugar e compromisso ambiental, ou algum outro caso representativo das relações pessoa-ambiente implícito a situação analisada. Como resultado dessa atividade, se teve um número expressivo (acima de dez) de trabalhos no Congresso de PA de Lisboa em 2008, apresentados em mesas redondas (Elali & Günther, 2010).

Já na última edição do GT-PA 2010, buscou-se como foco de interesse se posicionar sobre o modo de preparar as próximas gerações de pesquisadores da área por meio de ensino e como está se dando os principais aspectos da PA entre os pesquisadores, que é a intervenção e a aplicabilidade prática. Para isso se considerou quatro aspectos: as trajetórias intelectuais, as experiências de ensino, as experiências de extensão e as perspectivas futuras. Para o primeiro item, o interesse foi fazer uma reflexão sobre o que motivou os membros a chegarem ao ponto em que se encontram hoje em relação a PA, além dos principais rumos que pretendem dar para a continuidade de sua ação na área. No segundo item o interesse foi a

apresentação e discussão das experiências de ensino no sentido mais amplo da palavra, tanto formal (graduação e pós-graduação), quanto informal (cursos de especialização, palestras, mini-cursos em congressos), focando os programas e conteúdos de suas experiências. Disso desdobra o terceiro item de interesse, que é a discussão de quais têm sido as experiências de extensão na grande área temática da PA. Por fim, se propõe a preparação de textos sobre ensino e extensão tanto dos resultados individuais, quanto dos desenvolvidos em equipe com outros pesquisadores (Elali & Günther, 2010).

Vê-se que as oportunidades proporcionadas pelos GTs/ANPEPP nos últimos anos foram importantes para a troca de ideias e compartilhamento de experiências. Parece não haver dúvidas de que estas reuniões deram significativo impulso para o crescimento, fortalecimento e consolidação da área no Brasil, como pode ser verificado na produção científica mencionada. Dentro desse cenário, e em conformidade com o principal interesse do GT-PA 2006, o mapeamento das produções em PA no Brasil é uma oportunidade significativa para o avanço acerca dos estudos das relações pessoa-ambiente.

3.3 O trabalho interdisciplinar

Sève (1979, p. 45) compreende a Psicologia em geral como disciplina que “não pode ser considerada em si mesma como ciência independente”. É o que Vigotski (1996, p. 236) destaca ao afirmar que “a diferença entre as ciências gerais e as empíricas é puramente quantitativa e não conceitual: trata-se de diferentes graus e não de diferentes naturezas de um fenômeno”. Adiante, dar-se-á mais razões para tal entendimento. Por hora, o que é importante ficar claro é que a Psicologia (entre elas, a Ambiental) se viabiliza enquanto produção científica saindo da sua disciplinaridade e indo na direção da interdisciplinaridade (Ittelson et al., 1979). Já na primeira revisão de literatura sobre o desenvolvimento das pesquisas em PA publicado por Craik (1973, p. 403) na *Annual Review os Psychology*, a característica distintiva do “estudo científico da interação entre o comportamento humano e as configurações ambientais” se mostram de caráter inerentemente interdisciplinar.

Em se tratando de PA, o marco inicial para tal entendimento começa com a publicação do texto “O homem e seu ambiente físico”

em 1970, de autoria de Proshanksy, Ittelson e Rivlin, que reuniu pela primeira vez pesquisadores das ciências exatas, do design e das ciências sociais para se concentrarem na natureza da problemática da relação pessoa-ambiente a partir de uma posição interdisciplinar (Uzzel & Rätzhel, 2009). Pinheiro (2005) aborda este tema quando destaca a importância de visualizar a relação “PxA” como uma unidade que diz respeito a todas as disciplinas que tem o foco no Estudo Pessoa-Ambiente (EPA) como perspectiva teórico-metodológica. Trata-se de compreender o EPA como processo de construção do conhecimento de maneira interdisciplinar. Para Moser (2005b, p. 135) “apenas a colaboração com outras disciplinas comprometidas com questões pessoas-ambientes garante uma solução eficiente as questões ambientais”. É a mesma conclusão de Romice (2005) no seu estudo sobre interdisciplinaridade e Psicologia Ambiental, que expõe de maneira clara que a “colaboração profissional vale à pena e é essencial, se pretende usar os resultados para fazer avançar a pesquisa e o desenvolvimento” na ciência psicológica (p. 175).

Essa compreensão de “PxA” como unidade deve ser tratada de modo interdisciplinar, tendo como seu objeto um fenômeno complexo enquanto conjunto de ocorrências implicadas umas nas outras em termo de função. Tal compreensão fica ilustrada no diálogo imaginário escrito por Calvino (2003, p. 81), no qual Marco Polo, “o maior viajante de todos os tempos”, relata ao imperador tártaro Kublai Khan, no século XIII, como eram construídas as pontes por aonde passou, apresentando o modelo do arco de pedra das pontes (usado em fornos também), feitas com pedras ou tijolos que se apóiam umas nas outras, de modo que suportem seu próprio peso. Kublai Khan pergunta a Marco Polo: “Mas qual é a pedra que sustenta a ponte?”. “A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco –, mas pela curva do arco que estas formam.” Depois de breve silêncio, Kublai Khan acrescenta: “Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.” Nisso Marco responde: “Sem pedras o arco não existe.” Ou seja, tal diálogo serve para ilustrar que não há uma causa primeira que sustentaria e justificaria uma ponte, ou se preferir, um fenômeno, ou ainda, os atuais problemas psico-socio-ambientais. Quando Marco Polo indica em seu relato que são as correlações das forças e funções entre as pedras que formam o arco, ele aponta que são os perfis (cada pedra) que formam o fenômeno ponte. É a isso que se refere Wiesenfeld (2005) quando enfatiza que a questão não está em adotar enfoques diferentes a cada

característica da realidade, mas sim identificar as qualidades dos enfoques.

Um teórico que compreende esse entendimento de fenômeno é Bronfenbrenner. Parafraseando-o, Campos-de-Carvalho (2008, p. 25) afirma que “o controle está em tentar manter dentro, e não fora, as variáveis do sistema ecológico no qual o fenômeno sob estudo ocorre”. Critica o método científico tradicional, no qual o foco está em uma única variável, excluindo as demais, acreditando que assim evita os “ruídos” que obscurecem o verdadeiro sentido do fenômeno (Campos-de-Carvalho, 2008). Assim como as pedras mantêm a curva do arco, o objetivo é demonstrar que são os sujeitos, em seus diferentes perfis – em relação à saúde, família, segurança, educação, meio ambiente, etc. – e suas atitudes, que mantêm, ou não, o equilíbrio ambiental. É o que exemplifica Odum (p. vii) quando define o fato de que a ecologia:

tem-se tornado cada vez mais uma disciplina integrada, que une as ciências naturais e sociais, [isso porque] possui enorme potencial para uma aplicação nos assuntos humanos, uma vez que as situações do mundo real quase sempre incluem um componente de ciência natural e componente sócio-econômico-político.

Faz-se necessário que o fenômeno seja observado em uma perspectiva abrangente, estudando e intervindo dentro de disciplinas específicas, na singularidade dos seus perfis. É nesse sentido que Giddens (1997) destaca a necessidade de compreender o estudo e intervenção em determinado perfil da realidade por meio de especialistas. “Um especialista é qualquer indivíduo que pode utilizar com sucesso habilidades específicas ou tipos de conhecimentos que o leigo não possui” (p. 105), e completa “a ‘competência’ está especificamente ligada à especialização” (p. 110). É o que também aponta Kuhnen (2002, p. 213) ao tratar da problemática ambiental destacando que “toda ação em matéria de meio ambiente deve aprofundar-se o mais amplamente possível nas diferentes camadas da realidade social. Deve ultrapassar as fronteiras da realidade cotidiana para atingir diferentes sistemas da sociedade”. Fernandes (2002, p. 48) aponta que só temos um caminho a seguir, qual seja: o “conhecimento crescente dos processos e mecanismos envolvidos, permitindo uma avaliação cada vez mais adequada das questões em

jogo e procedimentos de tomada de decisão transparentes, fundamentados”. Finaliza que “pela própria natureza das questões ambientais, a pluridisciplinaridade e a antecipação deviam ser as regras básicas.” (p. 148). Tal pluralismo disciplinar, aliado à globalização do conhecimento científico e tecnológico admite “a compensação de eventuais déficits locais de determinados recursos através da livre troca de bens e serviços” (p. 162).

Isso remete à necessidade de uma delimitação clara do objeto sobre o qual determinada disciplina científica se debruçará. Implica em desenvolver teoria, métodos e estratégias de aplicação que venham contribuir para uma mudança significativa na maneira de nos relacionarmos com o ambiente e com toda a vida que nele existe. Após a delimitação do objeto efetuada, impõe-se a necessidade de precisar o modo como se dará a intervenção. Em função desse quadro se estabelecerá o modelo com o qual se trabalhará. Exemplo disso está na necessidade de compreender o atual cenário ecológico global, em que cabe a cada especialidade (Biologia, Medicina, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo, Geografia Humana, etc.) objetivar e sistematizar um conhecimento que poderá se converter no escopo dos estudos da relação pessoa-ambiente.

3.4 A abordagem multimétodos

Saindo da reflexão sobre o que se pesquisa, é importante pensar sobre como se pesquisa. Como já demarcado ao tratar do trabalho interdisciplinar, com o recorte que cada disciplina faz do fenômeno, também se faz necessário ter instrumentos para acessar tal fenômeno, para poder estudá-lo. Sabe-se que há uma grande diversidade de métodos nas disciplinas científicas, cada um trazendo formas próprias de abordar a realidade, a natureza, as pessoas em sociedade e a relação sociedade-natureza. Não há apenas um método de pesquisa em ciência, em que é importante compreender as possibilidades de cada um no equacionamento da temática ambiental (Moraes, 1994). A PA prefere estudar os seres humanos em seus contextos concretos e diários (Ittelson et al., 1979). Günther, Elali & Pinheiro (2008) apontam que o desenvolvimento de qualquer pesquisa passa, necessariamente, pela definição dos métodos para a coleta de dados. Para tal, o pesquisador deverá ter um conhecimento prévio da temática que quer pesquisar, antever o tempo necessário

para executar a pesquisa e ainda os recursos que despenderá (financeiro, humano e material).

Sendo os estudos pessoa-ambiente um campo que envolve diferentes disciplinas científicas, o modo de se coletar e trabalhar os dados costuma mesclar métodos e técnicas provenientes de cada disciplina envolvida (Evans, 2005; Günther, Elali, & Pinheiro, 2008; Justo & Vasconcelos, 2009; Moser, 2005a; Rivlin, 2003; Uzzell, 2005). Elementos coletados por diferentes métodos possibilitam uma melhor compreensão da dinâmica do fenômeno que se quer compreender. Proporciona ainda a obtenção de uma perspectiva abrangente, que seria pouco provável de ser obtida com a utilização de um só instrumento. Tal triangulação metodológica dá maior segurança aos resultados da pesquisa, em função de uma representatividade mais expressiva, randomização e realismo do fenômeno (Günther, Elali, & Pinheiro, 2008).

A pesquisa multimétodos tem também um contexto ético como pano de fundo (Uzzell, 2005). A finalidade da pesquisa em PA não se resume a uma mera observação, descrição e explicação do modo pelo qual os seres humanos entendem o ambiente, atuam e reagem a ele. A grande razão de todo esforço da pesquisa é converter seus resultados na promoção de uma mudança que melhore a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas (Altman & Rogoff, 2002).

Devido à atualidade do tema, assim como sua pertinência, o processo da relação pessoa-ambiente na PA é um esforço que vai além da mera construção teórica. Sua finalidade deve ser a de desenvolver aportes teórico-metodológicos capazes de serem aplicados nas ocorrências mundanas e humanas. Desse modo, a questão centra-se em dialogar com outras disciplinas, que diretamente, ou tangencialmente, consideram o homem e seu envolvimento com o ambiente.

Viu-se que a problemática ambiental vai além da questão ecológica, mas que é uma questão sócio-ambiental, na qual a alteração em um desses pontos causará consequências ao outro. Contudo, constatou-se a dificuldade da PA em conseguir manter, no mesmo plano de compreensão, a relação pessoa-ambiente, em que, via de regra se polariza a questão, ou para o lado da pessoa ou para o lado do ambiente. Assim, fica clara a necessidade de novos aprofundamentos a fim de compreender esta complexa relação, que some e viabilize um conhecimento capaz, cada vez mais, de produzir benefícios às pessoas.

3.5 Visões de mundo e de homem na Psicologia Ambiental

Em toda produção científica, a construção do conhecimento deve partir do fenômeno para a teoria e da teoria para o fenômeno. Não se produz conhecimento em ciência somente a partir do mundo das ideias, com elucubrações, sem respaldo na objetividade, assim como não se produz ciência somente a partir do fenômeno (onde faltariam as construções teóricas para compreendê-lo). A utilidade de uma disciplina deve ser avaliada tanto no nível prático como no teórico. Não devemos buscá-la apenas por meio da avaliação da eficiência das técnicas (L. Figueiredo, 2005).

Fazer tais observações é mais importante pelas suas consequências práticas do que pelas suas implicações conceituais. Um estudo científico que não se questiona sobre o movimento que faz ao fazer-se ciência, pode não se dar conta da polarização de suas pesquisas, ou para o lado da teoria, ou para o lado do fenômeno somente. Pode não se dar conta da sutileza que a leva a se tornar uma mera disciplina empirista, ou caindo do lado oposto, se mantendo apenas em conjecturas. Tanto em um caso, quanto no outro, impede-se de fazer o caminho da produção científica e a razão da sua própria existência.

A PA é uma área reconhecida, sobretudo, devido ao seu viés de pesquisa aplicada. Tem como meta específica a busca pela identificação das dificuldades e as soluções de problemas cotidianos. Alguns temas destacam-se como produção da área, tais como: comportamento sócio-espacial humano, conhecimento ambiental, ambientes e populações específicas, adaptação humana às variáveis ambientais e percepção social de riscos ambientais (Pinheiro, 2003; Valera, 1996).

Independentemente do enfoque dado às pesquisas, além de demonstrar as questões metodológicas usadas, sempre se fará uma leitura da relação pessoa-ambiente que subjaz essas produções. Há uma racionalidade que conduziu os experimentos e que chegaram a algum resultado. Um recorte possível para se chegar a tal demarcação é focando mais detidamente às bases de compreensão construídas a respeito da relação pessoa-ambiente e que deram sustentação às pesquisas, já que uma parte não ocorre sem a outra. Podendo ser

pensadas, por finalidade didática, como abstrações de dimensões da realidade humana. Ou como define Sartre (1943/1997, p. 417) “abstrair é pensar à parte estruturas que não podem existir separadas”. Assim como não pode existir cor sem forma e som sem volume e timbre. Toda produção de conhecimento a respeito do homem, por sua vez, desdobrar-se-á em certa compreensão do seu entorno.

Em PA, quais seriam as preocupações comuns entre as pesquisas? O entendimento da relação pessoa-ambiente converge ou diverge entre os pesquisadores? Converge-se para que direção? Se não, o que as torna distanciadas?

A PA, disciplina que tem como base a Psicologia geral, “surge como uma disciplina de pleno direito, mas ainda não plenamente explorada em seus fundamentos filosóficos implícitos e explícitos” (Altman & Rogoff, 2002, p. 07). Para compreender a aparição da PA na atualidade é importante ter como pano de fundo suas bases históricas. As origens da PA estão enraizadas em uma variedade de questões sociais e científicas que vieram à tona nos anos de 1960 e 1970. Onde se pode incluir a preocupação mundial com o meio ambiente e com o movimento ecológico, não só por parte da Psicologia geral, mas também de outras ciências sociais, que criticavam o uso de métodos laboratoriais e incentivavam a promoção da investigação naturalista, de campo, numa perspectiva interdisciplinar. Essa compreensão da produção de conhecimento tem sido paulatinamente assimilado pelos psicólogos ambientais. Contudo, esse processo ocorre com adversidades, onde os psicólogos ambientais estão sujeitos a forças de oposição, entre a herança da tradição disciplinar da Psicologia geral e a sua aspiração de encontrar um novo caminho adequado para o estudo das questões das relações pessoas-ambientes (Valera, 1996).

Estas tensões e direções da Psicologia dizem respeito ao relacionamento entre pessoas e ambientes, em uma relação de tempo e mudança de processos psicológicos e problemas associados teoria e metodologia de pesquisa. Questões que não são exclusivas da PA. Como já mencionado, estas questões começaram a ser abordadas em outros campos da Psicologia geral. Por exemplo, Bunge (1980) retratou como a Psicologia vem alargando as suas fronteiras nos últimos anos, destacando o papel do contexto global e os aspectos da atividade humana. Ele descreve o interesse crescente da ideia de múltiplas direções de causalidade e as relações entre as variáveis das abordagens compreensivas que envolvem o conjunto explorado, valorizando a abrangência dos acontecimentos pessoais,

contextualizando historicamente os fenômenos, em torno de concepções interacionistas na análise multicultural que envolve os ambientes.

Assim sendo, é um momento propício, portanto, para a Psicologia geral, e em especial, para a PA, examinar os seus substratos compreensivos da relação pessoa-ambiente, e explorar hipóteses alternativas para o estudo dos fenômenos psicológicos. Ao se propor uma taxonomia de visões de mundo e descrever suas propriedades associadas, espera-se contribuir para uma auto-reflexão e escolha de novas estratégias de investigação futuras na PA.

Uma possibilidade de orientação nessa direção é apresentada em duas contribuições teórica importantes dadas por Stokols (1978) e Altman & Rogoff (2002). O primeiro traz um quadro conceitual apresentando quatro modos de transação nas relações pessoa-ambiente. Indo de uma forma mais interpretativa até uma mais comportamental, e de fase mais ativa para uma mais reativa. Já os segundos autores, apresentam, como possibilidade de estudar esta relação, quatro compreensões possíveis, assim denominadas: individualista, interacionista, organísmica e transacional. Essas quatro compreensões estão associadas com diferentes definições da Psicologia e de suas unidades de análise, onde cada uma, à seu modo, hipotetiza sobre a natureza das relações pessoa-ambiente, variando as concepções na produção do conhecimento, métodos e estratégias de investigação. A seguir, são apresentadas com mais detalhes as compreensões dadas por cada um dos autores e que serviram como instrumento para análise das teses e dissertações desta pesquisa.

3.6 Quatro modos de transação nas relações pessoa-ambiente

O surgimento e a rápida expansão da Psicologia Ambiental pode ser atribuída em parte à crescente preocupação das pesquisas sobre temas que ganharam destaque na sociedade a partir da década de 1960. Não sendo preocupações exclusivas da área, o que a faz interdisciplinar. Pode-se citar temas como estresse ambiental, mapeamento cognitivo, avaliação ambiental, comportamento espacial humano e comportamento de conservação de recursos como exemplos de questões que a cada dia têm mais importância (Wiesenfeld, 2005).

Uma proposta de compreender esses diversos temas é sugerida por Stokols (1978), que a partir do conceito de “otimização humano-ambiental” (que se refere a um modelo de *feedback* cíclico da cognição e do comportamento humano para com o meio sócio-físico) expõe que as pessoas se esforçam para conseguir “ambientes ideais”, a partir da superação de restrições situacionais, que se tornaram indesejáveis. O conceito de otimização sugere que as pessoas orientem para o ambiente seus conhecimentos, objetivos e expectativas para com ele. Esse processo ocorre tanto na esfera individual, tanto para com grupos ou comunidades.

Tais processos podem ser caracterizados nos termos de duas dimensões básicas. A primeira possibilidade é se a transação se refere a uma perspectiva cognitiva da relação pessoa-ambiente, ou se ela tem um viés comportamental. A segunda possibilidade se refere as investigações que enfatizam os esforços das pessoas em interpretar e reestruturar o ambiente a sua volta, ou se destaca uma postura mais reativa para com o ambiente. Estas dimensões dizem essencialmente respeito: as representações cognitivas (crenças, atitudes, mapas cognitivos), as características físicas e sociais do ambiente (objetos, pessoas, regras), ou ainda, se os ambientes influenciam ou são influenciados pelas pessoas.

Considerando o conjunto, essas dimensões produzem quatro modos de transação pessoa-ambiente, como mostra o Quadro 1.

	Forma de transação		
		Cognitiva	Comportamental
Fases de transação	Ativa	<i>Interpretativa</i>	<i>Operativa</i>
	Reativa	<i>Avaliativa</i>	<i>Responsiva</i>

Quadro 1 – Modos humano-ambientais de transação (Stokols, 1978)

Stokols (1978) destaca que a demarcação entre cada modo nem sempre é totalmente clara ou distinta. Ele lembra que uma pesquisa que enfoca as atitudes das pessoas em relação ao meio ambiente, por exemplo, pode refletir juízos de qualidade ambiental. Pode, também medir os processos cognitivos e comportamentais das mesmas.

A partir dessas colocações, conforme seus interesses de pesquisa, as seguintes áreas da relação humano-ambiental podem ser

consideradas, sendo elas: a) as representações ambientais e de personalidade e ambiente (modo interpretativo); atitudes ambientais e de avaliação ambiental (modo avaliativo); comportamentos ecologicamente importantes e comportamento humano-espacial (modo operativo); impacto ambiental (modo responsivo).

3.6.1 Modo Interpretativo

Nessa categoria Stokols (1978) inclui as pesquisas que procuram empreender uma análise sobre a cognição ambiental e as formas pelas quais as pessoas desenvolvem representações de seus ambientes sócio-físicos. Por exemplo, estudos de mapeamento dos processos cognitivos relacionados a características físicas e sociais, os significados dos ambientes urbanos que promovem a imaginação, ou a capacidade de um lugar para evocar expressivas imagens mentais, mapas cognitivos, orientação espacial, percepção ambiental, significado e sentido de lugar e processo identitário. Outro núcleo de interesse que se enquadra nesse modo é a legibilidade do ambiente, ou à medida que seu desenho e organização são percebidos por seus ocupantes.

3.6.2 Modo Avaliativo

As produções agrupadas sob essa categoria evidenciam uma proposta de análise centrada nas maneiras pelas quais as pessoas avaliam seu entorno. Considerando que as atitudes ambientais refletem a tendência de uma pessoa a responder positivamente ou negativamente a um determinado lugar, avaliações ambientais podem implicar juízos individuais ou coletivos a respeito de ambientes ocupados atualmente ou no passado. Além disso, muitos projetos de avaliação ambiental são realizados para revelar as preferências das pessoas ou suas preocupações sobre ambientes futuros que ainda não tenham construído, por exemplo, participação de um comitê de profissionais e moradores para a construção de um centro de lazer na vizinhança. Compreende também estudos envolvendo avaliação estética, avaliação da qualidade ambiental, preferência e satisfação, atitudes ambientais, preocupações ambientais, valores e percepção de risco. (Stokols, 1978).

3.6.3 Modo Operativo

Para compor esse conjunto temático, o autor selecionou os estudos que trazem algum tipo de contribuição no sentido do aprofundamento na compreensão transações humano-ambientais que englobam as inúmeras formas em que as pessoas ativamente modificam o desenvolvimento físico e social do seu entorno. Dois pontos podem ser enfatizados. O primeiro diz respeito às modificações que a pessoa aplica aos seus arredores, ou como as pessoas usam o espaço em situações sociais (territorialidade, privacidade, espaço pessoal), organização e uso do espaço, e participação no planejamento. O segundo diz respeito à análise do comportamento de proteção (ou destruição) do ambiente, incluindo os estudos de conservação de energia, os esforços de reciclagem de resíduos e a desfiguração de ambientes através do lixo e pichações. Construir uma casa, decorar um escritório e participar de um programa de reciclagem no bairro exemplificam comportamentos que alteram diretamente a estrutura ou a qualidade de um determinado ambiente (Stokols, 1978).

3.6.4 Modo Responsivo

Fazem parte desse grupo aqueles estudos que tem uma preocupação em compreender as respostas comportamentais das pessoas às condições físicas ambientais. Duas perspectivas de pesquisa são consideradas. Uma se refere aos estudos das respostas humanas e estressores ambientais, tais como ruídos de alta densidade, congestionamentos e climas desfavoráveis. Outra tem o foco na influência das condições organizacionais sobre os comportamentos dos que lá trabalham. São temas que envolvem o estresse enquanto um desequilíbrio entre as exigências ambientais confrontadas pela capacidade da pessoa em lidar com tais exigências. Os moradores das grandes cidades, por exemplo, são propensas a sofrer com as exigências urbanas. É uma forma de estresse que ocorre quando a quantidade e a frequência dos estímulos ambientais excedem a capacidade de uma pessoa para processar e lidar com eles (Stokols, 1978).

3.7 Quatro perspectivas de compreensão da relação pessoa-ambiente

O crescimento das pesquisas em PA é muitas vezes acompanhado por preocupações em relação à sua coerência, sobre o desenvolvimento conceitual e por uma inquietação constante com base em uma identidade distinta da perspectiva psicológica, no que diz respeito a toda área ambiental e aos estudos do comportamento (Giuliani & Scopelliti, 2009). Essa inquietação já vem exposta em um capítulo do livro *Handbook of Environment Psychology* de 2002, da autoria de Irwin Altman e Barbara Rogoff, quando publicam *World Views in Psychology: Trait, Interactional, Organismic and Transactional*, onde apresentam quatro perspectivas de compreensão da relação pessoa-ambiente. Essas visões de homem e mundo estão associados com diferentes definições da Psicologia, desdobrando-se em diferentes hipóteses sobre a natureza das relações pessoa-ambiente, variando as concepções sobre a filosofia e os objetivos da ciência, e, potencialmente, diferentes teorias, métodos e estratégias de investigação. Para analisar esta questão, é útil comparar as quatro visões de mundo no que diz respeito às relações entre as variáveis que sustentam a relação pessoa-ambiente.

Altman & Rogoff (2002) começam o tema tratando dos quatro tipos de causas ou explicações para as ocorrências mundanas expostas por Aristóteles. A primeira é a “causalidade material”, há aquilo do que as coisas são feitas, tal como o bronze de uma estátua ou as letras de uma palavra. A causa material envolve a ideia de que há algum material palpável subjacente ou universal, que confere o significado essencial a um objeto ou a um evento. Tratando de Psicologia, os autores afirmam que envolve alguma substância (tais como genes ou o inconsciente) que define os limites para o comportamento. Coerente com o nexos de causalidade material, a abordagem individualista supõe que as causas psicológicas são auto-suficientes no fenômeno em si e são qualidades enraizadas na “essência” da pessoa.

Depois, os autores descrevem a “causa eficiente” que é baseada em relações antecedentes-consequentes entre as variáveis do fenômeno. Nela se presume que uma variável que antecede é uma “causa” e é sistematicamente associada às variações de uma variável

consequente. Esta concepção de causalidade está associada à perspectiva de mundo interacionista.

A terceira concepção aristotélica de causalidade é a “causa final”. Aristóteles investiga as causas finais não só da ação humana, como também do comportamento animal (Por que razões tecem as aranhas teias?) e dos seus traços estruturais (Por que razões têm os patos membranas interdigitais?). Existem causas finais também para a atividade das plantas (tais como a pressão descendente das raízes) e dos elementos inanimados (tais como o impulso ascendente das chamas). Às explicações deste tipo os autores chamam de “teleológicas”, a partir da palavra grega *telos*, que significa “fim” ou “causa final”. Há um fim pré-estabelecido, ou uma finalidade para a qual é movida. Ao procurar explicações teleológicas, Aristóteles enfatiza a função de diversas atividades e estruturas. Segundo Altman & Rogoff (2002) a perspectiva de mundo organísmica enfatiza esta compreensão de causalidade.

Por fim, a quarta compreensão aristotélica de causalidade é a “formal”, onde há a forma, ou padrão, de algum fato ou coisa, que podem ser expressos na definição da mesma. Aristóteles fornece um exemplo: o comprimento proporcional de duas cordas de um violão é a causa de um ser a oitava da outra. Ou como exemplifica também Altman & Rogoff (2002), citando Bates, a forma esférica de uma bolha não é “causada” pelas qualidades materiais do ar, da água e do sabão, ou pela influência antecedente de alguém soprando a bolha, ou pelas intenções do soprador fazer as bolhas. Por definição, a “causa” da forma esférica da bolha é formal porque a “circularidade é a única solução possível para alcançar o volume máximo com a superfície mínima” (Bates, apud, Altman & Rogoff, 2002, p. 16). Assim, a causalidade formal envolve a análise de padrão ou configuração de um fenômeno em um determinado contexto sem o uso de princípios universais de motivação. É dentro da perspectiva transacional exposta por Altman & Rogoff (2002) que se pode incluir a compreensão formal de Aristóteles.

3.7.1 Perspectiva Individualista

Na Psicologia geral, seus conceitos iniciais de alma, mente e instinto refletem a perspectiva de compreensão de pessoa como

imanência. Esta orientação implica que os fenômenos físicos e psicológicos são definidos, e operam, de forma independentemente. Assim, na perspectiva individualista a unidade de análise são os processos psicológicos, as características cognitivas e qualidades de personalidade. Estas qualidades são consideradas as principais determinantes do funcionamento psicológico, onde os ambientes e os contextos desempenham um papel secundário, sendo a pessoa o centro da verificação. É uma perspectiva que privilegia, em um primeiro plano, a pessoa (psíquico ou psicológico), de maneira que os aspectos ambientais (entorno, contexto, espaço, ambiente) tenham um papel secundário (Figura 2). Por exemplo, a teoria freudiana, eriksoniana, entre outras teorias, postulam a interação entre pessoas e ambientes como fases predeterminadas do desenvolvimento humano. Altman e Rogoff (2002) fazem uma analogia à metáfora das lagartas que viram borboletas, onde a mudança é pré-programada e ocorre em uma sequência fixa. Da mesma forma, na perspectiva individualista, o funcionamento psicológico pode ser descrito como uma progressão predeterminada em direção a algum estado final ideal ou definitivo. Estas características são consideradas os princípios determinantes do funcionamento psicológico onde o contexto tem pouca importância.

Ao processo temporal é dado apenas um papel mínimo em relação ao funcionamento psicológico “uma vez que as características pessoais são consideradas um pouco imune as situações, ou são tratadas ideologicamente, com um curso preestabelecidos de desenvolvimento e estado final ideal” (Altman & Rogoff, 2002, p. 11).

Compreensão psicológica	Estudo do indivíduo e dos processos psicológicos
Unidade de análise	A pessoa, suas qualidades e processos psicológicos. O ambiente tem importância secundário.

Figura 2 – Síntese da perspectiva individualista (Adaptado de Altman & Rogoff, 2002)

Altman e Rogoff (2002) lembram que mesmo as teorias mais clássicas, que trabalham com compreensões de instinto, mente, inconsciente, por exemplo, suas bases compreensivas, consideram

fatores situacionais em interação com as qualidades pessoais como determinantes do funcionamento psicológico. Assim, os autores lembram que abordagens puramente individualistas são raridade na Psicologia contemporânea. Sendo suplantadas por uma perspectiva de mundo interacional.

3.7.2 Perspectiva Interacionista

Altman e Rogoff (2002) identificam a perspectiva interacionista dotada de uma definição na Psicologia como um campo que estuda a previsão e o controle do comportamento e dos processos psicológicos. A ênfase na previsão e controle dos resultados implica em fatores antecedentes que afetam ou produzem variações nos processos psicológicos, geralmente de maneira unidirecional. Assim, o comportamento e os processos psicológicos são normalmente tratados como variáveis dependentes, enquanto que os fatores ambientais são tratados como variáveis independentes, ou de influências causais no funcionamento psicológico. Segundo os autores, esta é a perspectiva dominante em Psicologia, que trata o psicológico como um conjunto de produtos de interações situacionais. Onde se tem primeiro a preocupação de identificar o ambiente separadamente, descrevendo suas propriedades, para que em um segundo momento, seja possível estudar seus efeitos no funcionamento psicológico (Figura 3). Na base subjaz a análise de modelos de variância estatística. Para exemplificar, é possível pensar o fenômeno psicológico como bolas de bilhar. Cada bola existe separadamente uma das outras e cada uma tem suas próprias qualidades independentes das demais. As bolas interagem quando uma bola bate na outra, alterando assim a sua localização. O objetivo da pesquisa é o estudo do impacto de certas esferas (ambientais e situacionais) em outras esferas (processos psicológicos e comportamentais). Assim, no interacionismo, concentra-se o interesse nas relações das variáveis antecedentes e consequentes de desfechos preditores psicológicos ou comportamentais. A compreensão é linear, com longas cadeias de relação de causa-e-efeito. A mudança é determinada, portanto, pelas propriedades preestabelecidas das entidades que interagem.

Compreensão psicológica	Predição e controle da conduta e dos processos psicológicos
Unidade de análise	A pessoa e o ambiente físico e social tratados como entidades separadas, com interações entre elas

Figura 3 – Síntese da perspectiva interacionista (Adaptado de Altman & Rogoff, 2002)

Na maior parte das pesquisas interacionais, os fatores ambientais, as qualidades das pessoas ou de grupos e os processos psicológicos, são definidos em termos de diferentes dimensões, com cada fator considerado como uma entidade independente, inclusive o fator tempo. Embora algumas pesquisas possam examinar os impactos a curto prazo dos fatores ambientais sobre o funcionamento psicológico, o tempo é tratado independentemente do fenômeno e serve basicamente como um dispositivo de localização para marcar o estado de influência de variáveis ambientais sobre as pessoas ou grupos.

No interacionismo, fatores temporais são distintos dos processos psicológicos, de maneira que a mudança do fenômeno é resultado da interação das variáveis, e não por questões temporais. Assim, como a ideia de tempo não é um aspecto intrínseco do fenômeno, a mudança no funcionamento psicológico geralmente é marcada por unidades arbitrárias. As mudanças no funcionamento psicológico são descritos em termos absolutos de unidades cronológicas que são impostas sobre o fenômeno em termos de segundos, horas, dias ou anos. Em certo sentido, o tempo é tratado como um local e os fenômenos são analisados como instantâneos, congelados no tempo, ou como instantes repetidos, com o tempo de localizar o fenômeno em dois ou mais lugares. A mudança é tratada, portanto, como a diferença entre o estado e a estrutura do fenômeno no tempo 1 e do estado e da estrutura no tempo 2, tempo 3, e assim por diante. Deste modo, qualquer mudança no fenômeno ocorre pelas propriedades preestabelecidas das entidades que interagem.

Em resumo, o interacionismo visa enfatizar as dimensões do fenômeno separadamente, entendendo-as como antecedentes-consequentes. Os ambientes são geralmente tratados como variáveis independentes, o psicológico como variável dependente, e o tempo

servindo como um mecanismo para localizar e descrever as alterações nos estados psicológicos. A abordagem interacionista tem uma orientação analítica dos fenômenos psicológicos, uma ênfase no conceito aristotélico de causalidade eficiente, com uma busca de relações antecedente-consequente entre as variáveis. Tal perspectiva de homem e de mundo considera importante a capacidade de generalização dos resultados e replicabilidade dos achados. Assim, assume-se que é possível e necessário o desenvolvimento de leis universais ou gerais a respeito dos princípios de funcionamento psicológico.

3.7.3 Perspectiva Organísmica

Diferente das perspectivas individualistas e interacionistas, Altman e Rogoff (2002) apresentam a perspectiva organísmica como uma compreensão de pessoa e seu ambiente como um sistema integrado. O fenômeno psicoambiental é considerado como uma unidade global e não um processo de análises aditivas entre interações pessoa-ambiente. Daí que a metáfora de base seja o “organísmico”: como um organismo vivo. Um todo organizado, ao invés de ser a soma de suas partes. Ao contrário da perspectiva interacionista, que tende a enfatizar as relações unidirecionais entre as variáveis dependentes e independentes, a orientação organísmica foca a pessoa e o ambiente como um complexo conjunto de relações recíprocas (Figura 4). Como na Gestalt, com sua preocupação de compreender o “todo como mais que a soma das partes”, a compreensão organísmica destaca que importante é a ideia de que as qualidades do todo não podem ser entendidas estritamente com base no conhecimento que se tem das partes que o compõe. Pelo contrário, é o conjunto complexo de relações entre os elementos que são importantes para que haja a compreensão do fenômeno.

O objetivo da pesquisa é descobrir princípios subjacentes “orgânicos” que regulam o funcionamento do sistema e que são universais para uma classe de fenômenos. Enfatiza-se a ideia de que as variáveis do fenômeno estão relacionadas entre si de maneira complexa e que o padrão global das relações entre os elementos é fundamental, não considerandooos isoladamente. As relações dentro do fenômeno em foco são mútuas e recíprocas, de modo que qualquer componente potencialmente pode influenciar e servir como uma causa de variação em outro componentes. Como já referenciado na

seção “Contextualização da relação pessoa-ambiente”, há a ideia de homeostase e seus ramos de equilíbrio e coerência, a redução de resistências e a progressão através de estágios. Embora as mudanças e os processos considerados na perspectiva sejam temporais, os fenômenos se esforçam para manter a estabilidade e avançar para um estado final ideal. Qual seja, o ponto de funcionamento organísmico envolve a total estabilidade e a ausência de mudança (Altman & Rogoff, 2002). Tal entendimento está de acordo com a compreensão de causa final de Aristóteles. “Final” porque a ênfase na homeostase do fenômeno reflete o conceito teleológico de que o sistema orgânico é “puxado” em direção a algum estágio ideal de funcionamento. O objetivo é realizar uma “grande síntese” do fenômeno ou uma teoria geral do funcionamento psicológico.

Dessa maneira, os sistemas se esforçam para manter ou avançar em direção à estados ideais, com os processos orgânicos dirigindo o processo de homeostase, de equilíbrio e coerência, de maneira que postulam estágios de desenvolvimento cognitivo e da personalidade através da qual a pessoa progride inevitavelmente. Essa compreensão surge com Bertalanffy (1972), quando usa os conceitos de *feedback* negativo e positivo. O *feedback* negativo ocorre quando há um desvio em relação a um padrão e o sistema se ajusta, reduzindo ou neutralizando esse desvio. Esse tipo de *feedback* é um importante mecanismo para manter a homeostase do fenômeno. Já o *feedback* positivo, mantém e amplia um sistema homeostático já existente. Desequilíbrios que possam surgir da inconsistência entre os elementos do sistema se presume que causam estresse, levando a um reajustamento das relações entre as variáveis do fenômeno.

Definição psicológica	Estudo de sistemas dinâmicos, onde pessoa e ambiente mantêm relações complexas e recíprocas
Unidade de análise	A pessoa e seu ambiente formam um sistema integrado

Figura 4 – Síntese da perspectiva organísmica (Adaptado de Altman & Rogoff, 2002)

É importante notar que a abordagem organísmica, como a interacional, concebe as totalidades compostas por elementos distintos, por partes. Contudo, em contrastaste com a segunda, a

primeira abordagem exige uma apreciação de como os elementos se encaixam em termos de conjunto organizado, examinando as partes dentro do contexto geral, não apenas como entidades separadas. Ao passo que no interacionismo se visualiza o todo como um aditivo das partes que o compõe.

3.7.4 Perspectiva Transacional

Altman & Rogoff (2002), ao tratar da perspectiva transacional, enfatizam o estudo das partes envolvidas, considerando os aspectos psicológicos, contextuais e temporais de maneira inseparáveis (Figura 5). A unidade de análise são as pessoas, seus processos psicológicos e o ambiente entorno, de maneira que toda transação não é composta de elementos distintos, mas é uma confluência de fatores inseparáveis que dependem um do outro para sua própria definição e significado. Além disso, a abordagem transacional foca as mudanças na relação entre os aspectos do todo, como uma ferramenta para a compreensão de um fenômeno, de onde os processos temporais são uma característica essencial de toda relação pessoa-ambiente.

Definição de psicologia	Relação entre os aspectos psicológicos, temporais e ambientais como unidade inseparável.
Unidade de análise	Entidades holísticas compostas de “aspectos” e não partes de elementos separados, que se definem mutuamente.

Figura 5 – Síntese da perspectiva transacional (Adaptado de Altman & Rogoff, 2002)

Embora a compreensão transacional e a organísmica tenham o foco em fenômenos psicológicos, eles diferem em como se aproximam da totalidade, como suas concepções de sistemas são compostos e se operacionalizam. Na compreensão organísmica, considera-se que o sistema é composto de elementos distintos, cujos

padrões de relações constituem o todo. As relações entre os elementos são componentes do todo. Na verdade, elas constituem uma forma de elemento que contribui para a natureza de todo o sistema. Já na visão transacional, não há elementos separados ou conjuntos de relações distintas em que o sistema fosse divisível. Em vez disso, o conjunto é composto por aspectos inseparáveis que simultaneamente definem todo o fenômeno. Os processos psicológicos e os contextos sociais e físicos só são compreendidos quando considerados conjuntamente. Estes aspectos não se combinam para produzir o todo, são o próprio todo. A abordagem transacional rejeita o uso de variáveis separadamente. Em vez disso, as variáveis são necessárias e intrínsecas na qualidade da definição de todos os fenômenos psico-ambientais (Altman e Rogoff, 2002).

A metáfora de raiz transacional é o aspecto histórico dos eventos, uma confluência de eventos, espacial e temporal, das pessoas e seus ambientes, através de definições e atividades que constituem uma unidade complexa e organizada. Nisso, a mudança é vista mais como um aspecto permanente intrínseco de um evento do que resultado da influência de elementos separados um do outro. Este ponto de vista dos processos de mudanças temporais contrasta com a perspectiva interacional e da organísmica, onde o tempo é tratado como uma dimensão separada e é usada para “marcar” ou “localizar” o estado de um fenômeno em um dado momento ou série de momentos. Intervalos de tempo em segundos, minutos são impostos sobre os processos psicológicos para marcar seu curso. Já na perspectiva transacional, as características temporais são partes integrantes dos fenômenos psicológicos, com a unidade pessoa-ambiente como uma unidade holística que contém características ambientais e psicológicas.

Jacobi & Stokols (1983) enfatizam a importância de considerar as qualidades da temporalidade na relação das pessoas com o ambiente físico. Por exemplo, as orientações no presente focam situações em que as pessoas se relacionam com o ambiente físico em termos de seu significado funcional para alcançar determinados objetivos imediatos. Orientações tradicionais de pesquisa envolvem configurações de pessoas, lugares, coisas e acontecimentos ligados ao passado. Já uma perspectiva transacional se considera a relação pessoa-ambiente equilibrada pelo movimento do passado, presente e futuro. Os autores questionam a compreensão organísmica, teleológica, que regula o funcionamento da unidade da relação pessoa-ambiente, encaminhada em direção a um estado final

específico. Em vez disso, eles sugerem transformações qualitativas, de ajuste das possibilidades de diferentes fases da sua história, de onde há variações dos processos temporais de circunstância a circunstância. Além disso, os autores não enfatizam a identificação de mecanismos antecedentes-consequentes, como em um conjunto de variáveis isoladas. Em vez disso, eles buscam compreender e descrever a relação pessoa-ambiente nos termos da perspectiva de causalidade formal de Aristóteles, onde se incide sobre o padrão, forma ou organização de um fenômeno em dado conjunto de circunstâncias.

Embora o tempo e a mudança na perspectiva organísmica estejam associadas com os desvios, em longo prazo, com os objetivos teleológicos, a abordagem transacional não assume que a mudança está associada a um estado ideal pré-determinado, homeostático. Pelo contrário, a mudança é tratada como uma propriedade intrínseca da totalidade, sem levar em conta o movimento em direção a um ideal que, se alcançado, não implicaria qualquer alteração posterior.

As perspectivas individualistas, interacionista e organísmica compartilham a qualidade do pesquisador se manter independente do fenômeno que observa, cuja posição pessoal não afete as manifestações ou as qualidades do fenômeno. Contudo, dois ou mais observadores podem ser empregados para avaliar e corrigir os erros de observação para obter um posicionamento objetivo. A qualidade observacional está, nesse caso, localizado nas pessoas ou grupo observadores, e não na relação do observador com o fenômeno. Como resultado, o fenômeno é considerado descritível em termos objetivos por qualquer observador treinado. Já na perspectiva transacional, há a possibilidade de observadores, em diferentes locais, com diferentes características e perspectivas sobre o mesmo fenômeno, fazerem suas avaliações. Os observadores são, portanto, inseparáveis do fenômeno, a sua perspectiva e o local em que estão para observar devem ser entendidos como um aspecto do fenômeno. Assim, não se elimina o observador como parte do fenômeno, mas apenas fixa a localização do observador e restringe os resultados a uma configuração específica do observador (Altaman & Rogoff, 2002).

Nessa perspectiva, as pessoas não são consideradas de maneira solipsista, isoladas do mundo, mas sim atuando “em-relação-com”, de modo que as ações de uma pessoa só podem ser descritas e entendidas em relação às ações de outras pessoas e, em relação às circunstâncias situacionais e temporais em que as pessoas estão

envolvidas. Além disso, os aspectos de um evento são mutuamente definidos e dão sentido ao outro, uma vez que uma pessoa em um cenário diferente (ou o mesmo cenário com diferentes pessoas) oferece uma confluência distinta de pessoas e contextos. Os aspectos de um evento são tão entrelaçados que a definição ou compreensão de um aspecto requer a inclusão simultânea de outros aspectos na análise. Para colocar isso de outra maneira, a perspectiva de mundo transacional não lida com a relação entre as partes, no sentido de que um elemento independente pode causar alterações sem alterar os demais. No transacionalismo, os aspectos que o constituem, as pessoas e seus contextos, coexistem e se definem conjuntamente, um com o outro, apresentando significados à natureza do fenômeno que constituem.

Assim, são as qualidades relacionais que interessam à abordagem transacional e não as características dos elementos considerados uma de cada vez, como entidades independentes. Para exemplificar, pode-se pensar no contexto de uma orquestra sinfônica, onde ao invés de separar as características do maestro, dos vários instrumentos que a compõe, a partitura, a sala do concerto, considera-se as ações dos participantes, suas harmonias e entrosamento na leitura e execução das partituras, suas relações com o ambiente físico e a qualidade da platéia, todos atravessados pelo fluxo temporal. Outro exemplo, as pessoas não percebem apenas cadeiras ou praças em termos físicos, mas, percebem cadeiras para se sentar e descansar, praças para caminhar e conversar com amigos. O ambiente é concebido, portanto, como um aspecto de uma conduta em curso, mediado por certa dinâmica psicológica. Novamente, vê-se processos psicológicos, contextos e o tempo como inseparáveis (Altaman & Rogoff, 2002).

As configurações pessoais, psicológicas, contextuais e temporais nem sempre são previsíveis a partir do conhecimento dos aspectos distintos do fenômeno. A perspectiva transacional difere acentuadamente a este respeito das outras três perspectivas. As outras visões de mundo procuram descobrir a chave de alguns princípios básicos que regem o funcionamento de todos os fenômenos psicológicos, tentando realizar uma síntese final da unidade do conhecimento sobre ele. No individualismo, a variedade de resultados psicológicos é limitada pelas qualidades da pessoa pré-determinada. No interacionismo se assume os resultados psicológicos como previsíveis a partir da interação de elementos com qualidades conhecidas. E na perspectiva de mundo organísmica, a partir do

princípio teleológico, se antecipa um estado ideal pré-estabelecido, com o ambiente e os resultados da mudança significativamente previsíveis. Já no transacionalismo se permite a variabilidade e novidade no padrão e direção da mudança. Isso não significa que ela se abstém da previsão e de princípios gerais do funcionamento psicológico. A dinâmica do fenômeno psicológico, enquanto variável, pode formar padrões gerais em todos os eventos semelhantes. Embora fenômenos estejam em mudança constantemente, ela não se dá necessariamente de maneira aleatória ou idiossincrática. Assim, consistências e padrões no fluxo de eventos semelhantes podem ou não permitir afirmações gerais. O foco está sobre o evento, com a aceitação da possibilidade de que diferentes configurações podem ser necessárias para compreender diferentes eventos.

Isso leva a visão transacional à capacidade de estudar eventos únicos. Como Altman & Rogoff (2002) observam, a contextualização possibilita a compreensão de dado fenômeno que a princípio não é previsível ou estável. Portanto, o funcionamento psicológico pode envolver configurações originais das pessoas, dos contextos e de culturas diversas. De maneira que o estudo de novos fenômenos pode levar a novas ideias, princípios e perspectivas que futuramente venham a operacionalizar outras pesquisas. Em resumo, a perspectiva transacional, em contraste com as outras perspectivas, minimiza os princípios universais de regulação que predetermina o curso do desenvolvimento de um fenômeno, apesar de aceitar a ideia de que os eventos psicológicos são intencionais, dirigidos a uma meta. Compreender lugares e eventos a eles atrelados é reconhecer a inseparabilidade dos seus diferentes aspectos. Em todos esses casos há uma unidade do fluxo temporal, tipos de participantes, regras de comunicação e significados psicológicos próprios nestas interações. Altman e Rogoff (2002) lembram que as configurações físicas em diferentes culturas, tais como uma rua, um poço d'água ou uma casa, podem envolver diferentes padrões de uso por parte das pessoas, diferentes fluxos de comunicação entre elas, com diferentes significados, em diversos momentos do dia, e assim por diante.

Pensar de maneira transacional já estava no horizonte de dois pioneiros no campo. Para Proshansky (1976, p. 63) “compreender a relação e as dimensões do ambiente físico é necessariamente enraizar a metodologia que preserva a integridade destes eventos”. Para Ittelson (1973, p. 19) “o homem nunca é encontrado concretamente independente da situação pela que age, nem é o ambiente encontrado independentemente encontrado do

indivíduo”. A pesquisa ecológica de Barker, que durante muitos anos analisou os processos psicológicos em uma variedade de definições ambientais de pequenas cidades, escolas, igrejas, de acordo com a tese de que o comportamento está intimamente ligado com o ambiente físico e social em um fluxo contínuo. Barker assinala que as tarefas do psicólogo devem compreender o fluxo do comportamento e descrever as unidades naturais do funcionamento psicológico no ambiente físico, como eles se desdobram e mudam de posição. Apesar da longa data desses conceitos, eles nem sempre foram absorvidos em trabalhos teóricos (Ferreira, 1997).

Um conceito central para entender a dinâmica de relações pessoa-ambiente é compreender que o fenômeno é composto por componentes humanos e não humanos, que interagem em um sincronizado modo para realizar uma sequência ordenada de eventos chamado de “programa” por Barker. Assim, uma definição do comportamento é uma confluência de ações em relação a lugares e coisas. Essas ações são organizadas em sequências temporais sistemáticas onde padrões de comportamento, lugares e a dinâmica temporal estão mutuamente interligados de tal forma que os ganhos de comportamento estão significados em função de sua localização em um determinado contexto temporal e espacial. Desse modo, os aspectos da configuração de comportamento definem um ao outro, dando uma unidade coletiva para o fluxo do comportamento dentro do ambiente.

Ferreira (1997), citando Barker, exemplifica, descrevendo uma partida de beisebol, onde para compreendê-la se exige que, em vez de se concentrar nos elementos ou atributos fora de contexto, na habilidade de um jogador, ou velocidade da bola arremessada, deve-se estudar o jogo como um ajuste de comportamento ou uma série de configurações de comportamentos em que seus padrões se tornam compreensíveis apenas quando vistos no contexto, com seus elementos físicos e temporais, constituindo todo o cenário. Na perspectiva do autor, é preciso, antes de tudo, tomar como objeto o estudo do “fluxo do comportamento” de pessoas em sua vida normal. A escolha da expressão “fluxo”, com sua referência à continuidade, parece premeditar uma forma de contraste com outra forma de olhar o comportamento à qual Barker se opunha e que foi intitulada por ele como “peça de mosaico”. Evidenciando o nível de fragmentação que considerava ser imposto, por outras pesquisas, ao objeto de estudo de Psicologia (Ferreira, 1997). Stokols (1982) estava convencido desse importante modo de produção do conhecimento e passou a debater

sobre a necessidade de se preocupar com as características do conhecimento em PA. Essa construção seria caracterizada pelo atendimento a um conjunto de desafios resumidos na ideia de “contextualizar” o ambiente.

De qualquer maneira, em síntese, pode-se afirmar que a PA atualmente se caracteriza pela criação de uma diversidade de interesses, de pesquisas e de multiplicidades de concepções da relação pessoa-ambiente. O uso do método científico constitui parte integrante de suas atividades, não apenas entendido como um patamar meramente técnico de intervenção na relação pessoa-ambiente, mas articulado com propostas teóricas que as subsidiam (Moraes, 1994).

A partir de todas essas considerações teóricas, Wiesenfeld (2005) destaca que o modo de conceber a relação pessoa-ambiente varia segundo os preceitos assumidos pelo pesquisador, seus interesses pessoais e institucionais, sua formação e sua experiência profissional, além da sua perspectiva de mundo, do contexto do seu trabalho e outros fatores, muitos dos quais conjunturais. Contudo, a autora sugere verificar se a eleição da temática obedece a motivos psicoambientais relevantes e como os critérios de escolha foram estabelecidos.

4. MÉTODO

4.1 Delineamento da pesquisa

Em conformidade com Robins, Gosling & Craik (1999) e Giuliani & Scopelliti (2009) que apontam a importância de avaliar as tendências disciplinares na Psicologia Ambiental (PA), esta pesquisa se circunscreve no horizonte dos estudos do “estado da arte” (Luna, 2009) buscando localizar as principais tendências compreensivas da relação pessoa-ambiente da PA brasileira. Pode ser delineada como uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratória e descritiva (Gil, 2002). Adota-se a estratégia de análise denominada “exploratória” onde, conforme Gil (2002, p. 41), permite-se examinar os “mais variados aspectos relativos ao fato estudado”. Tal recurso implica análise do material por meio de recursos estatísticos e conceituais, restringindo-se ao conteúdo manifesto. “Descritiva” porque delinea as características destas mesmas produções, objetivando estabelecer relações entre as variáveis que as constituem. Embora sejam rigorosas as exigências de objetividade presente, deve-se destacar que o método usado não tem a pretensão de formular verdades neutras, muito menos absolutas. Nesta perspectiva, tanto a demarcação do fenômeno tematizado nesta pesquisa, quanto o ponto de vista escolhido para observá-lo, estão atrelados a uma reflexão crítica das atuais condições históricas, buscando apontar um caminho para a PA enquanto disciplina presente nas principais questões que circundam o atual cenário da sociedade. Dessa maneira, cabe ao pesquisador ser “capaz de demonstrar – segundo critérios públicos e convincentes – que o conhecimento que ele produz é fidedigno e relevante teórica e/ou socialmente” (Luna, 2009, p. 14). Lembrando que o surgimento de revisões de literatura em PA podem ser considerado “um fator denotador do desenvolvimento da subárea por indicar o seu grau de consolidação” (Ferreira, 1997, p. 112).

4.2 Contexto da pesquisa

Ocasionalmente, uma área precisa fazer um balanço dos estudos, textos e pesquisas que são realizadas em seu campo para avaliar o seu crescimento qualitativo e quantitativo. Esta necessidade

torna-se mais premente quando essa produção vem principalmente dos Programas de Pós-graduação, cujas obras continuam, muitas vezes desconhecidas para parte da comunidade científica, que deveria avaliá-las e, principalmente, pela sociedade, o seu principal beneficiário. Pesquisas centradas no “estado da arte” permitem indicar os temas tratados, evitando assim a repetição e conhecendo as diferentes perspectivas, abordagens e metodologias. Segundo Ferreira (2002), cria-se condições para que maior número de pesquisadores interessados em temas afins estabeleçam um primeiro contato, recuperem determinado trabalho e possibilitem a circulação e intercâmbio entre a produção construída e aquela a construir:

Esta compreensão do estado de conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, afim de que se ordene periodicamente o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacuna e vieses (Ferreira, 2002, p. 260).

Nesse horizonte, a presente pesquisa teve início com a análise dos resumos e palavras-chaves dos trabalhos produzidos durante os anos de 2001 a 2010, como requisito para a conclusão dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em Psicologia no Brasil, cuja temática esteja circunscrita na área da PA. O arrolamento de todas as produções empregadas nesta pesquisa ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 2010. O material foi selecionado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nos Currículos Lattes dos pesquisadores participantes Grupo de Trabalho em Psicologia Ambiental da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (GT-PsiAmbiental/ANPEPP) de 2010 (Apêndice A), procurando encontrar eventuais produções que não estivessem elencadas nos dois portais mencionados.

Vale destacar as dificuldades encontradas para a obtenção do material. Mesmo diante do potencial que as tecnologias de comunicação digital oferecem, algumas bases de dados institucionais estão aquém do que se poderia esperar para a exploração do material

produzido por elas. Entre alguns problemas constatados é possível evidenciar: resumos incompletos, não disponibilização no *site* da universidade de trabalhos produzidos em alguns anos, o *link* para acessar os trabalhos, que está desativado. A existência de limitações também foi constatada por Pinheiro & Günther (2004) ao fazerem um estudo sobre o lugar da PA dentro de grupos de pesquisa brasileiros, em que encontraram limitações técnicas, relacionadas aos recursos de *hardware* e *software*, ou à dificuldades dos pesquisadores e/ou da universidade-sede dos grupos de pesquisa, na medida em que a disponibilização do material por vezes está condicionada a falta de recurso humano-operacional para sua realização. Estes problemas limitam uma maior amostragem do material de interesse, tanto desta pesquisa, quanto de outras com propósitos semelhantes.

Embora os estudos que tratam da relação pessoa-ambiente sejam objeto de investigação mundial nas mais diferentes áreas, optou-se por se limitar ao território brasileiro, pois se parte do pressuposto de que no país há especificidades na questão dos estudos da relação pessoa-ambiente que merecem ser conhecidas. Isso legitima a necessidade de investigar as alternativas produzidas pelos pesquisadores nacionais.

A pesquisa ficou restrita à análise de teses e dissertações por se considerar os programas de Pós-graduação brasileiros como espaços privilegiados de pesquisa e de produção científica, evidenciando as principais tendências da área. Além do que, fontes desta natureza são importantes em virtude de muitas serem constituídas de relatórios de investigações científicas originais ou de acuradas revisões bibliográficas. As demais produções, como livros e artigos, de certo modo estão vinculadas a tais pesquisas. Tem-se a dimensão da incompletude desse estudo e evidentemente podem existir outros grupos de pesquisadores ligados a outros organismos, financiadores ou não.

4.3 Etapas da investigação

A coleta e análise dos dados ocorreram ao longo de três etapas, sendo elas:

Etapa 1: Levantamento das dissertações e teses dos programas de Psicologia que tenham como base a relação pessoa-ambiente entre os anos de 2001 a 2010;

Etapa 2: Agrupamento dos trabalhos conforme a temática de estudo;

Etapa 3: Esta etapa foi dividida em duas partes. Na primeira (3A), fez-se a análise das compreensões elaboradas para a relação pessoa-ambiente dos trabalhos que constam na BDTD. Na segunda (3B), é feita uma síntese entre as pesquisas por modo e as respectivas compreensões dadas a elas.

4.4 Fontes de pesquisa

Dissertações e teses desenvolvidas nos programas de Pós-Graduação em Psicologia no Brasil, que tenham como maior interesse tratar da questão da relação pessoa-ambiente, sobretudo dentro da Psicologia Ambiental. Segundo levantamento realizado e conforme o delineamento metodológico desta pesquisa, 39 dissertações e 3 teses foram identificadas na etapa de caracterização (instituição, ano de publicação, orientadores, populações e ambientes específicos). E dentro destas, 20 dissertações e 3 teses foram averiguadas referente às tendências compreensivas da relação pessoa-ambiente.

4.5 Instrumentos

Para a realização desta pesquisa, foram utilizados os seguintes instrumentos:

Etapa 1: Buscou-se os trabalhos nos *sites* da BDTD, da CAPES e das universidades dos pesquisadores do GT-PsiAmbiental/ANPEPP. Para isso se utilizou uma ficha de catalogação (Apêndice B) contendo todas as informações de caracterização dos trabalhos.

Etapa 2: Foi definido taxonomicamente os resumos, agrupando-os a partir das temáticas conforme a classificação sugerida por Stokols (1978).

Etapa 3: A partir de cada grupo temático, identificou-se as compreensões que os pesquisadores fazem da relação pessoa-ambiente, por meio da leitura sistemática das teses e dissertações que estão disponíveis no *site* da BDTD, a partir da classificação proposta Altman e Rogoff (2002). Foi usado somente as pesquisas deste *site* uma vez que aí constam integralmente.

4.6 Procedimentos

Etapa 1: Se fez o levantamento das dissertações e teses que tinham em suas palavras-chaves e nos resumos as seguintes expressões, esgotando suas variações de número e acentuação gráfica:

- Psicologia Ambiental;
- Pessoa-Ambiente.

Os dois descritores constam na base de dados da BVS-Psi. Apesar da variedade de descritores que poderiam ser usados para busca caracterizando as produções dentro da PA, tais como: “território”, “lugar”, “ambiência”, “identidade de lugar”, “apropriação”, “apego ao lugar”, dentre outros, optou-se especificamente por essas duas expressões por poderem ser consideradas “expressões núcleo” em toda produção da PA. No levantamento prévio para a elaboração desta dissertação, chegou-se a 39 dissertações e 3 teses, indicando que tais expressões de busca são capazes de apresentar significativa representatividade nas produções. Estão integralmente disponíveis no banco de dados da BDTD 20 dissertações e 3 teses. No portal CAPES foram identificados 18 dissertações (onde se tem acesso somente ao resumo). Por seu turno, mais 1 resumo de dissertação foi localizado a partir do currículo Lattes de um pesquisador ligado ao GT-PsiAmbiental/ANPEPP 2010, cujo trabalho não constava no portal da BDTD e nem no da CAPES e que recebeu a mesma classificação pelas palavras-chaves.

Como esta análise busca retratar os principais temas de pesquisa e suas correlações com a concepção da relação pessoa-ambiente que foram usadas na elaboração dos trabalhos, primeiramente os dados foram construídos a partir da “unidade de análise” dos textos extraídos dos resumos presentes nas produções acadêmicas selecionadas. Para isso, se usou a ficha catalogação por meio de “categorias de registro” (Apêndice B) para as informações metodológicas envolvidas nas pesquisas. Na medida em que o material foi coletado, foi tabulado com o auxílio do programa de computador *Windows Excel*, possibilitando que as categorias fossem digitadas uma única vez, afastando qualquer falha no tratamento estatístico proveniente de um possível erro de digitação ou de uma eventual contagem manual. Identificando, ordenando e mapeando, os trabalhos foram enquadrados considerando os seguintes elementos:

- Autor;
- Título do trabalho;
- Ano de defesa;
- Instituição de origem;
- Nível (Mestrado ou Doutorado);
- Orientador;
- Temática da pesquisa;
- Ambientes pesquisados;
- Usuários envolvidos;

Etapa 2: Com base no exame dos resumos dos trabalhos que constam na BDTD, CAPES, e no trabalho que foi localizado no currículo Lattes de um pesquisador do GT ANPEPP, fez-se uma análise taxionômica, onde se agrupou os estudos em conjuntos cujas preocupações temáticas se aproximem. Para fins de operacionalização, cada conjunto foi agrupado por uma denominação que melhor represente o tema da pesquisa em questão. Essa estratégia foi pensada a partir da classificação proposta por Stokols (1978) e efetuada na revisão de literatura feita por Giuliani & Scopelliti (2009), onde se categoriza os temas trabalhados nas áreas de estudos da PA em quatro modos: Modo Interpretativo, Avaliativo, Operativo e Responsivo.

Sobre a classificação dos trabalhos nesses respectivos temas, é importante destacar que foram realizados conforme as variáveis conceituais extraídas e identificadas nos próprios resumos dos trabalhos, respeitando as conceituações usadas pelos autores das

pesquisas. Com isso, pretendeu-se afastar quaisquer influências de pressupostos do pesquisador na categorização dos mesmos. Conforme orientação de Giuliani & Scopelliti (2009) às vezes algumas simplificações poderão vir a ser necessárias, uma vez que as fronteiras entre os diferentes modos não são sempre claras e distintas, e muitos estudos compreendem mais do que um único modo de transação ou tema de investigação.

Etapa 3A: Depois desse agrupamento por temas de pesquisas, concentrou-se na análise da compreensão da relação pessoa-ambiente, segundo os critérios estabelecidos por Altman & Rogoff (2002). Tendo em vista a profundidade exigida para esta etapa e a especificidade da análise, precisa-se dos textos das teses e dissertações e, portanto, a análise ficou restrita ao grupo de trabalhos disponíveis no *site* da BDTD (20 dissertações e 3 teses). Foram destacados de cada dissertação e tese as partes relativas à apresentação, à problematização e discussão dos resultados, bem como as considerações finais. As variáveis encontradas nesses trabalhos foram nomeadas respeitando os sistemas de referência conceitual próprios de cada estudo. Em consequência da grande variedade de enfoques, tornou-se inviável uma análise individual quanto à consideração de variáveis. Optou-se por tratar desse aspecto considerando sempre o conjunto das produções de cada modo, sendo as especificidades das pesquisas trabalhadas de forma pontual a título de ilustração dos resultados obtidos no conjunto. Tem-se como resultado o agrupamento dos trabalhos respeitando a classificação em quatro perspectivas de compreensão da relação pessoa-ambiente.

Etapa 3B: Ao término da análise feita na Etapa 3A, prosseguiu-se com outra análise onde se efetuou um cruzamento entre os temas das pesquisas (quatro modos) e as perspectivas da relação pessoa-ambiente dos trabalhos analisados (quatro perspectivas).

A Figura 6 ilustra as etapas a serem cumpridas para a elaboração da pesquisa:

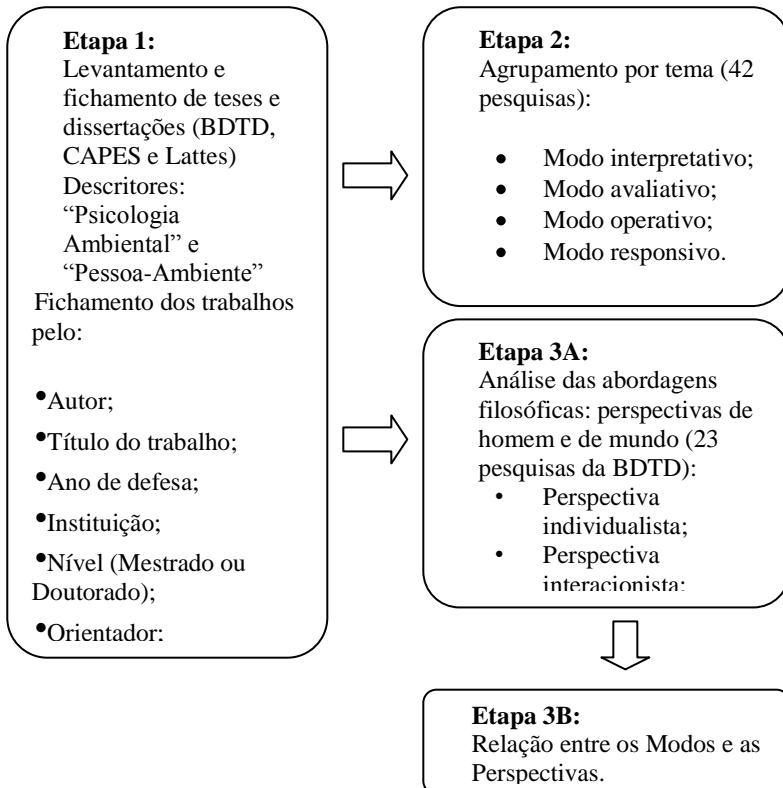


Figura 6 – Fluxograma das etapas do trabalho

4.7 Análise de dados

O tratamento dos dados levantados na Etapa 1 foram efetuados com o auxílio do programa de computador *Windows Excel*. Para a classificação dos trabalhos pelos modos de Stokols (1978) foi realizada uma reunião em novembro de 2010, com a equipe do laboratório de Psicologia Ambiental da UFSC (LAPAM), para verificar em qual modo cada pesquisa se enquadraria melhor. Cada participante tinha papel de “juíz” para argumentar. A partir do tema

das pesquisas, cada participante dava suas razões do porquê dela se enquadrar neste ou naquele modo. Havendo a concordância dos demais a respeito, só então se fez a classificação de cada pesquisa. Para a avaliação das perspectivas da relação pessoa-ambiente, foi considerado ‘Objeto de análise’ as tendências apreendidas nas explicações quanto às determinantes da relação pessoa-ambiente, a partir da classificação proposta por Altman e Rogoff (2002).

5. RESULTADOS

5.1 Etapa 1 – Levantamento e fichamento das teses e dissertações

De acordo com os dados obtidos, pode-se afirmar que a produção acadêmica brasileira em Psicologia Ambiental está concentrada nos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Como demonstra a Figura 7 a seguir, 24 pesquisas (58%) do total foram produzidos nesses dois estados, sendo que somente na UFRN tem 12 produções (29%).

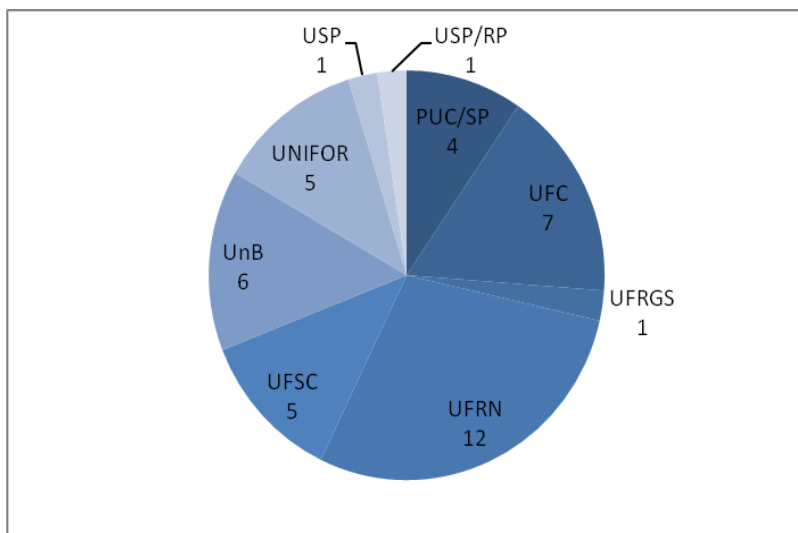


Figura 7 – Distribuição das quantidades de títulos por instituição

Em seguida da universidade cearense e potiguar, há uma homogeneidade nos percentuais das produções na área, indicando que a PA está se desenvolvendo em diferentes partes do país. Apenas na USP e USP/RP aparece uma produção em cada instituição.

Quando se verifica as produções ao longo da década de 2000 (Figura 8), é possível constatar que a partir de 2006 há uma elevação nas produções, atingindo em 2008 seu nível maior. Em 2010 há uma queda nos resultados, contudo, é provável que isso ocorra já que muitos trabalhos serão defendidos no início do ano de 2011 devido ao término das bolsas e prazos dos alunos. De qualquer maneira, os resultados assinalam na mesma direção apontada pelo GT PsiAmb, do X Simpósio da ANPEPP de 2004 (Pinheiro & Günther, 2004). Na primeira metade da década de 2000, terminava a formação doutoral de parte significativa dos atuais pesquisadores. Isso aparece de maneira nítida na segunda metade da década, com o aumento das produções.

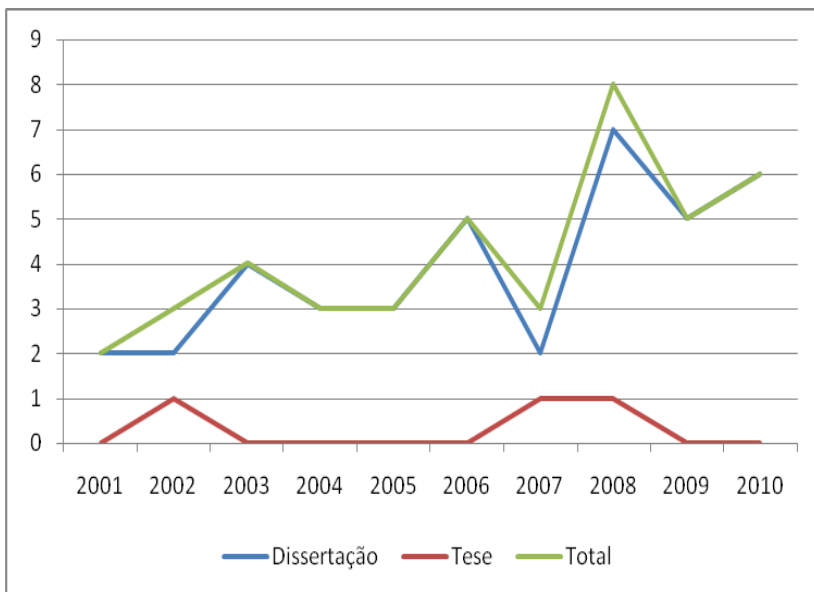


Figura 8 – Quantidade de títulos ao longo do tempo considerando o nível: Mestrado ou Doutorado

Ao que se refere os ambientes pesquisados, vê-se que as produções se focam principalmente no ambiente escolar, seguido pelo hospitalar e ambientes urbanos, tais como trânsito e praça (Figura 9). Em “Outros” constam os manuscritos que tiveram só uma ocorrência, entre os quais se podem mencionar: prevenção e combate a desastres, literatura, lixão, praia, restaurante universitário e sala de descanso.

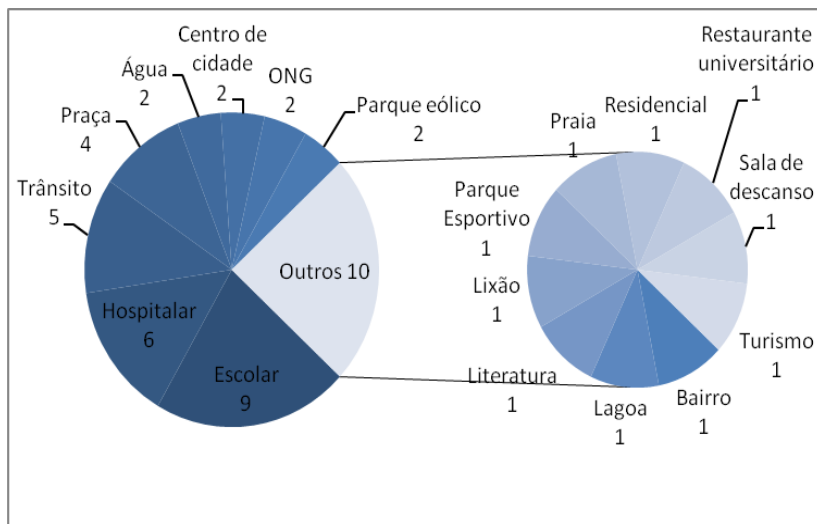


Figura 9 – Distribuição das quantidades de ambientes pesquisados

Já na Figura 10 está representada as populações específicas que foram objeto das pesquisas. Em primeiro lugar aparecem as “Crianças” em áreas públicas ou hospitalares e estudantes nas escolas. Seguida por “Profissionais”: motoristas, arquitetos, professores, enfermeiras. Em “Outros” pode-se ler: lideranças comunitárias, atletas, deficientes, dependentes químicos, religiosos e personagem de livro literário.

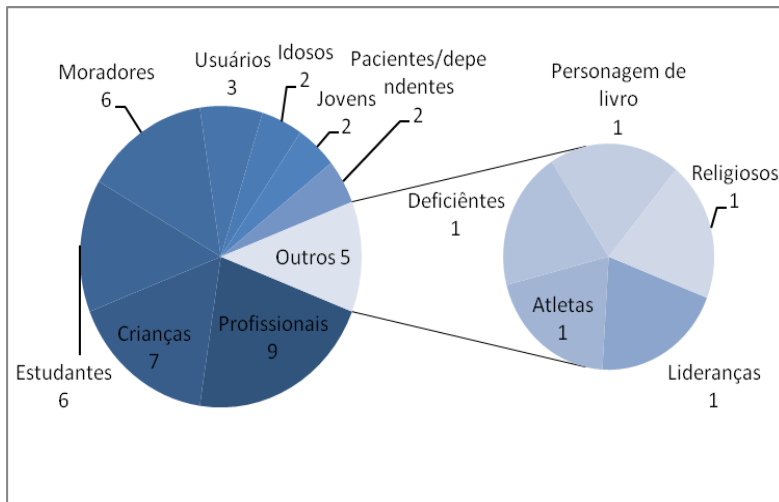


Figura 10 – Distribuição das quantidades de usuários envolvidos

5.2 Etapa 2 – Agrupamento dos trabalhos conforme a temática de estudo

Com base no exame dos resumos das pesquisas que constam na BDTD, agrupou-se os estudos em quatro conjuntos, cujas preocupações se aproximassem da classificação proposta por Stokols (1978). Ou seja, interpretativo, avaliativo, operativo e responsivo. Os estudos enquadrados em cada conjunto estão indicados em anexo, contendo o ano de defesa, a instituição de origem, o título do trabalho e o nome do orientador, bem como a indicação do nível do estudo (Mestrado ou Doutorado).

A distribuição dos trabalhos em cada grupo pode ser observada através da Figura 11 que contempla a totalidade dos

trabalhos, sendo o modo avaliativo o de maior representatividade, com 14 pesquisas (33%), seguido pelos modos interpretativo, responsivo e operativo, com 11 (26%), 9 (22%) e 8 (19%) pesquisas, respectivamente. A tendência por modo se aproxima significativamente com os resultados apontados na pesquisa de Giuliani & Scopelliti (2009), que ao fazerem a revisão de 1.787 artigos publicados no *Environment and Behavior* e no *Journal of Environmental Psychology*, constataram que 33,9 % são pesquisas do modo avaliativo, 23 % do responsivo, 22,23 % do interpretativo e 20,85 % do operativo.

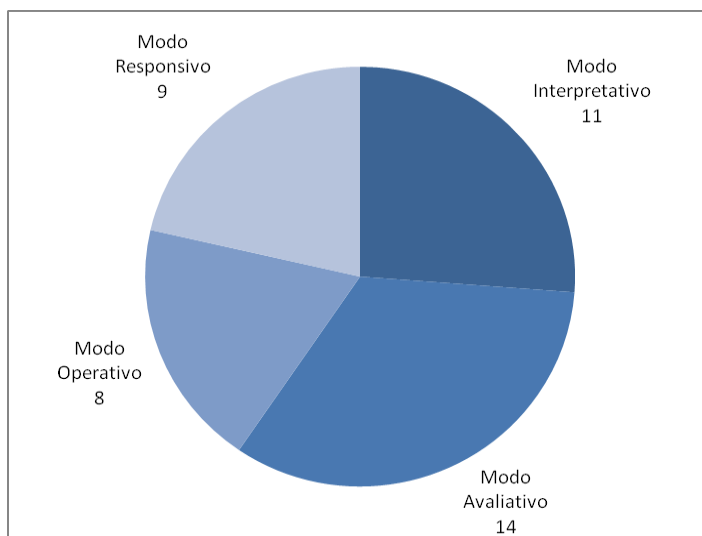


Figura 11 – Quantidades de pesquisas por modo compreensivo

Os trabalhos indicam o aumento das produções em PA a partir da segunda metade da década de 2000 como indica a Figura 12. O Modo Avaliativo mantém uma média durante o período analisado, seguido pelo Modo Interpretativo, que somente em 2007 não teve nenhuma produção. Já os Modos Operativo e Responsivo começam a ter mais expressão a partir de 2006.

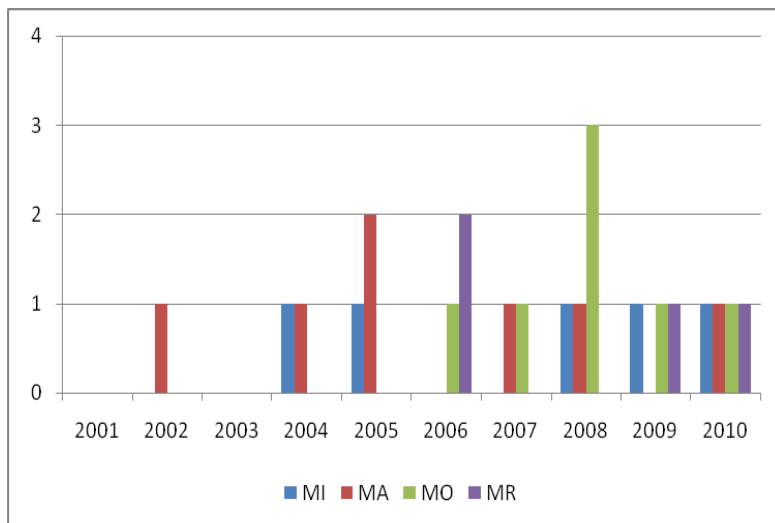


Figura 12 - Evolução das produções em cada modo compreensivo

A seguir será possível conhecer mais detalhadamente cada uma das categorias já mencionadas na Fundamentação Teórica que constam nas pesquisas analisadas. O agrupamento por grupo das pesquisas foi elaborado a partir do tema explicitado em cada pesquisa. Nesse item, optou-se por não fazer distinção entre os trabalhos da BDTD, CAPES ou Currículo Lattes, assim o enunciado das questões que nortearam as pesquisas aparecem agrupados pelas principais temáticas que são foco de atenção de cada pesquisador. No Apêndice C consta a relação das variáveis articuladas ou apenas mencionadas pelos pesquisadores em cada modo compreensivo.

5.2.1 Principais temas e questões norteadoras do Modo Interpretativo

Neste grupo estão as pesquisas que focam na: cognição espacial, mapas cognitivos, percepção ambiental, significado e sentido de lugar, lugar e processos de identidade, processos afetivos, personalidade e o ambiente:

- Qual a relação afetiva com o lugar de moradores da praia de Pipa-RN?
- Qual a afetividade (emoções e sentimentos) de religiosos, padres e irmãos idosos, em relação à moradia na casa de saúde?
- Como se dá a constituição dos afetos e a articulação dos significados decorrentes da relação inclusão/exclusão social, com base na vivência dos moradores do Conjunto Residencial Planalto Universo e daqueles do seu entorno?
- Como as pessoas percebem a Praça André de Albuquerque (Natal), que uso fazem dela e que significados dão a este lugar público?
- Como o esporte surge no bairro a partir da ONG ARCA?
- Quais os afetos que marcam a relação de jovens do sertão semi-árido nordestino com seu entorno e com sua decisão entre emigrar ou não?
- Qual a afetividade (sentimentos e emoções) de atletas de competição de diversas modalidades esportivas?
- Qual a percepção de crianças em um hospital?
- Qual é a percepção de risco do motorista de transporte coletivo urbano em relação à faixa de pedestre na cidade de Natal?
- Qual é a identidade de Lugar dos moradores da cidade de Maracanaú?
- Qual é a imagem e o uso da bicicleta na cidade que foi planejada?

No Apêndice D consta a relação das pesquisas que fazem parte do Modo Interpretativo.

5.2.2 Principais temas e questões norteadoras do Modo Avaliativo

Neste modo constam as pesquisas que focam suas análises na avaliação de: qualidade ambiental; preferências e satisfação; atitudes ambientais e disposição; preocupação ambiental e valores; e percepção de risco:

- Qual o comportamento em filas de espera de um restaurante universitário?
- Quais as representações sociais do lugar de professores, arquitetos e crianças com relação à escola?
- Quais as características sociofísicas dos espaços públicos ao ar livre que intervêm no comportamento de uso das crianças?
- Qual a percepção dos arquitetos acerca do processo de humanização hospitalar?
- Qual o significado atribuído à água pelas lideranças locais de sete cidades catarinenses?
- Quais as determinantes do comportamento pró-ambiental relativo à água, bem como os significados que lhe são atribuídos por alunos do ensino médio?
- Qual a melhor adequação do pátio de escolas do ensino fundamental, segundo o ponto de vista da criança estudante, usuária direta desse tipo de ambiente?
- Quais são as condições de trabalho e saúde de motoristas de transporte coletivo urbano?
- Quais as relações recíprocas entre pessoa-ambiente, envolvendo especificamente a questão da intervenção urbana e a afetividade de idosos?
- Que características físicas e psicossociais do ambiente da escola relacionam-se ao cuidado com a edificação escolar?
- Qual o alcance do mapeamento psicossocial participativo e das trilhas urbanas na re-inserção comunitária de aluno do Programa Nacional de Inclusão de Jovens?
- Qual é a satisfação de idosos em ambientes de vizinhança de duas regiões do DF?
- Qual a influência de elementos físicos da via urbana no comportamento de velocidade dos motoristas?
- Quais as justificativas de motoristas para infrações de trânsito?

No Apêndice E consta relação das pesquisas que fazem parte do Modo Avaliativo.

5.2.3 Principais temas e questões norteadoras do Modo Operativo

Aqui estão elencadas as pesquisas que se preocuparam com: o comportamento pró-ambiental (reciclagem, lixo, uso de energia, etc.); intervenções para preservar a natureza; controle do ambiente; territorialidade e privacidade; espaço pessoal; organização e uso do espaço, escolhas locacionais; e participação em planejamento:

- Qual a relação pessoa-ambiente a partir do ponto de vista de dois grupos de adolescentes?
- Como ocorre a apropriação de espaço por homens, dependentes químicos, que são acolhidos temporariamente em um ONG?
- Como criar ações educativas para o desenvolvimento de uma nova cultura ambiental nas empresas, que sejam eficientes a ponto de transpor os limites das organizações, adotando os conhecimentos no cotidiano do sujeito em busca de qualidade de vida?
- Qual a relação da personagem do livro Memorial de Maria Moura com o ambiente em sua volta?
- Como ocorre a apropriação de espaço nas escalas ambientais mais significativas selecionadas por adultos com deficiência visual?
- Como se dá a intervenção terapêutica em criança recém-hospitalizada à luz da teoria psicanalítica winnicottiana?
- Qual o comportamento sócio-espacial e a percepção dos usuários do calçadão da Avenida Engenheiro Roberto Freire (Natal-RN)?
- Qual o conhecimento de estudantes da cidade de Natal-RN a respeito da energia eólica?

No Apêndice F consta relação das pesquisas que fazem parte do Modo Operativo.

5.2.4 Principais temas e questões norteadoras do Modo Responsivo

- Quais as características das interações entre crianças e o jardim de um hospital infantil?
- Qual a utilização do espaço e os comportamentos de interação entre crianças no pátio de um centro de educação infantil?
- Quais as características físicas do espaço aberto escolar estão relacionadas às atividades de interação social das crianças em duas instituições de educação infantil?
- Quais as inter-relações entre o ambiente hospitalar e o paciente oncológico com dor, ao longo de seu processo de hospitalização, através da afetividade?
- Qual a percepção de um grupo de catadores acerca dos riscos ambientais e ocupacionais no contexto da garimpagem de lixo?
- Quais as implicações sócio-ambientais imediatas após a implantação de um parque eólico para a comunidade que vive próxima?
- Qual a relação entre uso da sala de descanso em uma empresa e os afastamentos por motivo de saúde?
- Qual a interdependência entre arranjo espacial e o papel estruturador do educador em crianças de 1 a 4 anos em uma creche?
- Qual a correlação entre as deficiências no desenvolvimento de estratégias de prevenção e combate de desastres?

No Apêndice G consta relação das pesquisas que fazem parte do Modo Responsivo.

5.3 Etapa 3A – Perspectivas de compreensão da relação pessoa-ambiente

Nesta etapa o foco será a identificação das tendências compreensivas dadas pelos pesquisadores em seus trabalhos. Para isso usou-se das definições disponibilizadas por Altman & Rogoff (2002) para compreender as diferentes maneiras de se averiguar a relação pessoa-ambiente. Em virtude da profundidade exigida para a análise, optou-se por considerar apenas as produções pertencentes ao grupo de trabalhos que constam na BDTD, por estarem disponível na íntegra na rede internet. Nesse ponto, não se utilizou somente os resumos, mas também a problematização – exposta via de regra na introdução das pesquisas –, a apresentação, discussão e as considerações finais. Não foram analisadas, portanto, as partes concernentes ao método nem a exposição da fundamentação teórica. As pesquisas são apresentadas em quatro blocos (Interpretativo, Avaliativo, Operativo, Responsivo), de acordo com os modos de Stokols (1978) e conforme a classificação executada na Etapa 2.

A título de orientação na exposição dos dados, são apresentadas as variáveis identificadas nas pesquisas e ordenadas pelo número de trabalhos nos quais podem ser observadas suas incidências. Tomou-se o cuidado de diferenciar a incidência das variáveis quando apenas mencionadas, sem maiores esclarecimentos ou aprofundamentos, daquelas que foram consideradas em articulação com outras variáveis ou com o próprio fenômeno, onde o autor destaca com mais propriedade as implicações das mesmas. No Apêndice C está a relação completa das variáveis encontradas por modo pesquisado.

5.3.1 Modo Interpretativo

Antes de qualquer consideração, merece destaque a significativa articulação das questões dentro dos relatórios do Modo Interpretativo. Mais de um quarto das variáveis (29,41 %) dizem respeito à afetividade ao lugar, à apropriação de lugar, ao significado e à temporalidade que perpassa as pessoas contidas em dado ambiente. A afetividade é foco de quatro, dos cinco trabalhos analisados (exceto em Sousa, 2004). **Salomoni (2009)** investigou quais

são os efeitos e significados da relação exclusão/inclusão social vivenciados por moradores de um conjunto habitacional construído em Fortaleza/CE, provenientes de variadas áreas de risco e de preservação ambiental na cidade. Destaca que a construção dos conjuntos habitacionais foi realizada próximo ao local das antigas moradias com o intuito de:

Conservar os moradores próximos ao local de origem e preservar os vínculos afetivos constituídos em sua antiga vizinhança parece também ter sido um dos aspectos que favoreceu a manutenção da identidade social deste grupo de moradores reassentados na primeira etapa deste Conjunto Residencial. Esta ação parece ter contribuído com o estabelecimento do sentimento de pertença ao lugar da nova moradia (p. 59)

Na construção das habitações houve a preocupação em buscar participação dos sujeitos/moradores, respeitando e valorizando seus sentimentos, reconhecendo que uma melhor moradia, vai além das estruturas físicas, mas tem haver com o afeto construído com a antiga residência. A pessoa é vista como agente do processo de apropriação da nova morada, e não apenas como simples receptor de influências do ambiente. Além de facilitar o sentimento de pertencimento, a pesquisadora constatou que a moradia é sinônimo de segurança. A maioria dos envolvidos na pesquisa tem suas casas como um importante referencial de segurança: “embora residam em universos que apresentam características culturais, sociais e econômicas distintas entre si, este significado [de segurança] não difere” entre as pessoas (p. 61). Com a constatação do processo discriminatório, tanto entre os dois grupos de moradores do conjunto habitacional (a discriminação entre os moradores há mais tempo no local [denominados pelo outro grupo por “moradores do Carandiru”] em relação aos mais recentes [denominado pelo outro grupo de “moradores favelados”]), quanto desses dois para com os moradores do entorno, mais privilegiados economicamente e que estigmatizam os moradores do conjunto habitacional, tratando-os como “o outro”, como “classe perigosa”, configurando-os pelo viés da “negatividade” e “criminalidade”, pode torná-los socialmente como ‘passíveis de eliminação’” (p. 71).

Dessa maneira, na análise dos resultados, a autora enfatiza que “para enfrentar tamanha discriminação, provinda dos moradores do entorno, foi preciso “não realçar” as diferenças internas e, com isto, fortalecer a identidade grupal para enfrentar coletivamente o estigma vivenciado” (p. 79). De modo que:

Os novos habitantes são social e economicamente diferentes [dos moradores dos arredores]. Embora fisicamente vizinhos, são socialmente distantes. Estas características parecem acentuar a “distância espacial” que demarca o “território emocional (p. 67)

Nessa circunstância o “social embebido de afetos (sentimentos e emoções), sendo a afetividade um dos componentes de sua dinâmica – e é ela quem dá o tom da relação” (p. 87). A afetividade é demarcada como ponto de contato que supera a oposição entre subjetividade e objetividade: “conhecer o universo dos moradores pelos seus afetos me possibilitou captar os significados dos sentimentos e emoções relativos aos espaços territoriais em que se vive” (p. 104).

Em suas análises, a autora enfatiza a importância do tempo nesse processo. Primeiramente destaca que o tempo e o espaço são referências vitais às pessoas. É necessário que certo tempo tenha transcorrido para que “o sentimento de possuir e gerir um espaço independe da propriedade legal, ele ocorre por uso habitual ou por identificação” (p. 84). A autora esboça uma preocupação com os aspectos históricos dos acontecimentos, afirmando que “A casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, lembranças e sonhos do homem, cujo passado, presente e futuro, por sua vez, dão dinamismos diferentes a ela” (p. 60). Há a preocupação de considerar os pesquisados enquanto demarcados por certo ambiente físico, que permitem desdobrar em sentimentos surgidos no seu passado ambiental e vai à direção, antecipação, de dado futuro. A temporalidade é esclarecida também como um fator importante para esclarecer o processo de exclusão que ocorre no local. Nas suas Considerações Finais, Salomoni destaca que “é basicamente o tempo (...) de instalação/estabilidade no novo espaço territorial que distingue os dois conjuntos de moradores, e esses com os habitantes do entorno” (p. 104). A autora busca compreender seu fenômeno de investigação cruzando um conjunto de dados psicossociais enquanto processo construído temporalmente. Indicando uma compreensão transacional do mesmo.

Já na pesquisa de **Ponte (2010)** se objetiva a investigação das emoções e sentimentos de cinco religiosos (padres e irmãos) em relação à moradia em uma casa de saúde, estabelecendo relações com seus projetos de vida. Para tanto, o autor fez uso da técnica da autobiografia ambiental, buscando identificar os sentidos e significados dos lugares em seus projetos de vida. Posteriormente buscou estabelecer relações entre os mapas afetivos e a identidade de lugar. Por fim, relacionou a afetividade dos religiosos em relação à moradia e a participação em atividades sociais e comunitárias.

Assim como Altaman & Rogoff (2002), o autor destaca que mais do que descrever o ambiente e a resposta do sujeito a ele, é importante identificar nos pesquisados seus contextos sócio-históricos, para a partir dele compreender como ele influencia e é influenciado pelo sujeito. Ponte (2010, p. 94) demarca que “a moradia ou o lar devem ser compreendidos a partir de seus contextos históricos, culturais e políticos e não como conceitos abstratos ou idealizados.” Isso fica exposto também quando o autor trata da “mobilidade residencial” dos religiosos. A mobilidade na vida religiosa faz parte não apenas da intervenção institucional e suas necessidades práticas, mas os próprios religiosos se apropriam e se apegam a este modo de vida itinerante, que passa a fazer parte da missão, do seu serviço. Torna-se referência emblemática de seus modos de vida. Na pesquisa o autor constata que as mudanças de moradia não são apontadas pelos participantes do estudo como motivo de sofrimento ou dificuldade de manter relações de apego com os lugares. Ao contrário, são elementos de identificação com o modo de vida religioso. Dessa maneira, o autor destaca que qualquer patologia em função da mobilidade residencial deve levar em consideração:

Uma abrangência mais ampla do contexto da história residencial do indivíduo, a situação de vida atual e as projeções para o futuro. Ou seja, compreendemos que para investigar a mobilidade residencial devemos contemplar principalmente o contexto histórico e cultural amplo, sem esquecer-se de incorporar neste trabalho os significados e sentidos desta prática na vida de cada pessoa, isto é, nos seus projetos de vida (...). Daí a necessidade de conhecer a história residencial da pessoa em seu contexto mais amplo, como método da relação pessoa-ambiente. (p. 101)

Através da aplicação do instrumento gerador dos mapas afetivos, o autor encontrou junto aos idosos imagens de agradabilidade, atração, contrastes e inseguranças como representantes da relação dos religiosos e a atual moradia. A média teve como resultado um conjunto de sentimentos positivos nessa relação, considerando a casa como um ambiente agradável, que oferece apoio e estabilidade. Assim, o autor demarca que o processo de estabilização na casa de saúde durante a velhice não representa um momento negativo, ou marcado apenas por perdas e doenças, mas o contrário: “tal período pode facilitar o processo de reconstrução dos projetos de vida e busca ativa de engajamento nas atividades da casa e da comunidade” (p. 85).

Embora o engajamento e a participação nas atividades desenvolvidas dentro e no entorno da casa de saúde sejam realizadas ativamente ou de modo mais passivo entre os idosos, a questão exposta pelo autor é que é necessário:

Compreender que as casas e demais lugares em que viveram são o que são hoje porque estas pessoas interferiram ativamente nestes ambientes se apropriando, significando e os transformando. Tornando-se parte objetiva da história destes ambientes e subjetivando estes mesmos lugares como parte inseparável e constituinte de suas histórias de vida, enfim de suas singularidades (p. 104)

A pessoa é apresentada como agente na sua relação com o ambiente:

Na casa de saúde o religioso idoso precisa reestruturar seus projetos de vida, encerrar um ciclo de mobilidade residencial e se apropria de um novo modelo de vida baseado na estabilidade residencial. Porém, tal tarefa é árdua e exige da pessoa o aprendizado de novas formas de sentir e dar sentido à vida, pois o rompimento com a mobilidade, embora muitas vezes considerado pelos religiosos de modo geral, não se apresentou vinculado com uma base afetivo-volitiva (p. 104).

Isso está exemplificado em um participante da pesquisa, que apesar de apresentar uma imagem de atração em relação à casa de saúde, relata certa frustração por viver naquela residência, tendo desejo de mobilidade. Em sua autobiografia ambiental declara: “É, estou rodando até que já estou com vontade de mudar de casa, já faz mais de um ano e tanto que estou por aqui dependente dessa casa”. Páginas seguintes, o autor ao fazer outras considerações sobre o projeto de vida desse pesquisado, destaca que ele:

Deve ser considerado sempre na perspectiva da transformação, o que equivale afirmar que não há o projeto de vida para se viver, mas sim, projetos que se constroem e se reestruturam indefinidamente dentro de um contexto histórico e cultural específico (p. 91)

Assim, o autor enfatiza que para se construir uma identidade de lugar vinculada à casa de saúde (representante máximo da estabilidade residencial na vida religiosa da congregação estudada), antes seria necessária a apropriação e significação do lugar por meio de uma relação de apego e estima positiva do lugar, o que implicaria, concomitantemente, na estruturação de novos projetos de vida e consequente identidade de lugar. No final da Discussão da sua pesquisa, Ponte (2010) sintetiza a relação dos idosos com a casa de saúde da seguinte maneira:

Logo, consideramos que os religiosos idosos participantes deste estudo se inserem, sobremaneira, na interação de complementaridade entre apego com o lugar e mobilidade, o que lhes possibilita vivenciar as mudanças residenciais não como ameaças, mas como uma situação necessária, desejada e inerente ao seu modo de vida. Contudo, há que ressaltar que tal fenômeno ocorre especialmente enquanto existe possibilidade de novas mudanças residenciais e manutenção da autonomia da pessoa na realização de projetos de vida com base na perspectiva da mobilidade residencial (p. 102).

A instituição religiosa supre bastante às necessidades da vida diária destes idosos. Entretanto, no rol de necessidades existem

algumas que não são passíveis de quantificação, uma vez que são necessidades qualitativas e articulam-se diretamente com as carências subjetivas de cada um deles, com seus sentimentos e emoções e, nesta área, nem sempre a instituição consegue abarcar tais aspectos. Ou seja, garantir a satisfação das necessidades básicas de atenção à saúde, alimentação, vestuário e moradia não significa satisfazer integralmente a pessoa em todas as dimensões de sua vida. Nesse sentido, o autor expõe nas Considerações Finais sua compreensão de sujeito inserido em dado ambiente:

Preparar o religioso para a estabilidade residencial não significa orientar os idosos para um fim que se aproxima, uma espécie de preparação à aposentadoria. Ao contrário disso, significa inserir o tema, de forma longitudinal, desde a formação vocacional aos religiosos idosos estabilizados na casa de saúde implicando, assim, na promoção de “bons encontros” entre as diferentes gerações, onde a solidariedade se manifesta pela inserção ativa dos jovens na vida da casa de saúde e, também, a inserção dos idosos na formação dos jovens. Efetivamente, a proposta se dirige à perspectiva da promoção da emancipação e da autonomia do religioso idoso, o que na significa negar suas limitações concretas, mas também, não significa supervalorizar as limitações como fatores incapacitantes a uma vida autônoma e emancipada (p. 109).

Em seu manuscrito de **2005**, **Medeiros** discorre a respeito da relação afetiva que moradores de uma cidade praiana têm com ela, a qual, no passado, foi marcada por um estilo de vida simples, voltado para as necessidades mais imediatas da comunidade. Dessa maneira, garantindo o sustento dos seus moradores através da pesca e da agricultura de subsistência, locomovendo-se em lombos de bois, quando precisavam percorrer distâncias maiores. Atualmente, em função da praia pacata ter se tornado um ponto turístico, o interesse local dominante é voltado ao atendimento de exigências que envolvem não mais um vilarejo, mas uma cidade, com todos os seus problemas físicos, estruturais, econômicos e sociais. Havendo assim, a implantação de um novo estilo de vida. Dentre tantos temas relacionados e empregados pela Psicologia Ambiental, a autora focou

seu estudo na questão da afetividade ao lugar com a construção e manutenção da identidade individual, como uma questão de sobrevivência e de qualidade de vida. A partir disso, Medeiros (2005, p. 13) procura “contemplar a dinâmica da vida humana nos seus aspectos temporais e espaciais”, focando na importância que um lugar teve em determinado momento da vida de alguém e o que uma simples mudança geográfica pode representar para a auto-estima e a manutenção do bem-estar psicológico de uma pessoa.

A autora esclarece que para um ambiente possa ter a propriedade de satisfazer as vontades e necessidades nas pessoas, para que possam se expressar e se sentir à vontade para ser o que são:

É necessário que, dentre outros aspectos, ele ajude a fortalecer a identidade pessoal ou grupal, a oferecer condições à nossa sobrevivência e a proporcionar bem estar psicológico. Isso indica que estamos tratando do ambiente não apenas em termos físicos, mas também em suas dimensões social, econômica, política e cultural (p. 14).

Medeiros (2005) constata que os moradores nativos estão sendo excluídos do processo de crescimento/desenvolvimento da praia, uma vez que suas raízes, história e cultura, têm sido desfavorecidos pelo turismo e desenvolvimento local. Espacialmente, esta exclusão é caracterizada pela migração desses moradores para áreas mais distantes do centro e dos ambientes de até então de convívio da comunidade, fato que afeta e reduz consideravelmente o sentimento de lugar e de grupo, tornando-os cada vez mais marginalizados e impotentes neste processo. Isso tem gerado um sentimento de insatisfação, mesmo em quem não é nativo de fato, mas que também possui forte vínculo com a comunidade.

Esse processo foi constatado, sobretudo, nos pesquisados idosos, que quando eram jovens e inseridos em um contexto completamente diferente, onde a dificuldade de sobrevivência prevalecia, o ambiente físico parecia ter maior relevância. Fato evidenciado nos relatos, principalmente através da menção às atividades e plantio, em detrimento de outras, envolvendo pessoas, grupos ou comunidade: “Sobre a tragédia desenhada entre passado e presente, entendemos que as dimensões do ambiente (física, social e global) tiveram papel fundamental em suas vidas em momentos distintos” (p. 14).

A tranquilidade do passado na praia, a atividade de pesca e até a pracinha da cidade, que foi o ponto de encontro mais antigo do local, perderam suas identidades para a população local. A configuração do passado foi substituída pela atividade turística, pelo agito dos visitantes e a transformação da pracinha em mirante. Isso leva a pesquisadora a concluir que:

Os moradores vêm perdendo espaço em Pipa, não apenas o físico, mas o espaço social dentro do seu lugar, da sua história e da do seu povo (...) fazendo com que esses moradores, especialmente os nativos, tornem-se agentes passivos dessas transformações (p. 145)

Entre os moradores mais jovens, há ilusões e frustrações frente ao futuro. A atividade econômica exige profissionais qualificados e não é capaz de atender a demanda local de trabalhadores jovens. Somado a isto, está a ilusão frequentemente difundida na praia do enriquecimento fácil e rápido, haja vista o grande número de turistas estrangeiros e com alto poder aquisitivo. Este quadro gera jovens ociosos e às vezes revoltados com a falta de oportunidade de trabalho. Entre a população nativa idosa, a impossibilidade de exercer as mesmas atividades do passado, quer seja pela idade, quer pela própria inviabilidade, dado o contexto socioeconômico atual, os levam a atribuir maior importância à dimensão social do que a física. E em uma pequena escala, ou seja, a família e vizinhos mais próximos.

A autora expõe a recíproca influência do ambiente e das pessoas, contudo destaca a importância de se atentar à evolução histórica dos sujeitos em seu ambiente. Constata “uma linha contínua entre passado e presente” (p. 100) de maneira que fica inevitável tratar da relação das pessoas com a praia, sem falar de suas próprias histórias, de como suas vidas mudaram, como acompanharam, adaptaram e como se sentem hoje com relação a tantas mudanças.

Em suas Considerações Finais, Medeiros considera que a relação afetiva com lugares compreende uma amplitude de situações, locais e pessoas, de forma que não se pode limitar essas experiências a um único cenário ou corpo teórico-metodológico rígido, mas devam ser contempladas nas várias dimensões da vida humana

Estudar as relações afetivas com o ambiente, dentro de um contexto amplo de possibilidades, pareceu-nos mais adequado e pertinente, apesar da literatura não abordar a questão dessa maneira, e sim de forma segregada (p. 152).

Já a pesquisa de **Souza (2008)** se pautou na análise das imagens afetivas do bairro de moradia por jovens praticantes de atividades esportivas. Como recurso metodológico utilizou o instrumento gerador do mapa afetivo que possibilita ao investigador analisar como os afetos surgem na relação pessoa-ambiente.

O autor parte da premissa que o esporte pode ser tomado como um mecanismo de socialização, ascensão social e melhoria da qualidade de vida. Ele pode servir de contraste ao contexto de vivência do jovem, sendo um instrumento de superação das condições desfavoráveis dos seus locais de moradia: o esporte possibilita mais qualidade de vida e uma relação melhor com seu local de moradia.

Em seus resultados com os mapas afetivos, o esporte vem atrelado a uma perspectiva “positiva” entre a média dos pesquisados. No entanto, o autor foca sua análise dos dados nos afetos “bons ou ruins” que o ambiente gera nos pesquisados, não desenvolvendo o processo de historização dos mesmos em relação ao bairro ou ao esporte, e como as pessoas influenciam o ambiente. Assim, há uma compreensão interacionista, nos modos expostos por Altman & Rogoff (2002).

Em apenas uma passagem do seu manuscrito Souza (2008) faz uma contextualização do ambiente de um pesquisado quando realiza a análise do seu desenho, indicando que o passado de alguém influencia no seu modo de se apropriar da sua relação no presente frente ao ambiente:

O jovem deixou transparecer que não é o seu lugar em ruínas em si, mas o que acontece lá que gera sentimentos e qualidades (...) que despotencializam ações sociais e impedem sentimentos de apego e afeto positivo ao ambiente em que vive (p. 51).

Em suas Considerações Finais, Souza (2008) destaca que os afetos predominantes em sua pesquisa foram explicitados por sentimentos de “alegria” e “paz”. A presença do lazer, segundo seus

resultados, faz com que o bairro seja sentido como “bom”. O fio condutor do autor se concentra somente nos atuais “sentimentos” dos pesquisados; com única exceção a citação acima. Não há mais outras menções de como estes sentimentos foram desenvolvidos historicamente e que antecipações os pesquisados fazem frente a seu bairro e ao esporte. Fechando sua pesquisa, o autor deixa em aberto os resultados alcançados, afirmando que; “as conclusões aqui apresentadas são, na realidade, constatações e hipóteses que carecem de verificação aprofundada” (p. 57). Lembrando que em estudos futuros sobre o tema “uma amostra maior de jovens poderão dizer com maior precisão a existência ou não de uma correlação positiva entre a imagem de destruição e a idade de jovens que praticam esporte” (p. 58).

Em **Sousa (2004)** o foco de estudo foi apreender como as pessoas percebem uma praça no centro da cidade de Natal/RN, que uso fazem dela e que significados dão a este lugar público. Logo na Introdução, a autora esclarece que a opção pela praça não se deu ao acaso, ou por conveniência, mas sim que “foi escolhida pela sua importância histórica, cultural e política para a vida da cidade e da sua população” (p. 18). Considerar a eleição do foco da pesquisa levando em conta razões psicoambientais relevantes é o que aponta Wiesenfeld (2005) ao tratar da pertinência dos resultados teóricos com os práticos.

A autora lembra que as mudanças, reformas e restaurações pela qual passou a praça ao longo dos anos implicam não apenas em alterações “geográficas”, mas a própria identidade de lugar dos seus frequentadores. Pessoa e ambiente não devem ser considerados pólos excludentes. Tratando da compreensão de sujeito, Sousa (2004) afirma que “pessoas vivendo na mesma cidade, no mesmo bairro, mesmo assim percebem mundos diferentes” (p.69). Isso ficou claro entre os cinco grupos que frequentam a praça: taxistas, skatistas, estudantes, flanelinhas e outros (zeladores, passeantes, leitores, etc.). Para os taxistas e flanelinhas, o local representa trabalho; para os skatistas, esporte e encontro; para os estudantes, contemplação e encontro; e no grupo dos “outros”, lazer e passagem. Refletindo nos pressupostos da Psicologia Ecológica de Barker, se pode pensar a praça como diferentes *Behavior settings*, pois cada um impõe seu “programa” de atividades às pessoas que estejam dentro dele. “Diversas praças” em uma só.

Além disso, Sousa (2004) dá importância a questão da temporalidade, considerando como as pessoas vão mudando suas

relações com a praça, esclarecendo que sua pesquisa tem uma “perspectiva de tempo que mostra como as ideias de presente, passado e futuro se fundem, como um corpo ideário só” (p. 18), o que denota uma transacionalidade compreensiva a respeito do fenômeno em investigação. No roteiro de entrevistas, a questão temporal também foi destaque quando esta visa saber como os respondentes vêem o presente, com suas ações de agora; o passado, o que fizeram para chegar até como está hoje; e o futuro, o que pode ser feito por cada um em um conjunto para que se possa ter uma qualidade de vida mais condizente com as condições humanas essenciais posteriormente.

No entanto, adiante, a autora dá outra perspectiva ao tempo, mais em termos cronológicos que históricos:

Essas praças podem ser interligadas à questão temporal desses participantes quando responderam as perguntas “Quanto tempo você fica na praça” e “Em que horário”. Isto é, o tempo em horas e turnos: manhã, tarde e noite. É o espaço e o tempo representados pelas respostas dos frequentadores que nos guiam a mostrar que existem várias praças na PAA (Praça André de Albuquerque) tanto temporal como espacialmente (p. 85).

Apesar da menção à compreensão linear da temporalidade unida à preocupação entre as correlações entre aspectos ambientais e sócio-históricos, o que caracterizaria uma visão transacional, a autora elabora o questionário de pesquisa considerado o tempo apenas para fins de localização cronológica. Ou nos termos de Altman & Rogoff (2002), configura-se como um compreensão organísmica.

Outro aspecto de destaque na pesquisa de Sousa (2004) se refere à importância de considerar a articulação interdisciplinar entre as áreas que tratam da relação pessoa-ambiente. A autora lembra que uma pesquisa científica que trata dessas relações precisa ter um “trânsito interdisciplinar”, o que é reconhecer justamente a complexidade do tema.

Em se tratando de uma dissertação, imagine estudar interdisciplinarmente a inter-ação pessoa-praça, quando os estudos, ainda, estão se realizando de modo a apresentar uma dicotomia

pessoa/ambiente, isto é, separadamente, nos quais cada disciplina aborda uma questão e somente por seu ângulo de visão. Sendo assim, visto globalmente, a Psicologia Ambiental tem muito a contribuir com a Geografia e vice-versa, cabendo aos envolvidos sempre buscarem ampliar a flexibilidade e abertura científica necessárias para que os temas tratados possam gerar frutos” (p. 91).

Assim como em Souza (2008), Sousa (2004) atenta-se a respeito do tamanho da amostragem da pesquisa. Constata que ela poderia ter sido maior. Mas ao contrário de Souza (2008) que considera seus resultados como hipóteses a serem confirmadas, Sousa (2004) aponta:

Eu tinha uma resposta pré-estabelecida quando fui à praça para realizar esta investigação. “Praça” para mim deveria ser uma expressão materializada na urbe do encontro entre pessoas, um lugar que proporciona lazer e bem-estar para as pessoas que frequentam, a possibilidade de convergência e confraternização, oportunizando movimentos de participação nas questões cotidianas da cidade. Os dados obtidos não necessariamente contradizem essa visão, mas a atenuam e particularizam para os tipos estudados, levando-me à sensação de que precisaria ter envolvido mais respondentes (p. 87).

Com isso, verifica-se que das cinco pesquisas enquadradas no modo interpretativo, três (Medeiros, 2005; Ponte, 2010; Salomoni, 2010) têm em seus fundamentos compreensivas um viés transacional. Assim, proporcionalmente, é o grupo com maior número de pesquisas nestes termos.

5.3.2 Modo Avaliativo

Neste grupo constam sete pesquisas, das quais cinco são dissertações (Luz, 2010; Medeiros, 2004; Polli, 2008; Quevedo, 2005; Souza, 2005) e duas teses (Iglesias, 2002; Sanger, 2002). As variáveis foram bastante homogêneas em suas distribuições. De um

total de 15 variáveis arroladas (tempo cronológico, bidirecionalidade, mapeamento comportamental, bem-estar, adaptação, construtivismo, densidade espacial, desenvolvimento infantil, fila de espera, humanização hospitalar, integração social, privacidade, saúde, significado da água, espaço pessoal), destaca-se os conceitos da bidirecionalidade na relação pessoa-ambiente e o mapeamento comportamental. O tempo também é destacado, aparecendo para demarcar um intervalo de ocorrências comportamentais.

O primeiro trabalho examinado dentro das produções elencadas no Modo Avaliativo foi a de **Polli (2008)**, que faz uma avaliação das representações sociais que líderes locais em seis cidades do interior do estado de Santa Catarina têm a respeito da água. Trata de questões de uso, exploração, apropriação, poluição, preservação, cuidado e qualidade da água em regiões rurais do estado. Prevê a implantação de tecnologias para armazenamento, cuidado, redução de poluição e monitoramento da qualidade da água, bem como ações de educação ambiental. A pesquisa da autora visa especificamente identificar um dos nove objetivos propostos pelo Programa Tecnologias Sociais para Gestão da Água (TSGA), qual seja: “acompanhar, registrar e avaliar a evolução da percepção dos atores locais em relação à gestão da água e ao desenvolvimento do Projeto” (p. 15). A pesquisa indaga-se sobre quais são os significados dados ao recurso água pelos líderes/monitores do projeto TSGA.

Já na Introdução destaca a importância científica da pesquisa ao afirmar que “conhecer o significado que as pessoas atribuem à água é de suma importância, pois para se compreender a realidade da vida diária é necessário ter em conta as atribuições de significado que permeiam e orientam as relações” (p. 11). Esta questão volta a ser destaque na Discussão dos Resultados, quanto nas Considerações Finais, uma vez que conhecendo a singularidade das representações sociais da água na região estudada, produz-se um conhecimento específico a respeito do tema. Dessa maneira, propõe-se intervenções que vão além de programas de educação ambiental com recomendações genéricas, pensadas adequadas para qualquer tipo de grupo, independentemente do contexto cultural ou social de que fazem parte.

O clima cultural em que as pessoas estão envolvidas, e onde se formam suas crenças e valores, é destaque nas compreensões da autora a respeito das representações da água pesquisada por ela. “A valorização da água é transmitida culturalmente” (p. 116), tanto pela educação formal, quanto pela educação ambiental e pela mídia. Polli

destaca a importância das experiências pessoais dos pesquisados frente a essas informações. Ou seja, a pessoa não é só passiva frente ao conjunto de informações que recebe, mas também tem suas experiências e responde ao meio mediado por elas. Há uma concepção organísmica, teleológica e homeostática, tanto dos pesquisados, quanto da pesquisadora, no sentido que os recursos hídricos devem ser conservados e estabelecidos para a garantia da sobrevivência futura das pessoas. Tal busca de equilíbrio ideal é destacada como fundamental, permeada por uma necessidade vital e notória sobre a vida, do que por um recorte do fenômeno formado pela pesquisadora.

Em sua pesquisa de **2005**, **Quevedo** também tem como interesse a temática da água, seus usos e percepções. A autora busca identificar possíveis preditores do comportamento pró-ambiental relacionados ao uso da água, bem como os significados que são atribuídos a ela. Para alcançar tal objetivo, fez uso de um questionário aplicado em uma amostra de 315 estudantes, que além de indicadores a respeito da percepção sobre a água, conteve mais 14 sub-temas de interesse, entre os quais se pode mencionar o cuidado ambiental, desenvolvimento sustentável, perspectiva temporal, além de um inquérito sócio-demográfico.

Entre as questões de cada sub-tema, a autora fez uma análise estatística de correlação de cada questão com relação à economia da água e como ela é percebida pelos jovens. Dos sub-temas, apenas três se correlacionam significativa e positivamente com as duas variáveis critério estabelecidas: sexo dos respondentes e os indicadores pró-ambientalismo (Escala Novo Paradigma Ecológico e deixar contato para eventual futuro convite sobre algum evento pró-ambiente).

Contudo, a autora observa que:

Os respondentes revelaram ter consciência da problemática (percepção e crenças a respeito da situação da água), embora essa consciência não tenha sido traduzida em seu comportamento de uso da água, o que foi evidenciado, entre outros aspectos, pela ausência de correlação entre essas duas variáveis (p. 68).

Essa falta de relação entre prática de cuidado e a situação percebida, apesar de integrar um quadro mais amplo do comportamento pró-ambiental relacionado à água, para o grupo

pesquisado constitui dimensões distintas. A partir desta constatação, a autora destaca a importância teórica que distende da questão, pois aponta para desdobramentos e relações que podem levar a uma melhor compreensão por estudos futuros do comportamento pró-ambiental relacionado à água e predisposições associadas.

Assim como na pesquisa de Polli (2008), em suas Considerações Finais Quevedo destaca “a predominância da concepção de água enquanto vida” (p. 67), muito embora a relação que os pesquisados mantêm com ela parece dúbia e, muito mais funcional. Consideram ela uma recurso finito, um patrimônio indispensável à vida e para uma grande parcela de respondentes, a própria vida.

A autora expõe que “a percepção pelos participantes da água como recurso finito é um indicativo de possibilidades futuras de que a consciência desse limite possa ser transformar em ação mais efetiva para um consumo sustentável da água” (p. 70). Parafraseando Corral, ela lembra que:

a escassez da água promove o desenvolvimento de tendências de comportamento (motivos, habilidades e crenças) que levam o indivíduo a economizar água. Ou seja, pessoas em situação de abundância de recursos (de qualquer ordem) tendem a gastar mais que pessoas que vivem em condições de restrições (p. 70)

Em suas compreensões a respeito dos comportamentos dos participantes pela conservação da água, a autora faz uma descrição de causalidade, onde as ações dos pesquisados sempre vão desdobrar em um resultado no meio-ambiente. Contudo, subjaz o entendimento de um estado de equilíbrio homeostático futuro possível entre as necessidades das pessoas e a manutenção dos recursos naturais. Assim, se optou por considerar a pesquisa com uma perspectiva orgânica.

Já na pesquisa de **Luz (2010)** o objeto de investigação foi a identificação de quais são as características físicas e sociais em quatro praças públicas que intervêm no comportamento de crianças que as usam em uma cidade de Santa Catarina. Em sua Introdução, tanto quanto em sua Discussão, a autora destaca que a influência exercida pelo ambiente esta condicionada as suas próprias características quanto às das pessoas, de modo que tal relação “não é

estática, mas dinâmica” (p. 107). Considera-se que a bidirecionalidade envolve “as características das pessoas e dos contextos e, sobretudo, as relações/trocas entre ambos” (p. 120). Além disso, é destacada a necessidade de compreender que a criança e o ambiente em que está estão localizados em “um sistema maior que inclui as condições de vida, o padrão de comportamento familiar, o ambiente físico e a relação das pessoas que compõem o contexto de desenvolvimento” (p. 28-29).

A pesquisadora destaca que o brincar em ambientes abertos trás importantes benefícios ao desenvolvimento psicológico da criança através de brincadeiras e da socialização com outras crianças, considerando o estágio de desenvolvimento de cada uma, sua idade e gênero, que aparecem “como variáveis que interferem no seu comportamento de uso dos espaços como a escolha por certas atividades” (p. 107). A forma como o espaço é desenhado e conservado intervém no tipo de atividade e intervenção entre as crianças:

Um parque que possui brinquedos mais diversificados (...) possibilita maior número de atividades a serem realizadas pelas crianças, maior número de brinquedos a ser explorado, maior permanência na mesma atividade e local, maior intervenção entre os pares (p. 134).

Apesar dos riscos físicos encontrados (má conservação dos brinquedos, difícil acesso as praças) e sociais (insegurança, tráfego de drogas), em decorrência da falta de investimentos dos poderes públicos, as praças costumam ser bastante frequentadas. No entanto, é destacado que um desenvolvimento infantil apropriado sempre será melhor em “um ambiente seguro, diversificado e flexível possibilita não apenas a atividade física e a socialização, mas favorece habilidades cognitivas e psicológicas” (p. 137). Na pesquisa de Luz (2010) há a preocupação de compreender como uma melhor adequação das praças pode levar a um estado de desenvolvimento regular, dentro de dado contexto social, buscando sempre o equilíbrio entre as partes. Desse modo, assinala-se como uma pesquisa organísmica, nos termos de Altman & Rogoff (2002), enquanto busca da constância no desenvolvimento do fenômeno em questão: a relação pessoa-ambiente.

O interesse de pesquisa em **Souza (2005)** muda da praça para o pátio, contudo, enfocando desenvolvimento infantil. Há o propósito de analisar a adequação do pátio de duas escolas segundo o ponto de vista dos alunos. Destacando a influência do espaço físico nas relações interpessoais e no conforto e satisfação gerada pelas características físicas desses espaços. Esse propósito fica claro na seção Resultados e Discussão onde prevalece a avaliação do ambiente e como ele influencia os alunos: “um espaço sem criatividade e frio, destinado tanto para as atividades recreativas como para o lanche das crianças” (p. 47).

A autora descreve a deficiência de dois pátios escolares, como falta de vegetação e falta de equipamentos para as crianças brincarem. Com destaque a questão estética dos espaços, de modo que não foi verificado pinturas e cores adequadas e painéis decorativos. Souza considera que “crianças expostas a ambientes considerados *bonitos* apresentam atitudes positivas e melhor desempenho na escola” (p. 50). Apesar disso, demarca que as deficiências dos pátios (tais como a falta de mobiliário, equipamentos infantis e brinquedos), as crianças são capazes de transformar esses espaços em locais de recreação, diversão, alegria e lazer. Parafraseando Capra, a autora considera que “a capacidade de adaptação a um meio ambiente é uma característica essencial dos sistemas vivos e sociais” (p. 50).

Em função da alta densidade espacial nos pátios, Souza (2005) considera que isto desdobrará em um “aumento substancial da quantidade de conflitos e agressões entre crianças” (p. 53). Na segunda parte da sua discussão, a autora volta a esse tema, a partir das entrevistas feitas com as crianças e constata essa mesma posição entre a maioria dos pesquisados. Apesar de insatisfatório, os pátios são descritos pelos alunos como locais “para brincar e fazer amigos” (p. 60).

Em sua análise dos resultados, duas passagens mencionam a questão temporal, mas apenas como registro de quanto se fica no pátio, na fila da merenda, ou na fila para entrar na sala. Dessa maneira, segundo os critérios expostos por Altman & Rogoff (2002), há uma base interacionista na compreensão do fenômeno em foco, já que se considera as implicações do ambiente sobre as crianças e como se poderia melhorar o ambiente para beneficiar o desempenho delas na escola.

No manuscrito de **Medeiros (2004)** o objetivo é verificar a percepção de oito arquitetos da cidade de Natal/RN, especialistas em

projetos de estabelecimentos assistenciais de saúde, acerca do processo de humanização hospitalar. A autora tem como pressupostos iniciais pesquisas que apontam que: “A estrutura física do edifício pode auxiliar no restabelecimento dos pacientes; elementos como jardins, uso de cores e espaços abertos podem amenizar o impacto causado pela rotina hospitalar sobre os pacientes” (p. 9).

Medeiros (2004) destaca também que a assistência voltada aos cuidados com os pacientes não deve incluir apenas cuidados relativos à estrutura físico-espacial do edifício, mas também a aspectos relativos ao atendimento que é prestado:

Alguns fatores têm a função de propiciar o restabelecimento das pessoas hospitalizadas, entre os quais podem ser citados a possibilidade de comunicação com a equipe médica e de enfermagem, o controle de ruídos e a criação de espaços que permitam, por exemplo, a visualização da natureza (p. 12)

A autora destaca a importância de sua pesquisa pelo fato de haver um número reduzido de trabalhos publicados a respeito do tema. Além da literatura, por trazer considerações superficiais, “sem apresentar uma definição clara do que seja um ambiente hospitalar humanizado, nem estabelecer uma relação entre a humanização e os estudos pessoa-ambiente (p. 13).

Em sua apresentação dos resultados das entrevistas com os arquitetos e na discussão que faz, Medeiros (2004) aponta uma questão importante, e que é recorrentemente destacada pelos entrevistados, quanto pela autora, o fato de que:

A humanização hospitalar envolve elementos relativos ao atendimento e ao espaço físico, estando entre os primeiros a relação estabelecida entre o profissional de saúde e os pacientes, e entre os segundos, a ambientação do edifício e seu paisagismo (p. 70).

Segundo a autora, essa perspectiva que tira o foco só do ambiente e voltando à relação da pessoa com o ambiente, foi incluído a partir da década de 1980, e, sobretudo, na de 1990, nos programas de Pós-Graduação de Arquitetura. Esse dado é confirmado nas entrevistas com os arquitetos quando comparam os modelos dos

hospitais construídos antes desse período com os de depois. Os mais novos já foram concebidos com a preocupação em tornar seus ambientes “aconchegante”, “agradável” e “confortável”, em oposição aos ambientes “frios” e “sombrios” dos mais antigos.

Com isso, a autora destaca que a preocupação não está em somente tornar o ambiente com “aparência de hotel e ambientes bem decorados” (p. 71), mas como se dão as relações interpessoais na avaliação da qualidade ambiental, considerando a singularidade do paciente. Isso já apontou Kaplan (1983) ao tratar de ambientes restauradores de que não há um só tipo de ambiente restaurador. Segundo o autor, deve haver tantos tipos de ambientes restauradores quanto for os tipos de pessoas que necessitam desta experimentação restauradora. E após a saída do hospital, o paciente irá elaborar “imagens positivas ou negativas do que foi visto, ouvido, cheirado ou tocado” (Medeiros, 2004, p. 76).

Quando trata da questão da privacidade dos pacientes no ambiente hospitalar, onde via de regra a pessoa perde sua privacidade em função do contexto hospitalar, a autora ultrapassa essa compreensão generalista e destaca a particularidade que pode assumir cada paciente. Medeiros destaca que “nem sempre a falta de privacidade é o que mais incomoda” (p.81) e esclarece as razões expondo que:

o próprio ambiente físico, os procedimentos adotados e o receio em relação à morte são fatores tão marcantes, que a possibilidade de ser visto ou ouvido pelos demais pacientes num momento de dor e angústia, superam a necessidade por privacidade (p. 82).

Dessa maneira Medeiros (2004) indica que o ambiente deve ser adaptar as necessidades de cada um: “o ambiente deveria estar preparado para oferecer mais ou menos privacidade para cada paciente na medida em que fosse mais ou menos prioridade para cada um deles” (p. 82).

Conforme a pesquisador, outro elemento arquitetônico que possibilita as pessoas se experimentarem melhores em um hospital são as janelas. Os entrevistados lembram que algumas UTI’s não as têm, não permitindo as pessoas internadas ter a noção do tempo, se é dia ou noite. Dessa maneira, a autora faz uma síntese de como essa articulação de pessoa-ambiente deve ser considerada:

A necessidade de favorecer o paciente com iluminação e ventilação naturais e organizar o ambiente de forma a auxiliar no seu processo de recuperação, é um aspecto marcante desde que o hospital começou a ser considerado um instrumento terapêutico. No entanto, a importância da noção de tempo para quem está internado, bem como as questões relativas à privacidade, vem à tona por ocasião dos estudos pessoa-ambiente nesse contexto (p. 83).

Com isso, a autora expõe uma compreensão não apenas de interação de pessoas em dado ambiente hospitalar, mas sim como elas se sentem nele e como ele pode mudar para atender as necessidades particulares de cada uma delas. Assim, não há como compreender um aspecto do fenômeno em questão sem considerar o outro para manter o equilíbrio da relação. Por essas razões, sua pesquisa é categorizada como organísmica.

Na pesquisa de **Sager (2002)** encontra-se uma investigação a respeito das representações sociais do lugar de professores, arquitetos e crianças com relação à escola. Busca evidenciar e discutir os significados que eles conferem ao espaço físico da escola infantil e às atividades que nela se desenvolvem. Por consequência, pretende discutir que conceitos de criança, de aprendizagem e desenvolvimento subjazem aos significados atribuídos por eles a estes espaços e atividades.

O autor parte do pressuposto de que é fundamental “a interação da criança, tanto com o ambiente físico como com as outras crianças, é condição primordial para a construção do conhecimento” (p. 63). Dessa maneira, o espaço da escola deve ser marcado por uma diversidade de espaços, materiais e texturas para que as crianças possam experienciar novas sensações, corroborando o pressuposto de que as interações das crianças com o ambiente físico são de fundamental importância para a aprendizagem. Relevando a importância do espaço físico, o autor defende que a construção, ou reforma, de uma escola por arquitetos deve considerar as necessidades e características da criança:

Este destaque à criança baseia-se no fato de que ela é protagonista da sua aprendizagem e não receptáculo das informações que os professores

Ihe oferecem. Pode-se dizer que o que fundamenta o evento denominado Arquitetônico-Constructivista é esta posição com relação à criança. O projeto arquitetônico da escola vai girar em torno deste pressuposto (p. 62).

Outro ponto de destaque exposto pelo autor é que uma escola pensada nesses moldes deve respeitar as diferenças culturais e locais, como uma maneira de integrar a escola à comunidade, fazendo-se necessário o estudo da realidade onde a escola está inserida levando em conta a ocupação deste espaço pela comunidade, os sujeitos envolvidos com a instituição e a relação que esta instituição estabelece com a comunidade. Estes aspectos justificariam o tipo de organização espacial da escola considerando o contexto comunitário em que a escola está inserida. A razão disto está revestida de um caráter estratégico: “aproximar a comunidade da escola como forma de evitar o vandalismo tão freqüente em nossas escolas” (p. 65). A arquitetura deve estar preocupada não só com a funcionalidade física do espaço, mas preocupada com a construção do conhecimento e da criança:

A criança passa a ser o centro da estrutura escolar, tanto do ponto de vista pedagógico como do ponto de vista do edifício escolar. É para ela que a escola se destina e tudo deve girar ao seu redor. Em segundo lugar, o espaço da escola deve ser um espaço que cria desafios à criança. Desta maneira, o espaço deve contribuir para que a criança seja desafiada a construir conhecimento. Este espaço também deve dar condições à criança de reconstruí-lo, de moldá-lo de acordo com as suas conveniências. Neste ponto a arquitetura serve de suporte às atividades da criança, atividades estas que ajudarão a criança a desenvolver-se cognitivamente e socialmente (p. 66).

Em seguida Sager (2002) traz os resultados a respeito das representações dos professores, arquitetos e alunos. Entre os arquitetos há dois grupos. Um que está envolvido em um estudo piloto nos projetos arquitetônicos da Prefeitura de Porto Alegre/RS, e outro com profissionais envolvidos em obras na rede pública estadual daquele estado. Entre os profissionais do primeiro grupo há uma

tendência de desenvolver um projeto de base construtivista. Ou seja, se preocupam com aspectos tradicionalmente poucos presentes na arquitetura, tal como com o pedagógico e o desenvolvimento infantil. Nas representações dos arquitetos do segundo grupo predominam os aspectos físicos com relação à escola, principalmente no que se refere aos aspectos estéticos e funcionais.

No outro conjunto, dos professores, o objetivo foi abordar possíveis diferenças entre o grupo de professores de escolas públicas e o grupo de professores de escolas particulares. Para os professores de escolas particulares, a escola está ligada aos aspectos de desenvolvimento social e cognitivo e também aos aspectos emocionais. Comparando-se ao grupo dos professores de escolas públicas, aspectos assistenciais não figuram nas representações dos professores particulares: “Esta ausência deve-se, provavelmente, ao fato de as crianças que frequentam as instituições particulares terem suas necessidades básicas providas pela família, não necessitando deste apoio na escola” (p. 98). Contudo, Sager (2002) esclarece que:

Professoras que trabalham em escolas públicas foram as que melhor aliaram os três aspectos que constituem o constructo de Lugar: atributos físicos, atividades e significado, evidenciados nos serviços, considerando atividades e lugares, atividades pedagógicas, e na autonomia, aspectos políticos e papéis. No caso das professoras particulares, nenhum atributo físico foi mencionado, estando suas representações sociais do lugar escola relacionadas aos aspectos de desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças. Em resumo, os professores de escolas públicas evidenciaram uma representação do lugar escola mais integradora, seguramente fruto de uma construção institucional voltada para a discussão de uma pedagogia construtivista (...) e que resultou em uma representação de lugar escola tal como se configurou no presente estudo (p. 127).

As representações entre os alunos também difere. Os alunos de escola pública representam-na dentre de uma perspectiva assistencial, ou seja, os elementos que constituem esta região, características do espaço, lugares não-acadêmicos, equipamentos

não-acadêmicos, alimentação e estrutura física, são elementos que constituem a escola como um lugar onde as crianças recebem suporte as suas necessidades básicas, além do suporte pedagógico tradicionalmente aliado ao papel da escola. Já entre os alunos de escolas particulares, as representações estão mais voltadas as categorias denominadas de pedagógica: lugares acadêmicos, material acadêmico, atividades acadêmicas, etc.

No transcorrer da sua pesquisa, Sager (2002) busca avigorar a importância do ambiente físico escolar e de como a criança pode se beneficiar dele, além de uma mera utilização funcional. Dessa maneira torna o ambiente escolar como uma unidade de estudo integrada. Base da compreensão organísmica. De modo que o autor lembra que o estudo do ambiente físico é recente na Psicologia. A Psicologia, tradicionalmente, é definida como a ciência que procura entender os fenômenos psicológicos ou os processos internos de apropriação do mundo concreto.

O chamado sujeito psicológico, dentro desta tradição, sempre reinou absoluto no mundo, possuindo uma essência natural que lhe caracteriza como homem. Esta concepção naturalista fez da ciência psicológica uma ciência marcadamente solipsista, ou seja, o homem pensa-se a si mesmo, independentemente das condições que o cercam. O ambiente físico, por sua vez, dentro desta mesma tradição, sempre foi considerado pela psicologia como um pano de fundo para o inexorável desenvolvimento psicológico do homem ocorresse: apenas um cenário para que as capacidades do sujeito emergissem (p. 126).

Desse modo, o autor buscou se opor a essa visão de realidade. Destaca que a escola é um complexo articulado entre o espaço físico, onde se desenvolvem atividades de ensinar e apreender. E nisso, ele destaca a importância científica de sua pesquisa, que é de contribuir “para a transformação social da escola, e como consequência, cumprir com a função social de auxiliar no desenvolvimento da criança” (p. 130-131).

Já a pesquisa de **Iglesias (2007)** teve como proposta estudar pessoas em situação de fila de espera (restaurante universitário, rodoviária, cenários fictícios) em seis etapas distintas.

Compreendendo a fila enquanto um fenômeno psicossocial e buscando, assim, sistematizar diversas abordagens metodológicas em um mesmo tema de investigação.

Na primeira etapa, o pesquisador buscou identificar a dinâmica de interação entre usuários legitimamente posicionados na fila de um restaurante universitário e intrusos que “furam a fila”. Com o instrumento de registro em vídeo, o foco foi identificar a reação dos usuários diante os intrusos. O autor constata que os usuários têm “grande tolerância a intrusos” (p. 78). Entre os poucos casos que saíram desse padrão:

Destacaram-se apenas 4 situações que poderiam ser classificadas como reação negativa ao intruso, representadas por pequenas mudanças de expressão facial ou postural, enquanto em apenas um caso foi possível identificar um comportamento de intenção civil da vítima, que voltou seu olhar para outra direção ao identificar a atuação conjunta de três intrusos (p. 78).

A preocupação em analisar a reação das pessoas frente aos intrusos nas filas também foi enfocada de análise na etapa de investigação de fila de embarque em uma rodoviária: “esses usuários simplesmente não apresentaram qualquer tipo de reação ou apresentaram apenas reações indiretas, como olhares de desaprovação, gestos, posturas corporais negativas e comentários dirigidos a outros usuários próximos” (p. 84). Na terceira etapa, Iglesias elabora uma escala para avaliar o incômodo que a espera em fila causa às pessoas, onde os resultados são sintetizados nos seguintes termos: “a ansiedade torna a espera mais longa; as esperas incertas parecem mais longas que esperas certas; as esperas não explicadas parecem mais longas que as explicadas” (p. 94).

Adiante, o autor se debruça sobre um estudo tipo *survey* face-a-face para investigar a ocorrência do fenômeno da “ignorância pluralística”, como estado psicológico caracterizado pela crença de que as atitudes e julgamentos privados da pessoa são diferentes daqueles das outras pessoas, mesmo quando seu comportamento publicamente é idêntico. Como resultado Iglesias constata que há “ocorrência de ignorância pluralística quando os usuários avaliam o próprio incômodo e o incômodo de seus amigos com uma situação de intrusão na fila do almoço” (p. 102). Na quinta etapa, o autor busca

avaliar os julgamentos de reação, incômodo e responsabilidade nos cenários de fila de banco e cinema. Como resultado constatou respostas divergentes sobre como é percebido pelo usuário cada uma dessas filas:

Em agências bancárias geralmente o serviço é obrigatório e não há como optar por alguma alternativa, o que poderia implicar em perda de mais tempo, multas no atraso de pagamentos e outros, sem mencionar o fato de que funcionam em horário restrito. No cinema, por definição um local de diversão, geralmente é possível desistir da fila, optar por outra atividade, outro local ou horário, sem grandes prejuízos pessoais (p. 111-112).

Por fim, Iglesias (2007) faz uma análise sobre a valorização que os usuários fazem do tempo que permanecem na fila. Considerando que geralmente os usuários têm desejo de ser prontamente atendidos, a superestimação do número de pessoas à frente pode dar sentido a uma espera que se faz longo, justificando sua permanência frente ao considerável tempo já decorrido: “esta interpretação parte do pressuposto que abandonar a fila representaria o comportamento mais custoso para reduzir a dissonância” (p. 116). Seguindo o mesmo raciocínio, o autor esclarece que usuários no final da fila encontram-se por definição posicionada há menos tempo e, principalmente, no caso de um grande número de pessoas à frente, têm evidências de que a espera pode ser longa, constituindo obstáculo ao atendimento imediato de sua necessidade: “esses usuários recém-chegados precisam encontrar motivos que sejam coerentes com a permanência na fila, caso contrário poderão abandoná-la” (p. 117).

Posto isso, há a visualização de uma tendência interacionista de compreensão do fenômeno pelo autor. De modo que se verifica, ou se hipotetiza, uma situação, avaliando a resposta dada a ela. As disposições pessoais dos pesquisados só entraram em questão no cenário fictício de fila de banco e cinema e na valorização do tempo em fila. Mas sem vislumbrar um estado homeostático. Até porque a própria natureza da fila ser “passageira”. O tempo é considerado para marcar posições das pessoas na fila e quanto tempo permanecem nela.

Iglesias (2007), assim como Souza (2008) e Sousa (2004) aponta a questão do tamanho da amostra. Tanto na 1ª etapa

(estratégias de intrusão em situação de atendimento do restaurante universitário), quanto na 3ª etapa (incômodo de usuários em fila de espera) destaca que “as limitações da amostra analisada, tanto pela pouca quantidade de dias de registro quanto pelo pouco registro de situações com filas pequenas, que podem ter criado um viés na correlação” (p. 78), e completa: “uma coleta com mais respondentes também poderia conferir maior validade ao instrumento” (p. 94).

No grupo das pesquisas do modo avaliativo, verifica-se uma significativa tendência organísmica na compreensão da relação pessoa-ambiente enquanto fenômeno complexo, que apresenta relações de reciprocidade. Cinco pesquisas se enquadram nesse recorte (Luz, 2010; Medeiros, 2004; Polli, 2008; Quevedo, 2005; Sager, 2002). Sendo que duas pesquisas foram identificadas como interacionistas (Iglesias, 2007; Souza, 2005).

5.3.3 Modo Operativo

Nesse modo quase metade das variáveis encontradas (47,36%) giram em torno de cinco conceitos: privacidade, espaço pessoal, territorialidade, apropriação de espaço e temporalidade. Com exceção do *Behavior setting* e aglomeração, as demais variáveis aparecem somente uma vez, indicando uma diversidade expressiva de conceitos articulados, ou somente mencionados (Apêndice C).

Conforme resultado da Etapa 2, aqui foram elencadas sete pesquisas, das quais seis são dissertações (Fernandes, 2010; Link, 2006; Nóbrega, 2009; Paranhos, 2008; Rocha, 2007; Vilaça, 2008;) e uma tese (Santos, 2008).

Entre os trabalhos classificados neste grupo temos a pesquisa de **Fernandes (2010)** que objetivou descrever como ocorre a apropriação de espaço por quatro homens, dependentes químicos, que são acolhidos temporariamente em uma organização não governamental (ONG). Bem como identificar fenômenos pertinentes à Psicologia Ambiental, tais como: apego ao lugar, territorialidade e privacidade. A compreensão dada ao fenômeno se sustenta no princípio da:

Circularidade da apropriação de espaço como um processo constituído de diversas dimensões que se organiza de maneira comportamental e também

simbólica, sendo este resultado de um modelo dual de ação-transformação deste espaço (componente comportamental) e identidade simbólica com estes espaços (identificação do sujeito com o espaço, que inclui processos cognitivos, afetivos e interativos) (p. 92).

A compreensão dada a cada um dos pesquisados por meio da “ação-transformação” consiste na “interação entre a pessoa, o meio e a coletividade adquirindo, através dessa interação, significados individuais e sociais” (p. 92). Disso desdobra uma apropriação do espaço, onde “a pessoa se identifica com a significação criada, acontecendo assim a identificação simbólica” (p.92).

As informações coletadas dos pesquisados buscaram evidenciar questões específicas a respeito da relação pessoa-ambiente. Na descrição de cada um, inicialmente sempre se expôs uma breve descrição do seu histórico “para que não se perdessem suas especificidades” (p. 51). No histórico são consideradas as informações dos participantes no que se referem as suas histórias de vida, a história de dependência, as histórias de internações, a história na ONG, os conflitos familiares, relacionamentos afetivos e suas perspectivas de futuro. Em seguida é focado aspectos do que se denomina “ação-transformação”, que é a compreensão de que através da ação sobre o espaço, as pessoas, os grupos e comunidade, os dependentes se transformam, deixando assim sua marca e incorporando as mudanças em seus processos reflexivos e afetivos de forma ativa, atribuindo a esse espaço um significado individual e social pelos processos de interação.

A terceira etapa de análise de cada pesquisado se refere a “identificação simbólica” como processo onde as pessoas se reconhecem no ambiente e mediante processos de categorização, colocam qualidades do espaço como definidoras de suas próprias identidades. Outra questão específica tratada pela pesquisadora se refere ao apego ao lugar, buscando evidenciar a relação emocional que cada participante estabeleceu com o local, formando vínculos que os impulsionam a ficar no lugar, no espaço e no tempo, sendo que sua característica mais marcante é a tendência para atingir e manter um grau de proximidade com o objeto de apego. Ulterior aspecto de interesse na pesquisa está relacionado à territorialidade enquanto os comportamentos e atitudes de cada um visam controlar espaços físicos, objetos pessoais e ideias. Por fim, a autora destaca a questão

da privacidade como possibilidade de cada um dos participantes controlarem o acesso de outras pessoas sobre seu espaço e sobre informações a respeito dele. Envolveu também a otimização da interação social e a troca de informações entre os internos.

A questão da temporalidade não se restringiu a demarcar as ocorrências passadas dos pesquisados, mas também suas antecipações em relação ao futuro. Abordando a questão da privacidade de um pesquisado, a autora esclarece que “em muitos momentos refere sua preferência de ficar isolado em seu quarto, refletindo sobre sua atual condição e sobre suas possibilidades de futuro” (p. 91). Já no exame da entrevista com outro, na questão da ação-transformação, a autora destaca que:

J. apresenta uma modificação contínua de sua postura e isso pode ser expresso através da percepção da importância do outro, da percepção de que o tratamento para dependência é contínuo (ocorre mesmo que ele esteja fora da instituição), de um início de preocupação com o futuro e da valorização de oportunidades que estão lhe sendo dadas (p. 74-75).

Com os elementos apresentados, configura-se em uma pesquisa transacional, articulando a relação dos sujeitos com seu ambiente e suas antecipações diante o futuro. A pesquisa de Fernandes ressalta ainda a importância que o trabalho do psicólogo pode ter em uma instituição de tratamento da dependência química, sendo que devem ser considerados “os contextos da instituição (...) e também os contextos das pessoas que necessitam deste tipo de atendimento; no sentido de promover uma intervenção mais adequada deste profissional” (p. 97-98). A relevância da sua pesquisa é exposta tanto em sua Introdução, quanto nas Considerações Finais, onde se destaca que é “importante compreender o processo de apropriação de espaço por dependentes químicos para que as propostas de intervenção com essa população estejam alinhadas com as políticas públicas e que contemplem a importância dos espaços de acolhimento” (p. 98).

Na pesquisa de **Nóbrega (2009)** há uma perspectiva inédita nas dissertações e teses de como pesquisar a relação pessoa-ambiente. Faz-se uma análise textual da relação de Maria Moura, personagem da escritora Rachel de Queiroz no seu livro Memorial de Maria

Moura, com os ambientes em que ela passa. A pesquisadora justifica que a perspectiva da realidade, seja literária ou real, de compreender a relação pessoa-ambiente, tem o mesmo princípio de que: “ambas existem em um contexto humano específico e ambas existem *pelo* homem” (p. 62). Seja de um ou outro modo, as duas perspectivas passam pela apropriação de como cada pessoa que está em relação com estes ambientes (reais ou ficcionais) reconhece-os no espaço. No caso da obra literária, a autora destaca que:

Ao analisar Maria Moura e seus espaços, percebe-se que nas obras literárias a criação paulatina do contexto dado pelo autor e o acesso à intimidade das personagens, nos permite observar a construção da relação pessoa-ambiente, a formação dos vínculos com os lugares, bem como suas simbologias e porquês (p. 13)

Na sua Discussão, Nóbrega reforça a significativa presença do ambiente na obra de Queiroz:

Em um romance em que a personagem principal abraça as paredes de sua própria casa, em que atea fogo ao lugar que lhe é mais querido para não entregá-lo a quem acha que não o merece, ou que faz toda uma trajetória de busca para encontrar o lugar-sonhado, há que se perceber que o teor ambiental dessa obra é grande (p. 51)

Metodologicamente, a autora optou por dividir a obra em quatro núcleos de análise: 1. Casa de Limoeiro: local onde Maria Moura nasceu. É seu lugar das lembranças da infância; 2. Andança: quando acontece a saída forçada do sítio do Limoeiro e onde a personagem Maria Moura inicia um período de mudança de entornos e valores; Assentamento: tomada de posse de terras, herança do avô e construção da Casa Forte; 4. Casa Forte: fortaleza idealizada e construída por Maria Moura, uma pequena cidade com relações e leis próprias do seu contexto. De cada núcleo foi extraídas passagens que guardam em si as relações das personagens com seu ambiente e como esse ambiente foi progressivamente ganhando importância no ser da personagem. Nesse processo, a autora constatou que três compreensões estudadas em Psicologia Ambiental apareciam constantemente destacadas: a questão da territorialidade, da

apropriação e o vínculo ao lugar. Tratando da territorialidade, esclarece que:

Ao longo da trajetória de Moura podemos observar predominância desse conceito não apenas em relação ao seu corpo, mas aos espaços que tem como queridos, em especial a casa do Limoeiro, a Casa Forte e as roupas e objetos de seu pai (p. 58)

E ao abordar o vínculo afetivo de um lugar com uma pessoa através do contato contínuo, chamado na pesquisa de “vinculação ao lugar”, são sintetizados da seguinte maneira:

Os ambientes de Memorial de Maria Moura estão arraigados de simbologias: e, muitas vezes, é delas que parte o vínculo de Moura com os mesmos. Aspectos como sua infância, a relação com seus pais (...) são algumas das associações aos vínculos relativos aos lugares presentes na obra (p. 59).

Permeando a análise de Nóbrega (2009), há o destaque em vários momentos a questão da temporalidade como uma variável importante na consolidação da relação pessoa-ambiente: “é necessária então uma perspectiva dinâmica, a consciência de que as experiências de temporalidade e de espacialidade são fundamentos do subjetivo” (p. 62). Quanto mais o tempo flui entre as relações pessoa-ambiente, mais marcas são deixadas nessas relações:

O espaço, como nós o conhecemos, está inserido em um tempo (um espaço em que *estivemos*, um espaço em que *estamos*, um espaço em que *estaremos*; um espaço em que pensamos *ontem*, um espaço em que pensamos *hoje*, um espaço em que pensaremos *amanhã*) (p. 63).

Com os elementos até aqui apresentados a respeito da pesquisa de Nóbrega, se apontam uma compreensão transacional do fenômeno, por se considerar o complexo processo de apropriação na relação pessoa-ambiente em um desenrolar histórico e temporal; há também por enfatizar a importância do observador no processo,

aquele que irá produzir conhecimento sobre dado fenômeno. O observador como elemento ativo do próprio fenômeno: “não se lê apenas o que está escrito, se lê, principalmente, as entrelinhas: e às entrelinhas cabe a interpretação do leitor” (p. 63).

Na pesquisa de **Paranhos (2008)** se objetivou compreender como ocorre a apropriação de espaço nos ambientes mais significativos por três adultos com deficiência visual. A autora destaca que compreender o processo de apropriação de espaço por deficientes visuais envolve considerá-los em sua complexidade enquanto fenômeno que envolve a pessoa e os ambientes sociais e físicos em que se movem, tanto em suas dimensões culturais, temporais e espaciais:

Ao mesmo tempo em que focamos nas inter-relações pessoa-ambiente, buscamos relacionar os aspectos envolvidos e constitutivos dessa interação, ampliando sua compreensão a partir do referencial de complexidade. Para tanto, procuramos conhecer a história da deficiência visual e do processo de reabilitação para sabermos se tais aspectos corroboram, ou não, os fenômenos da Psicologia Ambiental priorizados na apropriação de espaço em suas dimensões (p. 105).

Paranhos (2008) enfatiza a importância de compreender o processo de adaptação dos pesquisados após perderem a visão, repentinamente ou progressivamente. Com isso da evidência ao tempo que foi necessário para ocorrer esse processo. Não o tempo no sentido cronológico para demarcar um intervalo de acontecimentos. Mas para enfatizar a mudança de apropriações ocorridas pelos pesquisados na evolução de suas deficiências. Dessa maneira, já na Introdução, há uma compreensão concisa de qual perspectiva se irá tomar o fenômeno:

Dentro de uma perspectiva transacional o ambiente tem uma manifestação física que proporciona significado e promove a identidade social, cultural e econômica à pessoa. Ao mesmo tempo em que o ambiente transmite mensagens e significados continuamente, também incorpora os

valores sociais e culturais das pessoas que vivem nele (p. 03).

Nesse processo investigativo, assim como na pesquisa de Nóbrega (2009), Paranhos (2008) ressalva a compreensão do fenômeno está intrínseca a posição que observador tem em relação a ele. Como já dito, ponto em destaque também no texto de Altman & Rogoff (2002) quando esclarecem essa questão como uma das características da compreensão transacional.

Outra questão que reforça essa compreensão na pesquisa está relacionada a questão da demarcação dos pesquisados enquanto agentes ativos no seu processo de adaptação a nova condição, movidos pelo anseio de “autonomia e liberdade, que podemos relacionar com sua necessidade de mobilidade e orientação espacial” (p. 108). Esse movimento no mundo é transpassado pela questão da afetividade não só com os ambientes, mas com as pessoas que estão nele:

Nos relacionamos afetivamente com os lugares e compartilhamos nossos espaços com aqueles que formam nossa rede social, pensamos ser inevitável relacionar a apropriação desses espaços às interações sociais e familiares que constituem essa inter-relação (p. 107)

Apesar da autora expor que a amostra poderia ter sido “significativamente maior” para “notar diferentes posturas quanto ao processo de reabilitação e apropriação de espaço” (p. 109), ela destaca a relevância de sua pesquisa em dois pontos. Primeiro pelo fato de que “não encontramos na literatura científica, estudos sistematizados envolvendo deficientes visuais e apropriação de espaço” (p. 103). Segundo ao fato de que “os resultados apontam para sugestões para que políticas públicas, que almejam a promoção de qualidade de vida da população de deficientes visuais, devam primeiramente certificar-se de suas necessidades e anseios, para então, propor e implantar alternativas” (p. 116).

Em sua pesquisa de **2008**, **Vilça** investiga o comportamento sócio-espacial de usuários em um calçadão na cidade de Natal/RN, bem como as percepções e estratégias utilizadas por eles a fim de conseguir realizar as atividades pretendidas. A autora faz uma

reflexão sobre o efeito da mobilidade na percepção e no comportamento de seus usuários.

O modo como cada usuário faz uso do calçadão é diversificado. Muitos a usam para praticar exercícios, outros para trabalhar e outros ainda apenas como passagem. Cada usuário “filtra” os inúmeros estímulos ambientais e se concentram apenas nos seus “focos de atenção”. “Isso só é possível porque a mente é seletiva e prestamos atenção naquilo que nos desperta mais interesse” (p. 134). Dessa maneira, com a percepção ambiental variando conforme a atividade que está sendo desempenhada, e havendo uma alternância das configurações de pessoas a cada instante, pois a maioria das pessoas está em movimento, Vilaça (2008) expõe que “cada pessoa pode vir a se tornar um obstáculo para os outros, percebe-se que a configuração dos obstáculos mudará no segundo seguinte” (p. 135). Assim, o foco de interesse está em “evitar os obstáculos, uma vez que pensar no melhor percurso para transitar é o que confere a satisfação de suas necessidades” (p. 148). Isso representa diminuir a velocidade de locomoção ao cruzar um ponto de ônibus, ou driblar pessoas em menor velocidades ou desatentas, bicicletas, e até mesmo desviar de cachorros.

Vilaça (2008) lembra que as relações interpessoais “não se limitam à comunicação verbal” (p. 145), de modo que a ocupação e defesa do espaço, em movimento, “constitui uma modalidade importante dos intercâmbios sociais” (p. 145). A autora expõe que o mecanismo social que perpassa os usuários, enquanto realizam o “drible/ultrapassagem”, é a expectativa de que todos “estejam aptos a fazer pequenos cálculos mentais, tanto espaciais como temporais. Desse cálculo mental, deve-se extrair um “veredicto de passagem”, no qual alguns fatores serão levados em conta, em frações de segundos” (p. 139).

O interesse está nas respostas das pessoas em relação aos estímulos do ambiente, base da compreensão interacionista. Nesse horizonte, há o entendimento da mobilidade como “importante mediadora da conexão entre pessoa, espaço e tempo, reforçando a afirmação o papel da mobilidade como um dos elos que possibilitam a relação recíproca entre pessoas e espaços físicos” (p. 133). Assim, a questão do tempo é considerada enquanto “tempo disponível para negociação” (p. 133) entre os transeuntes para não haver choque entre eles. A relação estabelecida é movida pelo tempo de reação e de como as pessoas respondem ao movimento das outras. A dimensão

do tempo futuro esta baseada em “estipular a análise dos comportamentos alheios” (p. 134).

Vale destacar a relevância da pesquisa como promotora de proposta a outros trabalhos:

Evidenciando o papel da mobilidade como elemento a ser considerado nos estudos do comportamento sócio-espacial humano, além de fornecer subsídios para à promoção de aplicações urbanísticas e projetais ecologicamente mais coerente, tanto para a reestruturação [do calçadão], quanto para criação de outros espaços destinados à prática de atividades físicas (e usos semelhantes), em cuja concepção seja valorizado o modo como as pessoas utilizam esses locais e se locomovem neles (p. 18-19).

A proposta de pesquisa de **Santos (2008)** foi investigar a relação dos jovens com o meio-ambiente no qual eles vivem. Isso se deu por meio de uma descrição do comportamento observável de adolescentes em interação ele, caracterizando conceitos que os jovens apresentam quanto a esta interação e de verificar se a inter-relação do jovem com o meio-ambiente está centrada no momento atual de suas vidas ou se abrange uma perspectiva relacionada ao seu passado e/ou ao seu futuro. Os jovens pesquisados pertenciam a dois grupos. Um é de escoteiros, cujas diretrizes do Movimento Escoteiro estabelece com destaque a questão do cuidado ambiental. O outro constituído por jovens participantes do Programa Segundo Tempo nos Esportes financiado pelo Governo Federal, cujo fim maior é retirar crianças e adolescentes das ruas, não tendo nenhuma regra específica sobre a questão ambiental.

A autora baseia seus estudos na Psicologia Ambiental e na perspectiva biológica de Bronfenbrenner, que permite que o fenômeno seja esclarecido em sua complexidade, onde os *Behavior settings* são vistos como um recorte de um todo maior no qual as pessoas estão inseridas. Mas Santos esclarece saber que esta fazendo um recorte da realidade dos jovens, já que “há uma consciência por parte da pesquisadora de que esses jovens fazem parte de outros *Behavior settings*, que têm uma família, vivem em sociedade em um determinado tempo histórico” (p. 118). Nessa perspectiva “o desenvolvimento é um processo complexo do qual participam a

pessoa em desenvolvimento, os seus pares, os ambientes em que estão inseridos, o tempo histórico-social e individual” (p. 116).

Na primeira etapa da pesquisa, que envolveu observação do comportamento dos pesquisados, houve poucos resultados que pudesse expor as preocupações ambientais deles, isso porque “os eventos observados promoveram poucas oportunidades de apreensão de situações de comportamento pró-ambiental” (p. 128). Já na segunda e terceira etapa, com o uso do instrumento de conceitos ambientais e entrevistas semi-estruturadas, há o destaque dos jovens de se importarem com atitudes como “reciclar, preservar e não poluir, mas principalmente é fazer a sua parte” (p. 134). Essas características pró-ambientais estão cingidas de acordo “com a convicção de cada um e com as particularidades da sua cultura” (p. 132). Mas apesar de sabido das responsabilidades de todos frente a conservação do ambiente, a autora identifica entre os pesquisados o fato de que “o discurso presente é o da responsabilidade geral pelo ambiente, mas a realidade é que a grande maioria não procura fazer a sua parte” (p. 139). E se mantendo dentro dessa perspectiva, a questão temporal é demarcada como os jovens vêem o passado na relação com o ambiente: “era mais limpo que hoje, não existindo tantos problemas com a questão ambiental” (p. 135) e antecipam o futuro como questão de responsabilidade das gerações futuras para que revertam “a situação, cuidando para que tenhamos um amanhã” (p. 136).

Dessa maneira, verifica-se a reciprocidade entre os jovens e seus ambientes, onde alterando um há consciência dos seus efeitos no outro. O tempo é posto como antecipações e recordações de eventos, de maneira que o ideal seja as novas gerações se determinarem em estabelecer um estilo de vida sustentável. Assim, a perspectiva organísmica se ajusta ao intento dessa pesquisa.

Em sua pesquisa de **2007**, **Rocha** investigou o processo de intervenção terapêutica através do brincar com duas crianças recém-hospitalizadas, à luz da teoria de Winnicott. E mais especificamente analisando a questão da privacidade e do espaço pessoal, contribuições vindas da Psicologia Ambiental.

A partir do seu referencial da teoria winnicottiana, a autora mostra e justifica que as diversas possibilidades de brincar são uma característica da saúde e impulsionam o desenvolvimento emocional e a comunicação infantil. Desse modo, enquanto prática de intervenção, Rocha esclarece que os profissionais de saúde devem sempre buscar propiciar o brincar à criança hospitalizada, visando “a diminuição do seu sofrimento e melhor adaptação ao novo ambiente”

(p. 141). Isso trará auxílio à criança ao lhe dar apoio diante o sofrimento inerte à interação. Contudo, o brincar não necessariamente está vinculado à relação da criança com outras pessoas ou com o ambiente. Ela pode brincar sozinha, sem interações. O que determina tal relação é a expressão “de seu verdadeiro *self*” (p. 129).

Dessa maneira, a criança controla, permite ou impede a interação, a partir da forma como apreende a realidade e a experimenta. O que é relevante não são as contingências ambientais, apesar delas desencadearem emoções na criança, mas sim o que parte do *self*: “não se fala em realidade externa, mas em realidade subjetiva, pois a criança não compreende ou diferencia o mundo externo e o mundo interno, ela ainda não compreende plenamente a existência de externalidade” (p. 128). Aqui a atenção dada ao fenômeno está na compreensão das qualidades e processos psicológicos, tendo o ambiente um papel secundário, se delimitando em uma perspectiva individualista, segundo critérios de Altman & Rogoff (2002).

Adiante, a autora expõe a evolução no desenvolvimento infantil segundo a teoria winnicottiana. Caso a criança já esteja mais amadurecida, ir-se-á manifestar a capacidade de uso dos objetos ao seu redor. A criança percebe os objetos externos e interage com eles. Caso essa experiência de interação não ocorrer completamente “pode ser que o bebê tenha vivido uma cisão do *self*. Neste caso, falsas experiências se estabelecem e se caracterizam como submissão à realidade externa” (p. 129). Por fim, a criança em fase de amadurecimento mais avançada vai de encontro à realidade “de forma criativa e pessoal” (p. 129). Entretanto, caso tal relação seja baseado na cisão do *self* “não se percebe a criança confortada, nem mesmo brincando livremente. Nessas situações pode não se ver expressões de alegria nem de tristeza, o que parece indicar uma falsa adaptação” (p. 130). Apesar de haver a evolução da criança frente ao mundo, o ambiente representa um espaço onde sua importância depende da condição psicológica da criança.

Dentro desse contexto, o espaço pessoal “tem como função a autoproteção contra as ameaças físicas e emocionais advindas da interação humana, de forma a dominar as agressões surgidas das relações” (p. 133). Enquanto a privacidade se refere a intimidade da criança com sua família, “ao isolamento com a família e excluindo as demais pessoas” (p. 134), apesar de na Introdução a pesquisadora realçar que na privacidade há a confluência de “vários vetores

envolvendo o fenômeno, como a pessoa com suas necessidades e expectativas, o contexto sócio-ambiental, a interação em si e sua ocorrência em um tempo específico” (p. 5-6).

Rocha (2007) fecha sua pesquisa enfatizando a importância do trabalho de um psicólogo ambiental no hospital, enquanto profissional capaz de “trazer sugestões a esse planejamento em questão, em especial sobre a promoção de espaços propícios ao brincar e facilitadores da relação criança-mãe” (p. 143). A contribuição a equipe interdisciplinar sobre quem é a criança e quais são suas possibilidades de entendimento e enfrentamento da hospitalização, é uma assistência importante no esforço de agilizar o processo de melhora da criança.

Em seu trabalho de **2006**, **Link** expõe que atualmente muitas empresas se preocupam com a mudança de atitude em relação à utilização dos recursos naturais e a qualidade ambiental de seus produtos, para manter, sobretudo, uma imagem positiva e competitiva no mercado. Dentro dessa racionalidade, a pesquisadora buscou avaliar a eficácia de programas de capacitação voltados para a promoção de comportamentos pró-ambientais junto a funcionários de três pousadas no arquipélago de Fernando de Noronha.

Em sua Introdução, Link (2006) enfatiza que muitos problemas ambientais não estão no ambiente, mas na atitude destrutiva do homem, de modo que se pode “afirmar que vivenciamos uma crise das pessoas-nos-ambientes” (p. 16). Isso é constatado na maioria dos pesquisados, que além de participarem do processo de educação ambiental, afirmam praticar atividades de cuidado ambiental, tal como o controle do lixo, economia da água, reciclagem e economia de energia. Mas a autora destaca que talvez tais comportamentos não necessariamente estão relacionados a uma postura pró-ambiental, contudo tão somente em reação a contingência. Como exemplo é dado à escassez da água que é uma constante, levando a necessidade de usá-la racionalmente: “ações impostas por fatores situacionais, isto é, situações nas quais o indivíduo sofre imposições para um consumo racional, podem não ser necessariamente reconhecidas como comportamento pró-ambiental” (p. 69). No fechamento de sua Discussão, Link demonstra que práticas cotidianas pró-ambientais estão fortemente associadas “as imposições de trabalho ou por questões situacionais. Mesmo tendo acesso a informações, conhecimentos, as mudanças na forma de consumo, na utilização dos recursos, ainda estão dissonantes a sua prática efetiva” (p. 88). Esses resultados foram constatados na análise

dos questionários aplicados nos funcionários pesquisados, considerando os escores fatoriais: ambientalismo e apatia ambiental. Foi averiguado uma falta de correlação entre o ambientalismo e o programa de capacitação:

Se levarmos em conta as características dessas pousadas, faz algum sentido que o ambientalismo dos funcionários seja decrescente à medida que é menor o seu envolvimento com treinamentos e programas de capacitação. Porém, não faz sentido que a apatia ambiental seja maior para os mais (em tese) bem preparados (p. 71).

O eixo fundamental buscado pela pesquisadora é a noção de desenvolvimento sustentável entre os pesquisados, enquanto conjunto de variáveis que devem ser compreendidas e sofrerem intervenção para que a sustentabilidade ocorra:

A noção de desenvolvimento sustentável ainda está muito aquém do ideal, a compreensão holística do princípio da sustentabilidade ainda é um desafio. As dimensões econômicas e sociais estão muito pouco assimiladas. As dimensões ecológicas já estão impregnadas no discurso e no pensamento das pessoas, porém temas relacionados com a cooperação entre países, equidade social nem sequer foram mencionadas. A dimensão da participação coletiva é mencionada durante as entrevistas, mas de uma forma muito mais teórica do que efetivamente participativa (p. 88).

A preocupação está no sentido de manter o equilíbrio de diferentes forças que agem diretamente sobre o que seja a sustentabilidade. Um estado ideal de relação entre os interesses das pessoas e do meio ambiente. Proposta organísmica de viabilizar a continuidade da vida no planeta.

Nesse grupo de pesquisas que compõe o modo operativo, constata-se a maior heterogeneidade entre os quatro grupos analisados. Três pesquisas pertencem entre aquelas compreendidas como perspectivas transacionais (Fernandes, 2010; Nóbrega, 2009; Paranhos, 2008), duas como perspectivas organísmicas (Link, 2006;

Santos, 2008), uma interacionista (Vilaça, 2008) e uma individualista (Rocha, 2007).

5.3.4 Modo Responsivo

Das quatro pesquisas inclusas nesse modo, de 15 conceitos, 12 foram articulados, com destaque a bidirecionalidade e ao mapeamento comportamental, seguido da privacidade. A primeira pesquisa analisada dentro deste modo foi a produção de **Raymundo (2010)** que se particularizou em identificar diferenças e semelhanças nas configurações dos espaços de duas instituições de educação infantil, relacionando as configurações dos *playgrounds* com os padrões de interação social e as atividades desenvolvidas pelas crianças com idade de três a cinco anos. A autora destaca que apesar de centrar sua pesquisa na descrição das características físicas do ambiente, considera a relação criança-ambiente como um processo que:

Ambos os domínios, pessoa e ambiente, possuem propriedades mutáveis e interdependentes. Ou seja, pode-se argumentar que no caso estudado há uma reciprocidade complexa entre as características das crianças e as características do espaço escolar, um exercendo influência sobre o outro (p. 151).

Em função da complexidade do fenômeno, partindo do referencial teórico bioecológico de Bronfenbrenner, Raymundo (2010) demarca a necessidade metodológica de fazer um recorte no fenômeno, atendo-se a um perfil dele, mas sem deixar de considerá-lo em sua totalidade:

Ainda que o presente trabalho não permita aprofundar a análise dos 4 elementos constituintes do modelo (Pessoa, Processo, Contexto e Tempo), ele o toma como referencial teórico na busca de uma visão ampliada da relação criança-ambiente, que permita contemplar prováveis influências das variáveis das crianças, das ideias dos adultos e do ambiente físico (p. 18).

Em suas Considerações Finais, a autora volta a esta questão lembrando que apesar do corte do contexto feito, a pesquisa “nem por isso tornou-se reducionista. Pois foi válido e necessário operacionalizar certas dimensões à observação direta, ao nível microanalítico, através de uma análise contextualizada da realidade escolar” (p. 166). Ligado a tal perspectiva do fenômeno, e de acordo com o horizonte compreensivo da teoria bioecológica, a autora realça a importância da temporalidade em termos históricos, observando que sua evolução gera efeitos desde contextos macros, tal como uma sociedade, até contextos micros, “como a entrada da criança na escola, o período de adaptação na nova turma no início do ano letivo ou ainda o tempo de uso do espaço, podem ter significativa influência no desenvolvimento das crianças” (p. 156). Raymundo (2010) assinala o valor de se ater ao estágio de desenvolvimento da criança, uma vez que ele permite ao pesquisador localizar o momento que passa os pesquisados, considerando-os em seus processos ativos na interação com o ambiente. Ela exemplifica que “crianças menores (3 anos) ainda estavam se familiarizando com o espaço, algumas em processo de adaptação na escola, o que pode justificar em parte o comportamento mais exploratório destas do que das outras” (p. 156).

A preocupação com os dados apresentados enfatiza uma compreensão transacional do fenômeno, considerando a bidirecionalidade entre pessoa-ambiente, localizados dentro de um contexto, enquanto fenômeno que evolui através do tempo. A dinâmica das crianças não é considerada como somente em resposta ao ambiente em que se localizam, mas também no seu grau de desenvolvimento e de suas possibilidades de responder a configuração deste ambiente.

Outra pesquisa que pesquisou a relação das crianças em pátio foi a de **Fernandes (2006)**, que objetivou investigar a utilização das suas diferentes áreas e analisar os comportamentos de interação entre crianças de uma pré-escola. Essa interação é compreendida pela autora como ocorrendo de maneira dinâmica entre a pessoa e o ambiente, “a criança é capaz de explorar, descobrir e iniciar ações em seu ambiente, além de selecionar parceiros, objetos e áreas para suas atividades, ao mesmo tempo em que o meio atua reforçando positiva ou negativamente tais comportamentos (p. 15). Desse modo, a descrição dicotômica da pessoa e do ambiente é superada quando o interesse da pesquisa está nas “relações entre ambos, e é justamente na compreensão desse relacionamento que reside o desafio a ser

enfrentado por aqueles que se interessam pelo assunto” (p. 101). Isso porque entender as especificidades dessa relação é permitir que possa haver “o intercâmbio necessário ao desenvolvimento infantil” (p. 94). Para tanto, o ambiente deve proporcionar “oportunidades para as crianças brincarem individualmente ou em grupos, a partir de escolhas próprias” (p. 96).

Conforme a pesquisadora, o pátio apresenta dimensões recomendáveis segundo as medidas de referência, ficando em uma média de 13,5 m²/criança (período matutino) e 16,5 m²/criança (período vespertino). Essas dimensões permitem que cada criança escolha o espaço e equipamento com que quer brincar. O não apinhamento delas levou a constatação da “predominância da atividade associativa amigável em todas as áreas observadas” (p. 89) o que motiva “a formação de brincadeiras em grupos” (p. 96), incentivando a autonomia e o exercício de atividades sociais. Outro elemento destacado por Fernandes (2006) foi o fato de no parque haver muitos brinquedos, os quais também são facilitadores para que ocorra a promoção de interações e cooperação entre os alunos:

A partir desse tipo de observação é possível inferir que, para elaborar um pátio que favoreça a socialização de forma saudável, faz-se necessário promover a diversidade, ou seja, organizar espaços que possuam áreas com equipamentos múltiplos, áreas livre para que os usuários possam utilizar seus próprios equipamentos, locais de encontros para jogos, leituras ou conversas, e espaços esportivos (p. 97)

A variedade de espaços e equipamentos no parque permite atender as necessidades de desenvolvimento de cada criança, conforme sua faixa de idade. A pesquisadora confirmou os dados da literatura ao constatar que as crianças menores (três a quatro anos) são mais exploradoras do ambiente, enquanto as crianças de cinco a seis anos tendem a permanecer mais tempo no mesmo brinquedo. Dessa maneira “o processo de interação das particularidades da pessoa e do ambiente promove as mudanças na criança ao longo da sua vida” (p. 93-94).

Assim, verifica-se que o fio condutor da pesquisa de Fernandes (2006) está em abarcar as diferentes condições ambientais do parque e de que modo cada criança pode ser beneficiada na sua

relação com ele. Há no horizonte de compreensão a ideia de equilíbrio, que através das diversidades do ambiente, possa-se atender a necessidade da criança, segundo o estágio de desenvolvimento em que se encontra. Desta maneira, se delineia um pesquisa organísmica. No entanto, em suas Considerações Finais, a autora pontua a necessidade de que futuramente novas pesquisas avaliem os aspectos sócio-históricos que permeiam essa relação. Em função do recorte que fez em sua pesquisa, ela lembra a necessidade destas outras pesquisas consideraram que:

Aspectos como elementos culturais da localidade e a proposta pedagógica da escola, entre outros, os quais certamente influenciam tanto o comportamento infantil quanto as características da instituição analisada. Em termos metodológicos, também há considerações a serem feitas, sobretudo no que diz respeito a uma maior compreensão das razões para os diferentes usos e interações detectados (p. 100).

Uma das primeiras questões trazidas por **Pinheiro (2009)** é a compreensão da complexidade da natureza subjetiva da dor em pacientes oncológicos. Apesar dela estar ligada a lesão anátomo-fisiológica inicial, a de se considerar os “aspectos psicológicos, familiares, sócio-culturais e espirituais” (p. 11) em que ele está. Dessa maneira, o processo da dor não pode ser reduzido a questão de qual lesão cancerígena a pessoa padece apenas, isso porque a forma com que cada uma lida com a dor está ligada “a experiência do sujeito, sua história e a evolução do seu estado de saúde” (p.134). Na base dessa compreensão há dois aspectos importantes a ser considerados. O primeiro se refere a:

Pensar a relação pessoa-ambiente em que as subjetividades são construídas. A consideração sobre a construção dialética do sujeito, que se constitui nas relações com o meio e com os outros, merece ser ressaltada nesse momento em que discutimos sobre o sujeito hospitalizado (...) as experiências, a convivência com diferentes grupos e a aprendizagem são fundamentais na construção do significado atribuído à dor e,

consequentemente, no modo de lidar com ela (p. 14).

O segundo aspecto é o significado atribuído ao ambiente hospitalar:

O hospital é uma instituição vista de forma ambivalente. De um lado, é um ambiente que afasta o indivíduo do seu contato social e onde ele fica no lugar de sujeito passivo, no qual o outro (a equipe de saúde) é quem detém o conhecimento sobre o seu estado de saúde e sobre o que ele sente. Além do mais, o paciente não tem autonomia para modificar esse espaço, o que gera certa insegurança. Por outro lado, o hospital representa a possibilidade de promoção de saúde e cuidados mais especializados (p. 15).

Compreendendo a singularidade do paciente oncológico dentro de uma série de procedimentos técnicos de tratamento padrão, Pinheiro (2009) busca uma compreensão sócio-cultural na relação entre percepção e ação, subjetividade e ambiente, paciente e hospital. Assim, busca “superar as dicotomias homem-sociedade, objetividade-subjetividade, biológico-social, sujeito-ambiente e racionalidade-afetividade” (p. 04). A afetividade é ressaltada “como possibilidade de integração e superação da visão dicotômica desses pares” (p. 14). Isto é também constatado pela autora em sua Discussão, que, considerando os aspectos sócio-culturais, constatou diferenças entre os pacientes pesquisados em como a dor é sentida em suas casas e no hospital, onde estes “revelaram sentir menos dores no hospital (...). Podemos perceber claramente nessas falas como a percepção do ambiente influencia a sensação e expressão de dor nos pacientes” (p. 111).

Através da elaboração de mapas afetivos, Pinheiro (2009) chegou a quatro grupos de sentimentos relacionados à imagem do ambiente hospitalar. O primeiro foi as que continham imagem de contraste formada pelos pacientes frente a esse ambiente, que pode ser sintetizado como “lugar onde morre muita gente, mas também se salva muita gente” (p. 113). Outra imagem de tal ambiente se refere ao sofrimento: “percebemos que os pacientes associam o ambiente hospitalar a qualidades relacionadas a sentimentos de tristeza e dor, ligadas principalmente à situação de doença (p. 114). Insegurança

também constitui um grupo, onde “as qualidades do ambiente hospitalar que caracterizam essa categoria forma as incertezas, a espera, as dúvidas, o desafio e a aprendizagem, que estão atreladas a sentimentos de angústia, apreensão e ansiedade” (p. 122). Por fim, a agradabilidade: “os pacientes relataram que o hospital parecia um lugar muito agradável e que gerava uma sensação de bem-estar, porque tinha muitas plantas, muito verde, beleza, claridade e muita ventilação (p. 118). Assim, como na pesquisa de Medeiros (2004) já exposta, que ao verificar a percepção de arquitetos a respeito do ambiente hospitalar, Pinheiro constatou que janelas trazem melhores experimentações dos pacientes nesse ambiente, Pinheiro destaca as janelas nas enfermarias permitem “o acesso dos pacientes à área externa do hospital, situando-os no tempo e no espaço, possibilitando a comunicação com o mundo exterior e contribuindo para uma menor exclusão dos pacientes hospitalizados” (p. 118).

A pesquisadora destaca a importância da intervenção do psicólogo ambiental no espaço hospitalar como o profissional capaz de buscar compreender que significações são atribuídas a esse espaço e como elas vão interferir nas sensações de dor e ações do paciente. “Como o sofrimento é diferente para cada pessoa, faz-se necessário, então, uma escuta individualizada e atenta aos pacientes com quadro álgico para um melhor alívio do seu sintoma e melhora do seu quadro geral” (p. 134). Desse modo, é destacado a compreensão integral do usuário do serviço de saúde e o ambiente em que está inserido, de modo que Pinheiro destaca que “além dos aspectos humanos, o ambiente físico também deve ser considerado na promoção de saúde e na minimização do sofrimento inerente ao tratamento dos pacientes oncológicos” (p. 135). A busca de alívio a dor na criação de ambientes que buscam considerar a singularidade dos pacientes sugere uma compreensão de estabilização entre as partes, reduzindo tensões nessa relação, base da racionalidade organísmica.

Na pesquisa de **Corrêa (2006)** também se explora o ambiente hospitalar, contudo aqui os pesquisados são crianças em um hospital humanizado, colorido, com áreas lúdicas e profissionais preocupados com entretê-las. O foco da análise foi o comportamento das crianças, buscando verificar a qualidade de vida dentro da instituição, através de entrevista e observações das interações estabelecidas no jardim do hospital e possíveis relações com a qualidade de vida e bem-estar. Pelas entrevistas, a maioria das crianças narrou que a sala de recreação era o ambiente preferido delas:

Essa preferência pela sala de recreação já era esperada, uma vez que a função da sala é justamente proporcionar lazer à criança enquanto está internada. É um ambiente que possui prováveis reforçadores responsáveis por manter as crianças na sala (...). São os reforçadores presentes na sala que mantêm as crianças ali dentro (p. 127).

As crianças são atraídas pelos brinquedos dos mais diferentes tipos, o contato com outras crianças e com os profissionais. E por meio disso, Corrêa verificou que as crianças reconhecem o diferencial do hospital onde:

Comportamentos das crianças como não chorar durante uma consulta, sorrir, obedecer aos médicos e tomar os remédios eram provavelmente reforçados pelo ambiente físico mais colorido, mais limpo, com atividades variadas, mais amplo que provocava atividade na criança e na forma como se dava a relação delas com os funcionários do hospital (p. 128).

Outro elemento reforçador foi o fato de haver um jardim no hospital. Esse espaço aberto estimulava atividades às crianças, onde a maioria não ficava parada por muito tempo, muitas caminhavam e corriam pelo jardim, “parecia que estar no jardim era estar do lado de fora do hospital, era como sair do hospital por alguns minutos, e isso era reforçador para a criança” (p. 129). O sentimento inverso ocorria ao voltar ao quarto, pois faz “lembrar que está doente” (p. 131, 132). O jardim foi um elemento gerador de significativa satisfação por parte das crianças. Sua presença com elementos naturais e com espaço aberto trás um diferencial “dos outros ambientes físicos do hospital na qualidade de vida e bem-estar dos pacientes hospitalizados” (p. 132). Dessa maneira:

A maioria das crianças apresentou um nível alto de qualidade de vida dentro do hospital, indicando bem-estar enquanto estavam no jardim (...). Pode-se dizer que este contato com as plantas, flores, temperatura e luminosidade naturais provocava

bem-estar, explicitando na fala ou nas feições das crianças (p. 134).

Assim, com relação à avaliação do ambiente hospitalar, e como ele afeta os comportamentos e sentimentos das crianças, há a busca por parte de autor compreender como a ambiente influência no processo de otimização do tratamento das crianças. Há a tomada de uma perspectiva interacional, da maneira que diferentes elementos ambientais influenciam os sujeitos que ali permanecem para tratamento.

No grupo responsivo, assim como foi no grupo avaliativo, houve o predomínio das pesquisas com perspectiva organísmica (Fernandes, 2006; Pinheiro, 2009), seguidas por uma pesquisa de caráter transacional (Raymundo, 2010) e uma interacionista (Corrêa, 2006).

5.4 Etapa 3B – Relação entre os Modos e as Perspectivas

Nas pesquisas classificadas no modo interpretativo, constata-se uma prevalência de uma compreensão transaccional (Figura 13) dos fenômenos, avaliando não somente a relação pessoa-ambiente no presente, mas como essa relação foi se desenvolvendo com o passar do tempo. Que significados foram construídos entre os pesquisados e como lidam com eles no presente. Nesse bloco tem as pesquisas de Medeiros (2005); Ponte, (2010); Salomoni, (2009).

Já na pesquisa de Sousa (2004) apesar de haver elementos transaccionais na compreensão do fenômeno, como é o caso do aspecto do desenvolvimento histórico com a praça e, na aplicação do instrumento de pesquisa, se restringiu a buscar a relação temporal dos pesquisados com a praça em termos de permanência no local, em dado intervalo de tempo. Identifica “diferentes praças” para cada tipo de usuário, mostrando como melhor cada um desses tipos faz uso do espaço.

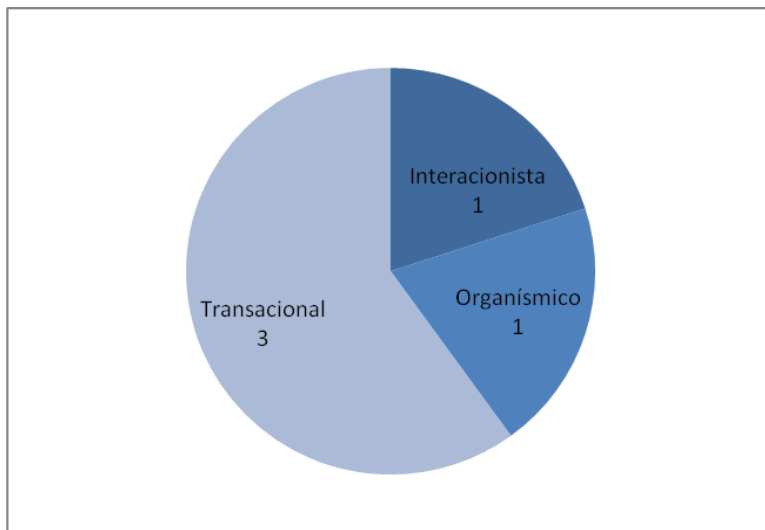


Figura 13 – As perspectivas da relação pessoa-ambiente nas produções no modo interpretativo

Nas pesquisas do modo avaliativo se constata uma prevalência da compreensão organísmica dada à relação pessoa-ambiente. De sete pesquisas analisadas, cinco cabem nessa definição, enquanto que duas tem aspectos interacionistas (Figura 14). Não se verificando nenhuma pesquisa com viés individualista ou transacional. Dessa maneira, dentre os quatro modos analisados, as produções avaliativas foram as mais homogêneas em suas temáticas. Quatro se referem a produção de conhecimento dentro das representações sociais (Medeiros, 2004; Polli, 2008; Quevedo, 2005; Sanger, 2002), avaliando a percepção e avaliação dos pesquisados frente ao consumo de água (Medeiros, 2004; Polli, 2008) ou frente ao ambiente escolar (Quevedo, 2005; Sanger, 2002).



Figura 14 – As produções da relação pessoa-ambiente nas produções no modo avaliativo

Entre os quatros grupos de modos analisados, o operativo foi o mais heterogêneo, tanto nas visões dadas à relação pessoa-ambiente, quanto aos diferentes objetos de investigação (Figura 15). Nenhum objeto de pesquisa foi estudado por dois ou mais manuscritos. Contudo, as três pesquisas que se refere as pesquisas transacionais seus objetivos centrais foi verificar a apropriação do espaço, de dependentes químicos (Fernandes, 2010), de uma personagem de um romance (Nóbrega, 2009) e de deficientes visuais (Paranhos, 2008).

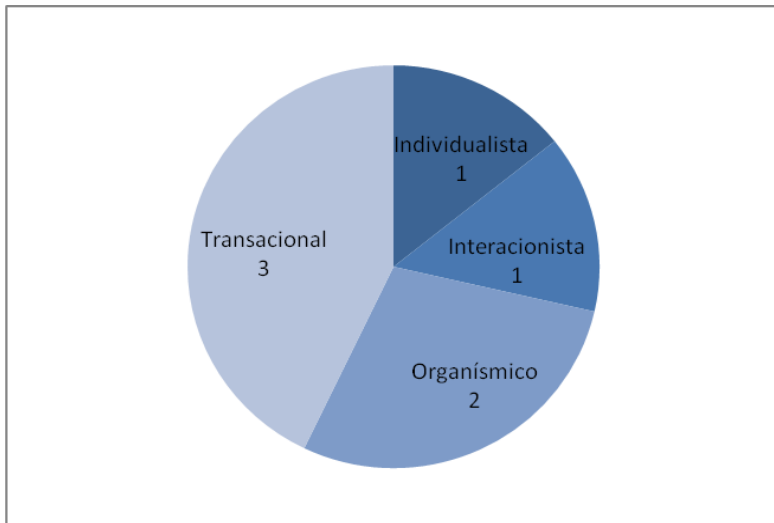


Figura 15 – As perspectivas da relação pessoa-ambiente nas produções no modo operativo

No grupo das pesquisas classificadas no modo responsivo (Figura 16) coincidentemente dois trabalhos discorreram sobre pátios escolares e como suas configurações influenciam no desenvolvimento psicossocial das crianças (Fernandes, 2006; Raymundo, 2010). E dois tiveram como foco o ambiente hospitalar, um com pacientes adultos (Pinheiro, 2009) e outro com infantil (Corrêa, 2006). Sendo o mapeamento comportamental um dos principais aspectos ressaltados nos dois primeiros manuscritos e a bidirecionalidade nos outros dois.



Figura 16 – As perspectivas da relação pessoa-ambiente nas produções no modo responsivo

No somatório das dissertações e teses analisadas, constata-se o predomínio das pesquisas que fazem uma compreensão organísmica no recorte feito do fenômeno (Figura 17). Ou seja, o interesse está em considerar a influência mútua entre pessoa e ambiente e suas alterações nesse movimento. Há um sistema complexo e organizado composto por variáveis que apresentam influências recíprocas uma sobre a outra, de modo que a mudança em uma parte do sistema é capaz de reverberar em formas complexas em todo o sistema. Em seguida vêm as pesquisas transacionais, que buscam uma integralidade do fenômeno humano-ambiental, através das suas características ambientais, psicológicas e temporais.

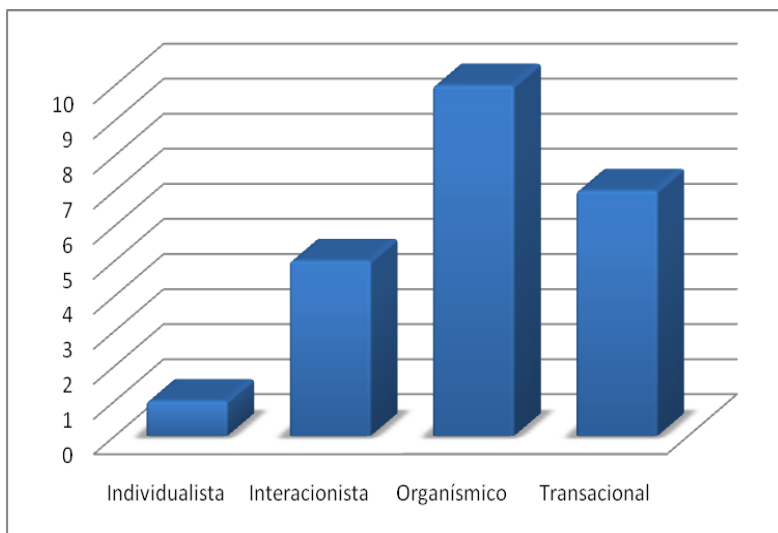


Figura 17 – Total de Perspectivas da relação pessoa-ambiente entre todas as pesquisas (BDTD)

6. DISCUSSÃO

Os dados coletados permitem realizar uma verificação tanto quantitativa, como qualitativa. Apesar dos números mostrarem que as produções arroladas estão distribuídas em apenas nove universidades, os totais demonstram o quanto as pesquisas em Pós-Graduação em Psicologia, na subárea Ambiental (PA), já cresceram significativamente na década de 2000. Começando com duas dissertações em 2001, que constam na base de dados da CAPES (Caponi, 2001; Nascimento, 2001) e chegando a uma média anual de quatro pesquisas nos últimos três anos. Observando a curvatura do gráfico (Figura 13) é possível antecipar um aumento do número de pesquisas para os próximos anos. Estes dados indicam um significativo espaço que a PA tem para se expandir, tanto nas universidades mencionadas, quanto em outras não encontradas nas bases de dados relacionadas à área da Psicologia Ambiental. Essa questão do espaço a ocupar academicamente já era tratada por Stokols em 1978, quando destacava isso em função do recente surgimento da disciplina. Os dados aqui apresentados confirmam isso. Até porque no Brasil as pesquisas ganharam expressão acadêmica só a partir da última década. Dessa maneira, há um campo fértil não só para mais pesquisas, mas também para a diversidade delas, dando espaço para aprofundar questões aqui analisadas, em contextos regionais. O que é pontuado também por Wiesenfeld (2005) quando argumenta que esse raciocínio pode potencializar os aportes da disciplina e, dessa maneira, enriquecê-la.

Vê-se que cada uma das pesquisas analisadas não se resume em soluções para os problemas humano-ambientais específicos, mas trazem também subsídios para o desenvolvimento de uma conceituação teórica mais elaborada no intercâmbio entre as definições já existentes, não só com a Psicologia, como também com outras áreas. Constata-se isso nas pesquisas de Medeiros (2005) e Ponte (2010) quando tratam de correlacionar emoções e sentimentos de pessoas nos seus ambientes com seus projetos de vida, fazendo uma aproximação com a Psicologia Clínica. Ou a pesquisa de Nóbrega (2009) que demonstra que a realidade ambiental imaginária é tão objetiva e passível de verificação, quanto a realidade percebida, articulando-se com a Literatura. Ou ainda as pesquisas de Medeiros (2004) e Sager (2002) que trazem elementos da Arquitetura.

Ao que se refere aos ambientes elencados, constata-se que o ambiente escolar é o mais pesquisado, seguido pelo hospitalar e de

trânsito. Estudar esses ambientes levou a uma articulação teórica com outros campos do conhecimento, indicando a preocupação dos pesquisadores de buscarem uma compreensão mais elaborada da relação pessoa-ambiente. De um lado, verificou-se muitas referências a subárea da Psicologia do Desenvolvimento (Fernandes, 2006; Luz, 2010; Raymundo, 2010; Rocha, 2007; Souza, 2005). Do outro lado, verifica-se um constante contato com a Arquitetura (Iglesis, 2007; Medeiros, 2004) tal como ocorre com o uso de plantas baixas, verificação da densidade ocupacional das áreas e estado de conservação de pátios e edificações.

Apesar disso, chama atenção que entre todas as pesquisas, somente duas expuseram claramente o trabalho interdisciplinar como importante ferramenta para a pesquisa e intervenção (Raymundo, 2010; Sousa, 2004). Sendo a PA justamente uma disciplina que avalia seu fenômeno de estudo com outras áreas afins (Günther, Elali, et al., 2008, Marçolla, 2002; Moser, 2005b; Romice, 2005, Wiesenfeld, 2005;), verifica-se que não se deu a devida atenção a esta questão. Em função da maioria das pesquisas elencadas se tratarem de dissertações, sabe-se das limitações de tempo e recursos para o desenvolvimento de uma pesquisa interdisciplinar. Entretanto, era esperada uma maior referência a importância e da necessidade dessa maneira de estudar e intervir nas relações pessoa-ambiente. Ou como esclarece Moser (2005b), a pesquisa, por questões operacionais, é executada como um trabalho monodisciplinar, contudo, a intervenção nas relações pessoa-ambiente deve abarcar uma dinâmica complexa com outras disciplinas envolvidas com a questão, promovendo a melhora da qualidade de vida das pessoas. Nessa perspectiva, o trabalho interdisciplinar pode facilitar significativamente o alcance do objetivo. Caso contrário, far-se-á o que Ferreira (1997) chama de “departamentização” do conhecimento. Se for considerado o conhecimento acumulado por estas áreas separadamente, não há como negar que haja riqueza nas assertivas feitas a partir de cada uma das disciplinas acerca dos aspectos que lhes sejam atribuídos. No entanto, ao se buscar nessas pesquisas estabelecer uma visão do conjunto das contribuições das áreas ambientais é que faltará um exercício integrador do conhecimento sobre o fenômeno em estudo.

Assim, é importância sempre buscar integrar as “pesquisas ambientais”, evitando um procedimento de delimitação e delegação do assunto para outras áreas do conhecimento, onde não haveria a busca integradora nos procedimentos de estudo de algum elemento do contexto ambiental. Parece não ser suficiente que a interface seja

apontada: até “este ponto” a responsabilidade da pesquisa é da área tal, a partir “daquele ponto” a responsabilidade é de outra área. Mas é necessária a busca por um conhecimento sintetizador das disciplinas ambientais na busca de compreender mais ponderadamente seu fenômeno.

Constata-se com isso que os pressupostos aqui considerados para verificar as teses e dissertações em PA podem servir de base também para outras subáreas da Psicologia, bem como para disciplinas afins que tratam da relação pessoa-ambiente, tal como a Geografia humana e a Arquitetura, por exemplo. Pensar as contribuições da PA para essas disciplinas sugere um crescimento qualitativo para todo o campo do conhecimento científico que discute as questões pessoa-ambiente.

Outro aspecto importante para se considerar se refere à natureza transacional das pesquisas, que visam compreender a relação entre o ambiente e a pessoa, seus efeitos recíprocos, contextualizados e considerados na evolução temporal das suas relações. Constatou-se que a convergência aponta para uma compreensão bidirecional entre os elementos do fenômeno, onde se enfatizou recorrentemente a ideia de que as variáveis consideradas estão relacionadas entre si de maneira complexa. Ou seja, considerou-se a busca por uma compreensão global das relações, procurando não permanecer em compreensões com elementos considerados isoladamente ou em relações específicas. Apesar das perspectivas transacionais não terem sido a maioria das pesquisas (30,43%), elas acompanham as pesquisas organísmicas (43,47%), onde ambas se aproximam quando preconizam a bidirecionalidade do fenômeno, em detrimento das compreensões individualistas e interacionistas, que focam na identificação de fatores ambientais antecedentes que produzem variações subsequentes no processo psicológico. Estas últimas perspectivas representam aproximadamente $\frac{1}{4}$ das teses e dissertações. Esses resultados vão de encontro com as previsões de Altman & Rogoff (2002), Ferreira (1997), Stokols (1978) e Stokols & Montero (2002) sobre essa ser uma tendência mundial. Sendo apontados, também, nas considerações de Giuliani & Scopelliti (2009) e Wiesenfeld (2005) quando das seus exames nos periódicos *Environment & Behavior* e *Journal of Environmental Psychology*.

Esses dados se confirmam, por exemplo, nas pesquisas de Salomoni (2009), Ponte (2010) e Fernandes (2010) quando retratam como os aspectos ambientais foram adquirindo importância psicológica para as pessoas. Para tanto, os pesquisadores buscaram

elementos nas vidas de relações dos participantes, considerando a necessidade de avaliar a evolução de um conjunto de ocorrências que permitiram que os ambientes se tornassem significativos para tais sujeitos. Dessa maneira, foi imprescindível verificar o passado dos sujeitos, suas amarrações sociológicas, para constatar como esses elementos, mediados pela historicidade das relações, foram dando função ao atual ambiente.

O que se considera no centro dessas pesquisas é a evolução histórica das relações humano-ambientais, o “passado ambiental” da pessoa, formado pelos lugares, espaços e propriedades que foram mediação para a satisfação biológica, psicológica, social e cultural das pessoas (Macedo, Oliveira, Günther, Alves & Nóbrega, 2008). Entender esse “passado ambiental” é possibilitar a compreensão de como o ambiente afeta as pessoas no presente e que antecipações têm do futuro.

Esse processo é também entendido por Bronfenbrenner (2002), com sua abordagem ecológica do desenvolvimento humano, compreendendo-o enquanto processo multideterminado, complexo e dinâmico, considerando as possibilidades das pessoas responderem ao contexto em que está inserida. É um complexo processo de tecimento com os outros e com os ambientes, levando ao desdobramento de determinado psicológico. Há uma síntese reflexiva da pessoa que abarca o passado, o presente e o futuro sob a mesma certeza de ser. É nesse sentido que Felipe (2009) aponta o ser humano como sujeito agente e dinâmico e não mero receptor de estímulos.

Como, então, o “passado ambiental” afeta o ser do sujeito no presente? Felipe (2009, p. 126) argumenta que “o ambiente (...) revela memórias, desejos, expectativas, rituais, ritmos pessoais e hábitos cotidianos. *É sobretudo (...) um reflexo de seu existir no mundo*” (grifos nossos). Foi o que apareceu nos achados de Medeiros (2005) e Paranhos (2008), por exemplo, quanto tratam, respectivamente, dos moradores de uma praia e de deficientes visuais em seus ambientes mais significativos. Ambas as pesquisas evidenciam como certos ambientes foram historicamente ganhando importância aos sujeitos que neles viviam, e de que maneira eles foram afetados pelas modificações ocorridas nesses ambientes.

Nesse recorte, compreender a relação pessoa-ambiente e seus diferentes aspectos requer uma perspectiva que considere a unidade entre tais aspectos relacionais, levando em conta a unidade do fluxo temporal, das pessoas e dos significados psicológicos envolvidos na

interação com os ambientes. Citando Tuan, Altman & Rogoff (2002) dão o exemplo das casas, edifícios, cidades e regiões como confluências inseparáveis de experiências ambientais e psicológicas, desenvolvidas historicamente. Assim, um “ambiente físico” se torna um “lugar” quando as experiências psicológicas que as envolvem, com seus significados, ações e sentimentos, se unificam. Rabinovich (2006) também se refere a essa relação quando trata da relação entre espaços urbanos e o desenvolvimento infantil: “a cidade participa como ator fundante da relação criança-meio e sua constituição como subjetividade. Na medida em que a espaciosidade ou espaçamento são constituintes da subjetividade, nesta medida a cidade o é igualmente” (p. 59). Assim como Altman & Rogoff (2002) afirmam que a tendência nos trabalhos aplicados mais recentemente em PA busca uma compreensão transacional, aqui também se verifica essa previsão. Apesar das diferenças entre as perspectivas organísmicas e transacionais, elas convergem para uma direção de aproximação, movimentando-se entre uma compreensão de bidirecionalidade do fenômeno para uma abordagem contextual.

Considerando a diversidade de temas encontrados nessa pesquisa, pode-se pensar como Ferreira (1997) quando expõe ser difícil identificar algum problema que não possa ser inserido nas definições mais recentes do que se investiga em PA. Desde a definição das relações pessoa-ambiente, sua caracterização, detalhando diferentes aspectos dessa interação, bem como seus diversos métodos para identificar e intervir neles (Günther, Elali, et al., 2008; Wiesenfeld, 2005). Essas diversas possibilidades de investigação e compreensão dos fenômenos ambientais foram sintetizadas nas quatro visões de homem e de mundo aqui expostas. Poder-se-ia perguntar qual dessas visões é a “melhor”, a “correta”, ou ainda, a “mais frutífera”? Altman & Rogoff (2002) advertem que nenhuma dessas visões de mundo oferece a “melhor” ou a mais “correta” compreensão do fenômeno. Elas simplesmente resultam de variadas formas de investigação e compreensão dele. São abordagens diferentes para o estudo das ocorrências psicológicas e que cada uma possui seu valor distinto nas diversas circunstâncias pesquisadas. De modo que, as conceituações de cada perspectiva de homem e de mundo ilustram suas qualidades e não formam categorizações rígidas de teorias particulares. Justamente pelo fato de que as questões tratadas pela PA serem problemas humano-ambientais, e a finalidade é a promoção do bem-estar das pessoas, há a necessidade de se trabalhar na direção de diminuir as diferenças entre as formas

tradicionais de pesquisa e as novas, com o propósito de explicar e intervir no fenômeno de forma analítica e dimensional (Wiesenfeld, 2005).

Entretanto, o crescimento do interesse pelos psicólogos ambientais pelas perspectivas organísmica-transacionais podem trazer algum sentimento de incerteza a respeito. Altman & Rogoff (2002) lembram que em função do recente surgimento destas perspectivas, algumas perguntas giram ao redor delas. Conseguir-se-á construir uma teoria organísmica-transacional capaz de abarcar as constantes mudanças da relação pessoa-ambiente? Que métodos são mais adequados para estudar tais fenômenos? Como se irá compreender a evolução temporal como parte efetiva do fenômeno investigado? São questões que não se restringem só a PA. Elas fazem pensar sobre todo o movimento que ocorre na disciplina Psicologia. Talvez o primeiro desafio a muitos teóricos seja se desvencilhar do aspecto automático e arraigado de pensar e realizar suas pesquisas, permitindo-se refletir sobre novas possibilidades de pensar a questão do psicológico, em suas respectivas subáreas.

No entanto, vê-se um começo significativo nessa direção, tal como foi constatado nos números desta pesquisa. Esses resultados permitem aos pesquisadores em PA, e da Psicologia como um todo, refletirem sobre as propriedades e pressupostos das diferentes perspectivas de homem e mundo, observando o que as faz próximas, com a finalidade de vir a somar esforços no aperfeiçoamento teórico-metodológico da área. É importante destacar que expandir o conhecimento não é sinônimo de constrição ou rejeição. Como já mencionado, a Psicologia pode visualizar simultaneamente seus fenômenos sob diferentes perspectivas, sem sacrificar alguma delas. O que se propõe por meio dessas considerações, é estimular os pesquisadores para que busquem expandir seus pontos de vista, examinando os fenômenos psico-ambientais a partir de outras perspectivas, sobretudo, a partir da perspectiva transacional, a mais recente entre as demais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando identificar o estado da arte referente às pesquisas realizadas no Brasil em Psicologia Ambiental (PA), mais especificamente aquelas produzidas nos programas de Pós-Graduação em Psicologia, constatou-se uma significativa variedade de temas, ambientes e pessoas pesquisadas, bem como diferentes recortes feitos para compreendê-los. Tendo em vista seu caráter exploratório e descritivo, esta pesquisa não pretende dar respostas, tão pouco tem condições de se posicionar quanto à importância de se investigar essa ou aquela variável. Sua função se resume em localizar o que foi produzido, levantando as principais características das produções no sentido de contribuir com a discussão acerca da atual situação do conhecimento que vem sendo produzido sobre a relação pessoa-ambiente.

Uma das principais verificações feitas diz respeito à preocupação das pesquisas centrarem seus focos “no-problema” antes de “na-teoria”. As pesquisas se deram de modo analítico e orientado-ao-problema, tratando de questões cotidianas da relação pessoa-ambiente, apresentando problemas para serem respondidas e soluções sugeridas. Esse tipo de preocupação condiz com as propostas da literatura que destacam a PA como uma disciplina eminentemente aplicada (Giuliani, 2005; Moser, 2005b; Uzzell, 2005). Isso justifica o motivo dela buscar soluções para certos problemas usando conhecimento e técnicas formuladas em diferentes disciplinas e adaptadas ao problema em particular (Diaz, 2005; Giuliani, 2005). Entretanto, não se trata de uma mera observação, descrição e explicação dos porquês das pessoas se apropriarem, reagirem e intervirem no ambiente. Mas, sobretudo, uma procura por instrumentos adequados para promover uma mudança que busque melhorar a qualidade de vida e do bem-estar das pessoas que neles vivem (Giuliani, 2005). Nessa direção Wiesenfeld (2005) alerta para a necessidade de se averiguar a importância os resultados obtidos, verificando se podem ser convertidas estratégias de mudança que atenda a necessidade/utilidade social.

Entretanto, esse esforço de buscar novos resultados não se dá sem tensões entre os psicólogos ambientais. Ferreira (1997) esclarece que em função de muitos procedimentos e unidades de análise em PA serem convencionais no âmbito da Psicologia geral, e como há na PA a necessidade de pesquisas em contextos naturais e/ou construídos, demanda-se uma produção de conhecimento que extrapola as

exigências das pesquisas tradicionais (em situações controladas), exigindo um ajustamento dos métodos para esclarecer os fenômenos humano-ambientais. A partir dessa situação, Altman & Rogoff (2002) destacam que os psicólogos ambientais são, e continuarão sendo, sujeitos às forças de oposição internas da Psicologia, decorrente da sua herança disciplinar, e as novas aspirações de encontrar um caminho adequado para o estudo das questões pessoa-ambiente.

A PA, apesar de sua história recente, e como subárea da Psicologia, também acompanhou essa tendência. Ganhando força as pesquisas que enfatizam a bidirecionalidade das funções entre pessoa e ambiente. Isso foi verificado nos Resultados. Atualmente $\frac{3}{4}$ das produções verificadas estão voltadas a esta perspectiva (organísmica e transacional), onde se enfatiza a complexidade do fenômeno, usando, sobretudo, métodos descritivos e observações naturalísticas. E entre essas duas perspectivas, Altman & Rogoff (2002) e Uzzel & Rätzsch (2009) destacam que o segundo modo de visão é o que carece de maior difusão nas pesquisas ambientais, visando uma compreensão da experiência ambiental como integração da perspectiva objetiva e subjetiva, ampliando a ênfase sobre o contexto temporal da experiência vivida, relacionada ao ambiente. Assim, o fenômeno tem a possibilidade de ser compreendido como uma confluência de processos temporais, contextuais e psicológicos. Desse modo, a pessoa, seu grupo social e a configuração ambiental só podem ser definidos fazendo referência um ao outro. Confere sentido, promove a identidade, localizando a pessoa e seu ambiente socialmente, culturalmente e economicamente. A reciprocidade entre a tríade pessoa-social-ambiente é evidenciada, onde a pessoa tem um papel ativo e intencional em seu ambiente.

Essa perspectiva não é nova em PA. Ferreira (1997) mostra que desde a década de 1980, com Daniel Stokols, já se destacava a importância dessa perspectiva enquanto possibilidade de uma ascensão na qualidade das pesquisas em PA. Esse conceito também é retomado em 1987, quando da primeira edição do *Handbook*, no capítulo de Altman & Rogoff. Estes autores indicam o desafio de demarcar um conjunto de ocorrências sintetizadas na ideia de “contextualizar”. O contexto para a ação humana é, por definição, o ambiente. As partes do ambiente a serem consideradas como contexto podem variar segundo a compreensão do pesquisador, mas a ação humana é algo que sempre ocorre inserida em algum ambiente. As pessoas devem ser analisadas em seus contextos sociais e ambientais

específicos, que por sua vez estão dentro de um contexto social maior (Uzzel & Rätzhel, 2009).

Como verificado aqui, existe uma significativa variedade e diversidade de estudos sobre a relação pessoa-ambiente, a começar pela quantidade de aspectos tematizados, resultando em uma multiplicidade de variáveis. Essa verificação indica o esforço da área para o avanço na produção do conhecimento. Mas permite também uma atenção futura para as novas pesquisas para que se investiguem os temas ainda não tão explorados, saindo um pouco do eixo dos ambientes mais pesquisados: escolar, hospitalar e de trânsito.

Com isso, busca-se dar subsídios para se estabelecer uma agenda de pesquisa. Necessidade já apontada por Wiesenfeld (2005) ao apontar que as novas pesquisas deveriam ir na direção de compreender os fenômenos humano-ambientais de maneira transacional. Entende-se por agenda de pesquisa o planejamento de um conjunto de investigações com um objetivo e uma base teórica comum. Tendo uma demarcação clara do objeto de estudo, um grupo de pesquisadores pode avaliar quais temáticas devem ser tratadas primeiro e quais variáveis deverão ser mais profundamente investigadas. Feito isso, cada qual em seu programa de Pós-Graduação, no interior da linha de pesquisa que integra, fará o possível para viabilizar os estudos planejados. Ao final de um período estipulado, o grupo volta a se reunir para avaliar o processo e fazer a devida crítica de resultados. Desse modo, articuladamente e de forma convergente, terá mais condições de fazer avançar o conhecimento nos estudos pessoa-ambiente.

Entretanto, considerando a escolha das temáticas referentes aos trabalhos aqui examinados, verifica-se que ao longo do tempo, os dados sugerem que a pauta de pesquisa a cargo da decisão do pesquisador, muitas vezes sem o devido levantamento e análise do que já vem sendo pesquisado sobre a questão. Parece que as pesquisas têm sido definidas e executadas segundo o conceito do pesquisador acerca do que deve ou não ser estudado naquele momento. Assim, fica difícil delinear uma linha evolutiva relativamente aos estudos na área.

É preciso considerar, obviamente, que as condições estruturais, políticas e econômicas em que atuam os pesquisadores brasileiros não são as mais favoráveis para se trabalhar como o apropriado. A falta de incentivo em ciência e tecnologia, as instalações muitas vezes precárias das universidades e até mesmo a deficitária rede de comunicação de que se dispõe (Pinheiro &

Günther, 2004), dificulta bastante um trabalho articulado, principalmente em um país de dimensões continentais, feito o Brasil. Porém, isso não deve servir de justificativa para não se buscar esforços para construir um trabalho conjunto, não para expor o trabalho dessa ou daquela universidade, mas sim um conhecimento unificado em todo o país. Com isso se acredita evitar que futuramente as pesquisas apenas acrescentem novos casos verificados indefinidamente, sem que se possa ter uma noção clara do conjunto, e em que direção as novas pesquisas devam seguir.

8. REFERÊNCIAS

Altman, I. & Rogoff, B. (2002). World Views in Psychology: Trait, Interactional, Organismic and Transactional. In: *Handbook of Environment Psychology*, 7-40.

Altvater, E. (1995). *O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial*. São Paulo: UNESP.

Alves, S. M. & Betrabet-Gulwali, G. (2008). Interação humana com ambientes naturais: uma revisão no periódico *Environment and Behavior*. In: *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente* (pp. 343-368). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Beck, U. (1997). A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: U. Beck, A. Giddens, & S. Lash, *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna* (pp. 11-771). São Paulo: UNESP.

Berg, V. D. (s/d). *O paciente psiquiátrico: esboço de uma psicopatologia fenomenológica*. Livro Pleno.

Bertalanffy, L. V. (1972). *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis: Vozes.

Borges-Andrade, J. E. (2001). Seminário Nacional "Pós-graduação: enfrentando novos desafios - Psicologia". *Infocapes*, 100-174.

Bronfenbrenner, U. (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Bunge, M. (1980). *Epistemologia: curso de atualização*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Calvino, I. (2003). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Folha S. Paulo.

Campos-de-Carvalho, M. (2008). A metodologia do experimento ecológico. In: *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente* (pp. 11-52). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Canguilhem, G. (2006). *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Carneiro, C., & Bindé, P. J. (1997). A psicologia ecológica e o estudo dos acontecimentos da vida diária [Versão Eletrônica]. *Estudos de Psicologia*, 277-285.

Craik, K. H. (1973). Environmental psychology [Versão Eletrônica]. *Annual Review os Psychology*, 403-422.

Dias, G. F. (2002). *Pegada ecológica e sustentabilidade humana: as dimensões humanas das alterações ambientais globais - um estudo de caso brasileiro*. São Paulo: Gaia.

Díaz, E. M. (2005). Uma exploração da especificidade e interdisciplinaridade metodológica em psicologia ambiental [Versão Eletrônica]. *Psicologia USP*, 141-154.

Elali, M. A., & Günther, H. (2010). XIII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico. *ANPEPP*.

Evans, G. (2005). A importância do ambiente físico [Versão Eletrônica]. *Psicologia USP*, 47-52.

Felippe, M. L. (2009). Ambiente pessoa: o papel da personalização na construção de espaços saudáveis. In A. Kuhnen, R. M. Cruz & E. Takase (Eds.), *Interações pessoa-ambiente*.

Fernandes, J. P. (2002). *A política e o ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.

Ferreira, M. R. (2006). Problemas ambientais como desafio para a psicologia. In: H. Günther, J. Q. Pinheiro, & R. S. Guzzo, *Psicologia ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente* (pp. 17-30). Campinas: Alínea.

Ferreira, M. R. (1997). *Produção de conhecimento sobre degradação ambiental: uma incursão na psicologia ambiental (Tese Doutorado não publicada)*. São Paulo: PUC/SP.

- Ferreira, N. S. (2002). As pesquisas denominadas "estado da arte" [Versão Eletrônica]. *Educação e Sociedade* , 257-272.
- Figueiredo, E. (1993). *Angústia ecológica e o futuro*. Lisboa: Gradiva.
- Figueiredo, L. C. (2005). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes.
- Freitas, H. M. (2000). *Análise léxica e análise de conteúdo: técnicas complementares, sequencias e recorrentes para exploração de dados qualitativos*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto.
- Giddens, A. (1997). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Giuliani, M. V. (2005). Proposta de resposta a partir da comparação entre "Environment Behavior" e "Journal of Environmental Psychology" [Versão Eletrônica]. *Psicologia USP* , 89-102.
- Giuliani, M. V. & Scopelliti, M. (2004). Choosing restorative environments across the lifespan: A matter of place experience [Versão Eletrônica]. *Journal Environmental Psychology* , 423-437.
- Giuliani, M. V., & Scopelliti, M. (2009). Empirical research in environmental psychology: Past, present, and future [Versão Eletrônica]. *Journal of Environmental Psychology* , 375-386.
- Günther, H. & Rozestraten, R. J. (2004). Psicologia Ambiental: algumas considerações sobre sua área de pesquisa e ensino [Versão Eletrônica]. *Laboratório de Psicologia Ambiental* , 1-17.
- Günther, H., Elali, G. & Pinheiro, J. Q. (2008). *A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Günther, H., Pinheiro, J. Q. & Guzzo, R. S. (2004). *Psicologia Ambiental: Entendendo as relações do homem com seu ambiente*. Campinas: Alínea.

Ittelson, W. H. (1973). Environment perception and contemporary conceptual theory [Versão Eletrônica]. *Environment and cognition*, 1-19.

Ittelson, W. H., Proshansky, H. M., Rivlin, L. G., & Winkel, G. H. (1979). Homem ambiental [Versão Eletrônica]. *Laboratório de Psicologia Ambiental*.

Jacob, M., & Stokols, D. (1983). The role, of tradition in group-environment relations [Versão Eletrônica]. *Environment and cognition* , 157-190.

Justo, J. S., & Vasconcelos, M. S. (2009). Pensando a fotografia na pesquisa qualitativa em psicologia [Versão Eletrônica]. *Estudos e pesquisas em psicologia* , 760-774.

Kaplan, S. (1983). A Model of Person-Environment Compatibility [Versão Eletrônica]. *Environment and Behavior*, 311-322.

Kruse, L. (2005). Compreendendo o ambiente em psicologia ambiental [Versão Eletrônica]. *Psicologia USP*, 41-46.

Kuhnen, A. (2002). *Lagoa da Conceição: meio ambiente e modos de vida em transformação*. Florianópolis: Cidade Futura.

Laing, R. D. (1975). *O eu dividido: estudo existencial da sanidade e da loucura*. Petrópolis: Vozes.

Lash, S. (1997). A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: U. Beck, A. Giddens, & S. Lash, *Modernização reflexiva* (pp. 135-206). São Paulo: Universidade Estadual Paulista.

Leff, E. (2001). *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez.

Lewin, C. (1965). *Teoria de campo em ciência social*. São Paulo: Pioneira.

Luna, S. V. (2009). *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC.

Macedo, D., Oliveira, C. V., Günther, I. d. A., Alves, S. M., & Nóbrega, T. S. (2008). O lugar do afeto, o afeto pelo lugar: o que dizem os idosos? [Versão Eletrônica]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24, 441-449.

Marçolla, B. A. (2002). Os desafios da psicologia frente à questão ecológica: rumo à complexa articulação entre natureza e subjetividade [Versão Eletrônica]. *Psicologia: ciência e profissão*, 120-133.

Moraes, A. C. (1994). *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec.

Moser, G. (2005a). A psicologia ambiental: competência e contornos de uma disciplina [Versão Eletrônica]. *Psicologia USP*, 279-294.

Moser, G. (2005b). Psicologia ambiental e estudos pessoas-ambiente: que tipo de colaboração multidisciplinar? [Versão Eletrônica] *Psicologia USP*, 131-140.

Odum, E. (1988). *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Pinheiro, J. Q. (2005). O lugar e o papel da psicologia ambiental no estudo das questões humano-ambientais, segundo grupos de pesquisa brasileiros [Versão Eletrônica]. *Psicologia USP*, 103-113.

Pinheiro, J. Q. (2003). Psicologia ambiental brasileira no início do século XXI: sustentável? In: *Construindo a Psicologia Brasileira: desafios da ciência e prática psicológica* (pp. 279-313). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Pinheiro, J. Q. (1997). Psicologia ambiental: a busca de um ambiente melhor [Versão Eletrônica]. *Estudos de Psicologia*, 377-398.

Pinheiro, J. Q., & Günther, H. (2004). X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico. ANPEPP.

Pinheiro, J. Q., & Günther, H. (2006). XI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico em Psicologia. *ANPEPP*.

Pol, E. (1993). Environmental Psychology in Europe: From Architectural Psychology to Green Psychology. *Aldershot*, 163-188.

Proshansky, H. M. (1976). The field of environmental psychology: Securing its future. In: *Handbook of environmental psychology*. Nova Iorque: Wiley.

Rabinovich, E. P. (2006). Barra Funda, São Paulo: as transformações na vida das crianças e na cidade - um estudo de caso. In: *Psicologia ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente* (pp. 55-100). Campinas: Alínea.

Rivlin, L. (2003). Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as inter-relações pessoa-ambiente [Versão Eletrônica]. *Estudos de Psicologia*, 215-220.

Robins, R. W., Gosling, S. D., & Craik, K. H. (1999). An empirical analysis of trends in psychology [Versão Eletrônica]. *American Psychology*, 117-128.

Romice, O. (2005). Conhecimento, interdisciplinaridade e psicologia ambiental [Versão Eletrônica]. *Psicologia USP*, 167-178.

Sartre, J.-P. (1939/2006). *Esboço para uma teoria das emoções*. Porto Alegre: L&PM.

Sartre, J.-P. (1940/1996). *O imaginário*. São Paulo: Ática.

Sartre, J.-P. (1943/1997). *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes.

Sève, L. (1979). *Marxismo e a teoria da personalidade*. Lisboa: Livros Horizonte.

Stokols, D. (1978). Environmental Psychology. *Annual Reviews Inc*, 253-295.

- Stokols, D. (1982). Environment Psychology: a coming of age. *G. Stanley Hall Lecture Series* , 155-205.
- Stokols, D., & Montero, M. (2002). Toward an Environmental Psychology of the Internet. In: *Handbook of environmental psychology*, 661-675.
- Touraine, A. (1999). *Poderemos viver juntos?* Petrópolis: Vozes.
- Uzzel, D., & Rätzzel, N. (2009). Transforming Environmental Psychology. *Journal of Environmental Psychology* , 340-350.
- Uzzell, D. (2005). Questionando os métodos na pesquisa e na prática interdisciplinar da psicologia ambiental [Versão Eletrônica]. *Psicologia USP* , 185-199.
- Valera, S. (1996). Psicologia ambiental: bases teóricas y epistemológicas. *Cognición, representación y apropiación del espacio* , 1-14.
- Vigotski, L. S. (1996). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Wiesenfeld, E. (2005). A psicologia ambiental e as diversas realidade humanas [Versão Eletrônica]. *Psicologia USP* , pp. 53-69.

8.1 Material Pesquisado (Dissertações e Teses)

Almeida, V. H de (2008). *Sala de descanso em empresas de telemarketing e qualidade de vida* (Dissertação). Ribeirão Preto: USP/RP.

Battiston, M. (2003). *Condições de trabalho e saúde de motoristas de transporte coletivo urbano* (Dissertação). Florianópolis: UFSC.

Bertini, F. M. A. (2006). *Centro de Fortaleza, lugar de transformações: o idoso e os afetos implicados* (Dissertação). Fortaleza: UFC.

Bomfim, J. O. (2002). *Arranjos espaciais e ocupação do espaço por crianças de 1-2 e 3-4 anos em creches* (Dissertação). São Paulo: USP.

Capone, V. da C. (2001). *Satisfação de idosos em ambientes de vizinhança de duas regiões do DF* (Dissertação). Brasília: UNB.

Corrêa, M. L. T. (2006). *Psicologia Ambiental em um hospital infantil: uma análise comportamental enfatizando qualidade de vida e bem-estar* (Dissertação). São Paulo: PUC/SP.

Cunha, L. F. da (2003). *Essa via convida para correr? Influência de elementos físicos da via urbana no comportamento de velocidade dos motoristas* (Dissertação). Brasília: UNB.

Delabrida, Z. N. C. (2004). *A imagem e o uso da bicicleta: um estudo entre moradores de Taguatinga* (Dissertação). Brasília: UNB.

Felippe, M. L. (2010). *Contribuições do ambiente físico e psicossocial da escola para o cuidado com a edificação* (Dissertação). Florianópolis: UFSC.

Fernandes, F. C. (2010). *Cuidando do jardim para virem às borboletas: um estudo sobre apropriação de espaço por dependentes químicos* (Dissertação). São Paulo: PUC/SP.

Fernandes, O. S. (2006). *Crianças no pátio escolar: a utilização dos espaços e o comportamento infantil no recreio* (Dissertação). Natal: UFRN.

Ferreira, K. P. M. (2006). *Ficar ou partir? Afetividade e migração de jovens do sertão semi-árido cearense* (Dissertação). Fortaleza: UFC.

Franco, M. F. A. (2007). *Percepção dos catadores do lixo do Jangurussu em face dos riscos ambientais e ocupacionais à saúde* (Dissertação). Fortaleza: UNIFOR.

Holanda, L. D. (2002). *Percepção do espaço hospitalar pela criança hospitalizada* (Dissertação). Fortaleza: UNIFOR.

Iglesias, F (2007). *Comportamento em filas de espera: uma abordagem multimétodos* (Tese). Brasília: UNB.

Improta, R. L. (2008). *Implicações sócio-ambientais da construção de um parque eólico no município de Rio do Fogo* (Dissertação). Natal: UFRN.

Lima, D. M. A. (2010). *ProJovem Urbano da Escola Papa João XXIII do Bairro Vila União: Significados atribuídos pelos jovens na perspectiva da Psicologia Comunitária e da Psicologia Ambiental* (Dissertação). Fortaleza: UFC.

Link, M. O. (2006). *Um enfoque psicológico da Educação Ambiental no contexto da Gestão: uma experiência em Fernando de Noronha* (Dissertação). Natal: UFRN.

Luz, G. M. da (2010). *Fatores intervenientes no uso dos espaços públicos ao ar livre por crianças de 6 a 12 anos* (Dissertação). Florianópolis: UFSC.

Medeiros, L. (2004). *Humanização hospitalar, ambiente físico e relações assistenciais: a percepção de arquitetos especialistas* (Dissertação). Natal: UFRN.

Medeiros, S. T. B. F de (2005). *Um lugar para chamar de “Meu”* (Dissertação). Natal: UFRN.

Moura, J. E. de (2002). *A percepção do risco do motorista de transporte coletivo urbano em relação à faixa de pedestre na cidade de Natal* (Dissertação). Natal: UFRN.

Mourão, A. R. T. (2003). *Trem para Maracanaú: uma viagem em busca da identidade de lugar dos moradores de uma cidade reinventada* (Dissertação). Fortaleza: UNIFOR.

Nascimento, P. P. B. S. (2001). *Natal e o meio ambiente frente aos problemas de inundação e participação popular* (Dissertação). Natal: UFRN.

Neto, I. L. (2009). *Justificativas de motoristas para infrações de trânsito: esboçando um modelo* (Dissertação). Brasília: UNB.

Nóbrega, L. M. A. (2009). *Literatura e Psicologia Ambiental: uma análise do livro Memorial de Maria Moura a partir da relação pessoa-ambiente* (Dissertação). Fortaleza: UNIFOR.

Paranhos. M. (2008). *Apropriação de espaço por adultos com deficiência visual: estudo de casos* (Dissertação). São Paulo: PUC/SP.

Pessoa, V. S. (2008). *Conhecimento sobre energia eólica: um estudo exploratório a partir das redes semânticas naturais de estudantes da cidade de Natal-RN* (Dissertação). Natal: UFRN.

Pinheiro, G. R. (2009). *Afetividade e ambiente hospitalar: construção de significados pelo paciente oncológico com dor* (Dissertação). Fortaleza: UFC.

Polli, G. M. (2008). *Representações sociais da água e tecnologias sociais* (Dissertação). Florianópolis: UFSC.

Ponte, A. Q. (2010). *Afetividade de idosos de vida religiosa consagrada e a moradia na casa de saúde: projetos de vida e processo de estabilização residencial* (Dissertação). Fortaleza: UFC.

Quevedo, V. O. R. de (2005). *A água nossa de cada dia: percepção, uso e predisposições comportamentais de alunos do ensino médio de Natal, Rio Grande do Norte* (Dissertação). Natal: UFRN.

Raymundo, L. S. (2010). *Ambiente físico e desenvolvimento psicológico: investigação do comportamento da criança no espaço de parque das instituições de educação infantil* (Dissertação). Florianópolis: UFSC.

Rocha, A. C. O. (2007). *Proposta de intervenção terapêutica à criança recém-hospitalizada à luz da teoria psicanalítica winnicottiana: privacidade e espaço pessoal* (Dissertação). São Paulo: PUC/SP.

Sager, F. (2002). *O significado do espaço físico da escola infantil: uma abordagem das representações sociais do lugar* (Tese). Porto Alegre: UFRGS.

Salomoni, S. M. (2009). *Moradores do Universo: afetos e significados da relação exclusão/inclusão social em programa de melhoria urbano* (Dissertação). Fortaleza: UNIFOR.

Santos, L. M. M. dos (2008). *Nada do que foi é ou será: a inter-relação de jovens com seu ambiente* (Tese). Brasília: UNB.

Sousa, B. L. Q. de (2004). *A Praça André de Albuquerque, Natal/RN, na visão de seus frequentadores* (Dissertação). Natal: UFRN.

Souza, H. M. B. de (2005). *O pátio escolar do ensino fundamental como ambiente de brincar segundo as crianças usuárias* (Dissertação). Natal: UFRN.

Souza, R. A. A. (2008). *Afetividade de adolescentes praticantes de atividades esportivas com relação ao seu bairro* (Dissertação). Fortaleza: UFC.

Viana, L. G. (2009). *Afetividade e ambiente esportivo: sentimentos e emoções de atletas de competição* (Dissertação). Fortaleza: UFC.

Vilaça, L. B. (2008). *Comportamento sócio-espacial de pessoas em movimento: um estudo exploratório no calçadão da Avenida Engenheiro Roberto Freire, Natal-RN* (Dissertação). Natal: UFRN.

9 LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Definições e principais interesses de pesquisas em PA desde os anos 1960 (Giuliani & Scopelliti, 2009, p. 376).....	13
Figura 2 – Síntese da perspectiva individualista (Adaptado de Altman & Rogoff, 2002).....	42
Figura 3 – Síntese da perspectiva interacionista (Adaptado de Altman & Rogoff, 2002).....	44
Figura 4 – Síntese da perspectiva organísmica (Adaptado de Altman & Rogoff, 2002).....	46
Figura 5 – Síntese da perspectiva transacional (Adaptado de Altman & Rogoff, 2002).....	47
Figura 6 – Fluxograma das etapas do trabalho.....	62
Figura 7 – Distribuição das quantidades de títulos por instituição.....	65
Figura 8 – Quantidade de títulos ao longo do tempo considerando o nível: Mestrado ou Doutorado.....	66
Figura 9 – Distribuição das quantidades de ambientes pesquisados.....	67
Figura 10 – Distribuição das quantidades de usuários envolvidos.....	68
Figura 11 – Quantidades de pesquisas por modo compreensivo.....	69
Figura 12 - Evolução das produções em cada modo compreensivo.....	70
Figura 13 – As perspectiva da relação pessoa-ambiente nas produções no modo interpretativo.....	122
Figura 14 – As produções da relação pessoa-ambiente nas produções no modo avaliativo.....	123
Figura 15 – As perspectivas da relação pessoa-ambiente nas produções no modo operativo.....	124
Figura 16 – As perspectivas da relação pessoa-ambiente nas produções no modo responsivo.....	125
Figura 17 – Total de Perspectivas da relação pessoa-ambiente entre todas as pesquisas (BDTD).....	126

10 LISTA DE QUADROS**Quadro 1 – Modos humano-ambientais de transação..... 28**

11 APÊNDICES

Apêndice A – Pesquisadores do GT PsiAmbiental - ANPEPP 2010

Nº	Pesquisador	Universidade
1	Hartmut Gunther (Coordenador)	UnB
2	Gleice Azambuja Elali (Co-ordenador)	UFRN
3	Ada Raquel Teixeira Mourão	Univ. Barcelona
4	Alessandra Sant'Anna Bianchi	UFPR
5	Ariane Kuhnen	UFSC
6	Camila Bolzano de Campos	SENAC
7	Claudia Marcia Lyra Pato	UnB
8	Fábio Henrique Vieira de Cristo e Silva	UnB
9	Fabio Iglesias	UnB
10	Fernanda Fernandes Gurgel	UnP/FACEX
11	Isolda Araújo Günther	UnB
12	José Queiroz Pinheiro	UFRN
13	Lana Mara Andrade Nóbrega	UNIP
14	Mara Iñez Campos de Carvalho	USP/RP
15	Maria Inês Gasparetto Higuchi	UFAM
16	Marilia Luiza Peluso	UnB
17	Raquel F. Diniz	UFRN
18	Sérgio Luis Valente Tomasini	SMA-POA
19	Sylvia Cavalcante	UNIFOR
20	Tatiana Noronha de Souza	USP/RP
21	Terezinha Façanha Elias	UNIFOR
22	Zenith Nara Costa Delabrida	UnB/UFES
23	Zulmira Aurea Cruz Bomfim	UFC

Apêndice C – Relação das variáveis por núcleo de referência e número de incidências

		Apenas Mencionad a	Articula da	Tota l
Modo Interpretativo				
1	Temporalidade	2	3	5
2	Afetividade ao lugar		4	4
3	Apropriação de lugar	2	1	3
4	Significado	2	1	3
5	Imagem de agradabilidade		2	2
6	Imagem de contraste		2	2
7	Interações pessoa- ambiente		2	2
8	Mapas afetivos		2	2
9	Apego ao lugar	1	1	2
10	Identidade de lugar	1	1	2
11	Ambiência		1	1
12	Apinhamento		1	1
13	<i>Behavior setting</i>		1	1
14	Espaço pessoal		1	1
15	Ética		1	1
16	Exclusão/inclusão social		1	1
17	Historicidade		1	1
18	Identidade pessoal		1	1
19	Imagem de destruição		1	1
20	Imagem de insegurança		1	1
21	Interdisciplinaridade		1	1
22	Mobilidade residencial		1	1
23	Percepção		1	1
24	Projeto de vida		1	1
25	Satisfação residencial		1	1
26	Bem-estar	1		1
27	Felicidade	1		1
28	Identidade de grupo	1		1
29	Identidade espacial	1		1
30	Intersubjetividade	1		1
31	Pertencimento	1		1
32	Proteção	1		1
33	Sentimento de pertença	1		1
34	Território	1		1
Totais		17	34	51

Modo Avaliativo				
1	Tempo cronológico	1	3	4
2	Bidirecionalidade		2	2
3	Mapeamento comportamental		2	2
4	Bem-estar	1	1	2
5	Adaptação		1	1
6	Construtivismo		1	1
7	Densidade espacial		1	1
8	Desenvolvimento infantil		1	1
9	Fila de espera		1	1
10	Humanização hospitalar		1	1
11	Integração social		1	1
12	Privacidade		1	1
13	Saúde		1	1
14	Significados da água		1	1
15	Espaço pessoal	1		1
	Totais	3	18	21
Modo Operativo				
1	Privacidade		4	4
2	Espaço pessoal	1	3	4
3	Territorialidade	1	3	4
4	Apropriação de espaço		3	3
5	Temporalidade		3	3
6	<i>Behavior setting</i>		2	2
7	Aglomeramento	1	1	2
8	Tempo cronológico		1	1
9	<i>Affordance</i>		1	1
10	Apego ao lugar		1	1
11	Comportamento sócio-espacial humano		1	1
12	Cultivação		1	1
13	Densidade		1	1
14	Desenvolvimento sustentável		1	1
15	Educação ambiental		1	1
16	Estresse ambiental		1	1
17	Gestão ambiental		1	1
18	Identificação simbólica		1	1
19	Percepção ambiental		1	1
20	Vinculação ao lugar		1	1
21	Espaço urbano	1		1
22	Invasão espacial	1		1
23	Sentimento de pertencimento	1		1

Totais		6	32	38
Modo Responsivo				
1	Bidirecionalidade		2	2
2	Mapeamento comportamental		2	2
3	Privacidade	2		2
4	Ação-transformação		1	1
5	Afetividade		1	1
6	Apropriação do espaço		1	1
7	Bem-estar		1	1
8	Temporalidade		1	1
9	Desenvolvimento infantil		1	1
10	Dor		1	1
11	Espaço pessoal		1	1
12	Interação infantil		1	1
13	Qualidade de vida		1	1
14	Humanização hospitalar	1		1
15	Territorialidade	1		1
Totais		4	14	18

Apêndice D – Pesquisas que fazem parte do Modo Interpretativo

Autor	Instituição	Título	NÍVEL	Ano	Orientador
BDTD					
MEDEIRO S, Sâmia Thaís Barros Feijó de	UFRN	Um lugar para chamar de "Meu": Estudo sobre relação afetiva com o lugar de moradores da praia de Pipa-RN Afetividade de idosos de vida religiosa consagrada e a moradia na casa de saúde: projetos de vida e processo de estabilização residencial	M	2005	Gleice Azambuja Elali
PONTE, Alexandre Quintela	UFC	Moradores do universo: afetos e significados da relação exclusão/inclusão social em programa de melhoramento urbano	M	2010	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
SALOMONI, Salete Maria	UNIFOR	A praça André de Albuquerque, Natal/RN, na visão de seus	M	2009	Sylvia Cavalcante
SOUSA, Bernardete de Lourdes Queiroga de	UFRN		M	2004	José Queiroz Pinheiro

SOUZA, Ricardo Ângelo de Andrade	UFC	frequentadores Afetividade de adolescentes praticantes de atividades esportivas com relação ao seu bairro	M	20 08	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
CAPES					
FERREIR A, Karla Patrícia Martins	UFC	Ficar ou partir? Afetividade e migração de jovens do sertão semi- árido cearense Afetividade e ambiente esportivo: sentimentos e emoções de atletas de competição	M	20 06	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
VIANA, Lívia Gomes	UFC	Afetividade e ambiente esportivo: sentimentos e emoções de atletas de competição	M	20 09	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
HOLAND A, Luana Diógenes	UNIFOR	Percepção do espaço hospitalar pela criança hospitalizada A percepção do risco do motorista de transporte coletivo urbano em relação à faixa de pedestre na cidade de Natal	M	20 03	Sylvia Cavalcante
MOURA, José Edson de	UFRN	A percepção do risco do motorista de transporte coletivo urbano em relação à faixa de pedestre na cidade de Natal	M	20 02	Pitágoras José Bindé
MOURÃO , Ada Raquel	UNIFOR	Trem para Maracanaú: uma viagem	M	20 03	Sylvia Cavalcante

Teixeira em busca da identidade de lugar dos moradores de uma cidade reinventada

SITE DA INSTITUIÇÃO (localizado através do Currículo Lattes do orientador)

DELABRI DA, Zenith Nara Costa	UnB	A imagem e o uso da bicicleta: um estudo entre moradores de Taguatinga	M	20 04	Hartmut Günther
-------------------------------------	-----	--	---	----------	--------------------

Apêndice E – Pesquisas que fazem parte do Modo Avaliativo

Autor	Instituição	Título	NÍVEL	Ano	Orientador
BDTD					
SAGER, Fabio	UFRGS	O significado do espaço físico da escola infantil: uma abordagem das representações sociais do lugar	D	2002	Antonio Roazzi
IGLESIAS, Fabio	UNB	Comportamento em filas de espera: uma abordagem multimétodos	D	2007	Hartmut Günther
LUZ, Giordana Machado	UFSC	Fatores intervenientes no uso dos espaços públicos ao ar livre por crianças de 6 a 12 anos	M	2010	Ariane Kuhnen
MEDEIROS, Luciana	UFRN	Humanização hospitalar, ambiente físico e relações assistenciais: a percepção de arquitetos especialistas	M	2004	José Queiroz Pinheiro
POLLI, Gislei Mocelin	UFSC	Representações sociais da água e tecnologias	M	2008	Ariane Kuhnen

QUEVEDO, Violeta Odete Ribeiro de	UFRN	sociais A água nossa de cada dia: percepção, uso e predisposições comportamentais de alunos do ensino médio de Natal, Rio Grande do Norte O pátio escolar do ensino fundamental	M	20 05	José Queiroz Pinheiro
SOUZA, Hellen Marques Barbosa de	UFRN	como ambiente de brincar segundo as crianças usuárias	M	20 05	José Queiroz Pinheiro
CAPES					
BATTISTON, Márcia	UFSC	Condições de trabalho e saúde de motoristas de transporte coletivo urbano Centro de Fortaleza,	M	20 03	Roberto Moraes Cruz
BERTINI, Fátima Maria Araújo	UFC	lugar de transformações: o idoso e os afetos implicados Contribuições do ambiente físico e psicossocial da escola	M	20 06	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
FELIPPE, Maíra Longhinotti	UFSC		M	20 10	Ariane Kuhnen

LIMA, Deyseane Maria Araújo	UFC	para o cuidado com a edificação ProJovem Urbano da Escola Papa João XXIII do Bairro Vila União: Significados atribuídos pelos jovens na perspectiva da Psicologia Comunitária e da Psicologia Ambiental Satisfação de idosos em ambientes de vizinhança de duas regiões do DF Essa via convida para correr? Influência de elementos físicos da via urbana no comportame nto de velocidade dos motoristas Justificativas de motoristas para infrações de trânsito: esboçando um modelo	M	20 10	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
CAPONE, Vicenza da Costa	UNB		M	20 01	Isolda de Araújo Günther
CUNHA, Ludmila Fernandes da	UNB		M	20 03	Hartmut Günther
NETO, Ingrid Luiza	UNB		M	20 09	Hartmut Günther

Apêndice F – Pesquisas que fazem parte do Modo Operativo

Autor	Instituição	Título	Nível	Ano	Orientador
BDTD					
SANTOS, Larissa Medeiros Marinhos	UNB	Nada do que foi é ou será: a inter-relação de jovens com seu ambiente Cuidando do jardim para virem às borboletas:	D	2008	Isolda de Araújo Günther
FERNANDES, Fabiana Coelho	PUC/SP	um estudo sobre apropriação de espaço por dependentes químicos Um enfoque psicológico da Educação Ambiental no contexto da Gestão:	M	2010	Marlise Aparecida Bassani
LINK, Mônica de Oliveira	UFRN	uma experiência em Fernando de Noronha Literatura e Psicologia Ambiental: uma análise	M	2006	José Queiroz Pinheiro
NÓBREGA, Lana Mara Andrade	UNIFOR	do livro Memorial de Maria Moura a partir da relação	M	2009	Sylvia Cavalcante

		pessoa-ambiente			
PARANHO S, Marina	PUC/SP	Apropriação de espaço por adultos com deficiência visual: estudo de casos	M	2008	Marlise Aparecida Bassani
ROCHA, Ana Cristina D'Oliveira	PUC/SP	Proposta de intervenção terapêutica à criança recém-hospitalizada à luz da teoria psicanalítica winnicottiana: privacidade e espaço pessoal	M	2007	Marlise Aparecida Bassani
VILAÇA, Lis Barros	UFRN	Comportamento sócio-espacial de pessoas em movimento: um estudo exploratório no calçadão da Avenida Engenheiro Roberto Freire, Natal-RN	M	2008	Gleice Azambuja Elali

CAPES

PESSOA,
Viviany
Silva

UFRN

Conhecimen
to sobre
energia
eólica: um
estudo
exploratório
a partir das
redes
semânticas
naturais de
estudantes
da cidade de
Natal-RN

M

20
08José
Queiroz
Pinheiro

Apêndice G – Pesquisas que fazem parte do Modo Responsivo

Autor	Instituição	Título	Nível	Ano	Orientador
BDTD					
CORRÊA, Marcia Luiza Trindade	PUC/SP	Psicologia Ambiental em um hospital infantil: uma análise comportamental enfatizando qualidade de vida e bem-estar	M	2006	Marlise Aparecida Bassani
FERNANDES, Odara de Sá	UFRN	Crianças no pátio escolar: a utilização dos espaços e o comportamento infantil no recreio	M	2006	Gleice Azambuja Elali
PINHEIRO, Glícia Rodrigues	UFC	Afetividade e ambiente hospitalar: construção de significados pelo paciente oncológico com dor	M	2009	Zulmira Áurea Cruz Bomfim
RAYMUNDO, Luana dos Santos	UFSC	Ambiente físico e desenvolvimento psicológico: investigação do comportamento da	M	2010	Ariane Kuhnen

criança no espaço de parque das instituições de educação infantil					
CAPES					
FRANCO, Márcio Flávio Amorim	UNIFOR	Percepção dos catadores do lixo do Jangurussu em face dos riscos ambientais e ocupacionais à saúde	M	2007	Sylvia Cavalcante
IMPROTA, Rafaella Lenoir - localizado no Lattes do orientador	UFRN	Implicações sócio-ambientais da construção de um parque eólico no município de Rio do Fogo	M	2008	José Q. Pinheiro
ALMEIDA, Victor Hugo de	USP/RP	Sala de descanso em empresas de telemarketing e qualidade de vida	M	2008	Mara Ignez Campos de Carvalho
BOMFIM, Joseane Otávio	USP	Arranjos espaciais e ocupação do espaço por crianças de 1-2 e 3-4 anos em creches	M	2002	Mara Ignez Campos de Carvalho
NASCIMENTO, Paula Patrícia	UFRN	Natal e o meio ambiente	M	2001	Pitágoras José Bindé

Barbalho da
Silva

frente aos
problemas
de inundaçã
o
e
participaçã
o
popular
